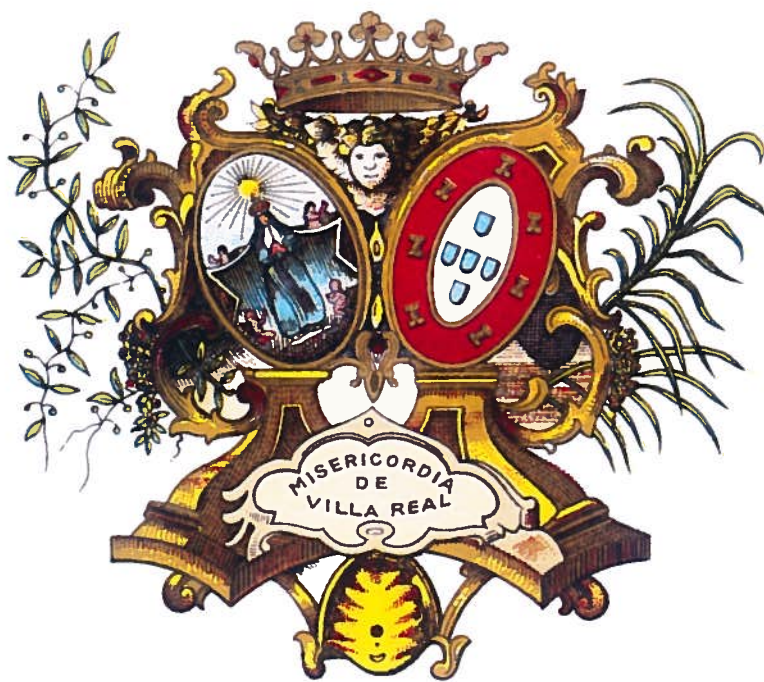


# MISERICÓRDIA DE VILA REAL



# Obras de Misericórdia

## Corporais

- Dar de comer a quem tem fome
- Dar de beber a quem tem sede
- Vestir os nus
- Dar pousada aos peregrinos
- Assistir os enfermos
- Visitar os presos
- Enterrar os mortos

## Espirituais

- Dar bom conselho
- Ensinar os ignorantes
- Corrigir os que erram
- Consolar os tristes
- Perdoar as injúrias
- Suportar com paciência as fraquezas do próximo
- Rezar a Deus por vivos e defuntos

Para além das obras referidas foram acrescentadas mais duas obras pelo Papa Francisco:

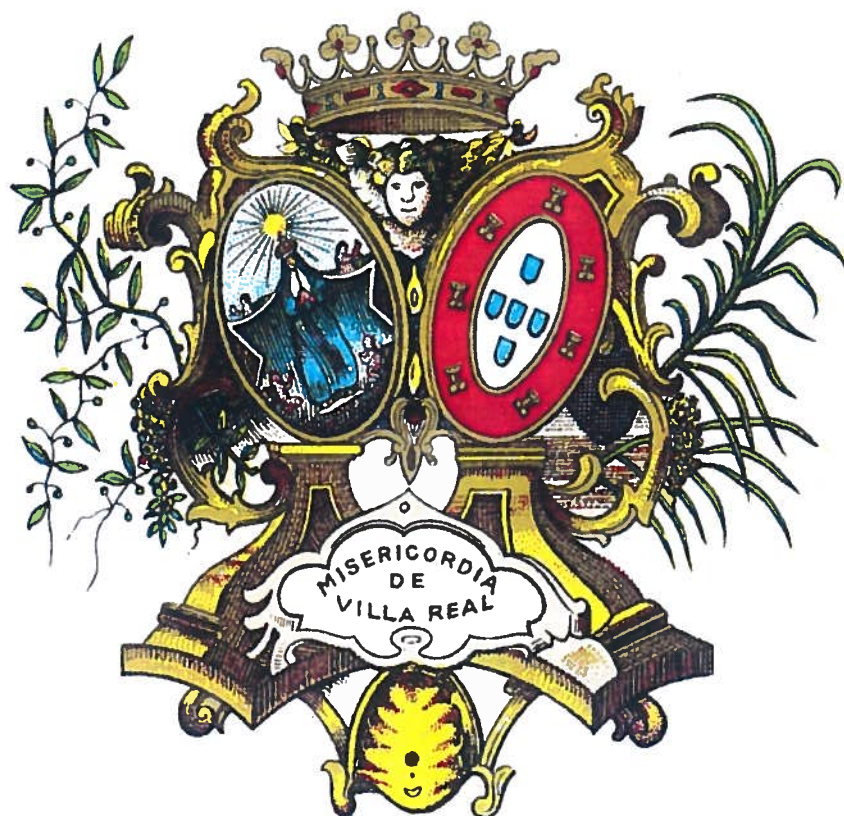
## Corporal

- Os gestos quotidianos que procuram construir um mundo melhor, quebrando a lógica da violência, da exploração e do egoísmo.

## Espiritual

- O cuidado da casa comum, pela grata contemplação do mundo que nos permite descobrir qualquer ensinamento que Deus nos quer transmitir por meio de cada coisa.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
E  
CONTAS 2021









## Índice

1.	Introdução:	4
2.	Explicação:	4
2.1	Recursos Humanos	5
2.1.1	Departamento de Recursos Humanos	6
2.2	Investimentos: (Património)	10
2.3	Atividades Religiosas:	12
3.	Análise Económico-financeira (por valência)	13
3.1	Estrutura Residencial para Idosos (ERPIS)	13
3.1.1	Lar Imaculada Conceição – Quinta da Petisqueira – Lordelo	13
3.1.2	Centro de Dia	15
3.1.3	Lar Hotel – Com alvará, mas sem Protocolo	17
3.2	Apoio à Família e à Comunidade	18
3.2.1	Serviço de Apoio Domiciliário	18
3.2.2	Cantina Social	20
3.3	Complexo educativo da Infância e Juventude	21
3.4	Área da Saúde: Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Reabilitação de Média Duração	25
3.5	Outras Atividades:	27
3.5.1	Património Imobiliário	27
3.5.2	Atividade Internas- Trabalhos para a própria Instituição	27
4	Órgãos Sociais (Quadriénio 2020/2023)	28
4.2	Mesa Administrativa	29
	RELATÓRIO DE GESTÃO	30
5.	Relatório de Gestão	31
5.1	Atividade Desenvolvida	32
5.2	Prestação de Contas	34
5.3	Situação Patrimonial	34
5.3.1	Ativo Corrente	34
5.3.2	Ativo não Corrente	35
5.3.3	Passivo Corrente	35
5.3.4	Passivo não Corrente	35
6.	Origem dos recursos	36
7.	Gastos	38
8.	Análise de contexto	39
9.	Resultados	41
10.	Análise de desempenho	42
10.1	EBITDA	42
10.2	Indicadores	44
11.	Conclusão	45



ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS .....	46
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO DE 2021 .....	48
RELATÓRIOS SECTORIAIS.....	49
Conclusão .....	100
Agradecimentos .....	101

## Índice quadros

QUADRO 1: VOTAÇÃO BANCO DE HORAS GRUPAL .....	9
QUADRO 2: MÉDIA DE HORAS SUPLEMENTARES 2021 .....	10
FIGURA 3: RESPOSTA SOCIAL ERPI (ACORDO/OCUPAÇÃO EFETIVA).....	15
QUADRO 4: DESEMPENHO ERPI-“COMPLEXO LAR IMACULADA CONCEIÇÃO” .....	16
QUADRO 5: CAPACIDADE/OCUPAÇÃO LAR HOTEL.....	17
QUADRO 6: DESEMPENHO LAR HOTEL.....	17
QUADRO 7: CAPACIDADE/OCUPAÇÃO SAD.....	17
QUADRO 8: DESEMPENHO SAD .....	17
QUADRO 9: DESEMPENHO CANTINA SOCIAL.....	20
QUADRO 10: CAPACIDADE/ACORDO/OCUPAÇÃO – COMPLEXO JUVENIL .....	21
QUADRO 11 – RENDIMENTO Vs GASTO MÉDIO P/UTENTE- COMPLEXO JUVENIL.....	22
QUADRO 12: DESEMPENHO COMPLEXO JUVENIL.....	22
QUADRO 13: TAXA DE OCUPAÇÃO ANO 2021- UCCI.....	25
QUADRO 14: DESEMPENHO UCCI.....	26
QUADRO 15: DISTRIBUIÇÃO RENDIMENTOS RENDAS PREDIAIS.....	27
QUADRO 16: “TRABALHOS PARA A P/INSTITUIÇÃO” .....	27



## 1. Introdução:

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real é uma associação de fiéis, reconhecida na ordem jurídica canónica cuja finalidade consiste na prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais e todas as outras expressões do exercício da caridade e o serviço e apoio com solidariedade social aos que precisam.

Para cumprimento do estabelecido no seu Compromisso e na legislação em vigor, a Mesa Administrativa vem submeter à apreciação, discussão e deliberação da Assembleia Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2021.

Naquele se procura descrever as principais ações desenvolvidas no ano referido e nestas se mostra a realidade económica e financeira da Instituição.

Para o efeito procedeu-se a uma minuciosa apreciação de toda a dinâmica interna dos diversos serviços prestados e, por outro lado, a um rigoroso exame dos meios humanos e materiais despendidos nesse exercício, os quais foram alvo de uma meticulosa e rigorosa análise do Revisor Oficial de Contas (ROC) e acompanhados, quando possível, pelo nosso Conselho Fiscal/Definitório. Relativamente ao ROC, devemos informar que o Dr. António Ledo de Matos cessou a sua atividade nesta área, tendo sido substituído, com a nossa aprovação, pelo senhor Dr. Pedro Morais Santos que, como tal, assim emitirá o seu parecer.

Os respetivos pareceres acompanham o presente Relatório de Atividades e as Contas deste exercício.

## 2. Explicação:

2021 foi um ano anormal... O resultado tem de ser anormal! Trágico? Sim para quem o viveu dentro de portas, confinado. Arrasador? Sem dúvida, para as contas de uma Instituição.

Mas um só olhar muito pessimista se poderá alarmar! A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real não está em perigo!

Já o pressupunhamos, quando, no correspondente Plano de Atividades, elaborado em novembro de 2020, somente aprovado a 29 de abril de 2021, a página 6, escrevíamos: “Sim, será sob este prisma de pré-supor, que teremos de “imaginar” o próximo ano. Na verdade, dizia-se, sempre um Plano é um conjunto de intenções para um determinado tempo. Mas, nas condições atuais e previsivelmente, nas futuras, nunca esta palavra “pressupor” teve/tem tão exata aplicação (...)

E este significado tem toda a importância no momento em que, por causa de uma Pandemia a nível Mundial, se adensam nuvens negras no horizonte das pessoas, das nações, quer a nível da saúde, quer a nível económico. Como vai ser o dia de amanhã? E respondia-se, nessa altura, vai ser devastador para pessoas, empresas e, sobretudo, para as Instituições do setor social.



E, terminávamos esse retrato, acrescentando: “nós Mesa Administrativa vamos fazer o nosso caminho com coragem e grande determinação, como se tudo dependesse d’Ela: “(fim de citação)”.

E a Assembleia de Irmãos, então reunida, confiou e aprovou esse Plano de Atividades e os nossos pressupostos. Estávamos em **29 de abril de 2021**, e a reunião foi possível porque, a essa data, acontecera mais uma fase de desconfinamento.

No horizonte raiava um raio de esperança... por quanto tempo?!

Após estas explicações para a cabal compreensão do desempenho da Instituição, nas suas múltiplas atividades sociais e caritativas, vamos, daqui para diante, “relatar” as iniciativas e ações realizadas para a desejada execução do planeado para este ano de 2021, relativamente à longa e complexa lista dos setores, pelos quais se dispersou a preocupação dos mesários resistentes e o trabalho das nossas colaboradoras.

E desses setores, constantes das páginas 6 e 7 do referido plano de atividades, ora objeto desta análise, vamos referir-nos, em particular, aos seguintes, que, neste ano, tiveram mais desenvolvimento e mereceram, por isso, destacar-se dessa lista:

- 2.1 Recursos Humanos;
- 2.2 Património:
  - 2.2.1 Cozinha Central
  - 2.2.2/2.2.3 Vila Nova da Fé – 4ª Casa e Rua da Misericórdia, N°80
  - 2.2.4 Palacete das Virtudes
  - 2.2.5 Prédio de Lisboa
- 2.3 Atividade religiosa

## **2.1 Recursos Humanos**

Não só porque ainda há resquícios de preconceitos ancestrais no relacionamento com esta franja da sociedade – os criados, os servos, os que, por motivos vários têm de fazer os trabalhos mais humildes, mais difíceis; quer porque daí advém a maior porção dos gastos – corre-se o perigo de os olhar com alguma desconfiança, certo desdém, até, antipatia.

Mas, atenção, as Misericórdias têm, no seu ADN, o respeito máximo pela pessoa humana de qualquer estrato social, de qualquer condição... por caridade, sem dúvida!

Mas, antes da caridade está a justiça: eles, “o pessoal” prestam-nos um serviço inestimável! Eles fazem-no por nós...sentados nas cadeiras de comando! Eles são os nossos olhos, os nossos braços! Formemo-los para que sejam o coração desta Santa Casa da Misericórdia, na sua dedicação aos mais pobres que são, sobretudo estes, os nossos destinatários. Só assim seremos Misericórdia, isto é, daremos o coração!

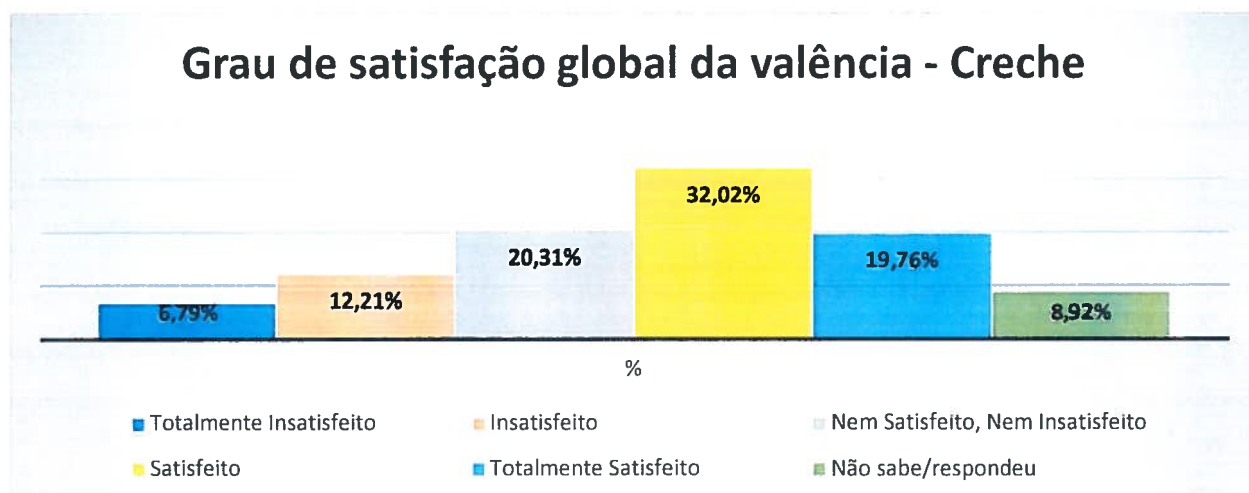
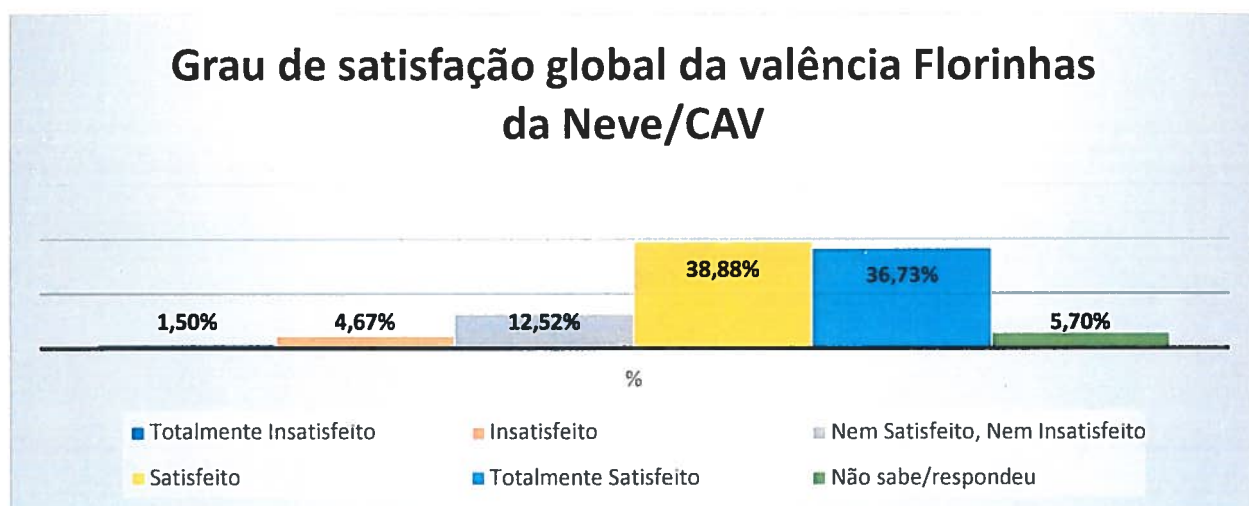


Após esta introdução, aprez-nos informar as ações/atitudes tomadas no exercício deste ano.

### 2.1.1 Departamento de Recursos Humanos

Criado, como foi dito, o **Departamento de Recursos Humanos**, para que não figurasse somente no papel (porque nas intenções já figurava há muitos anos!) foi estabelecida a periodicidade das reuniões dos seus membros (Provedor, Secretário, uma Psicóloga, uma Socióloga, a Contabilista, todas acumulando com as suas funções de direção que já têm na Santa Casa, portanto sem gastos) e, como primeira ação, a mais importante, foi lançado um **inquérito de satisfação** e, de seguida, analisados os resultados por e com as Diretoras de cada valência. Dos resultados apurados, o mais frequente foi que se “ganha pouco”.

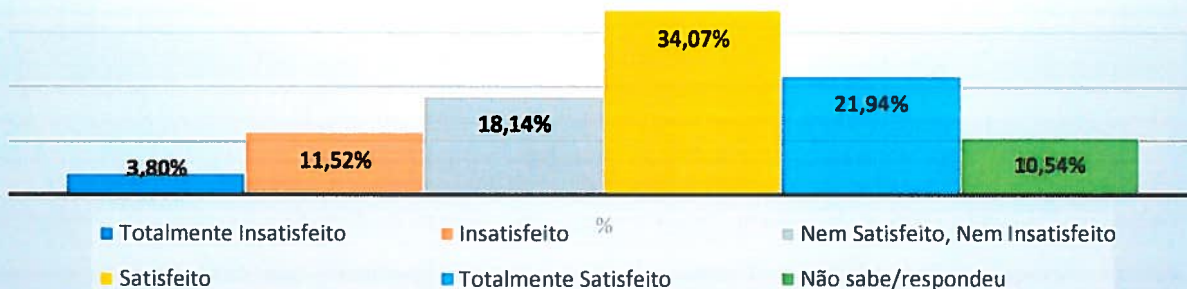
Ora vejamos por Resposta Social/Atividade



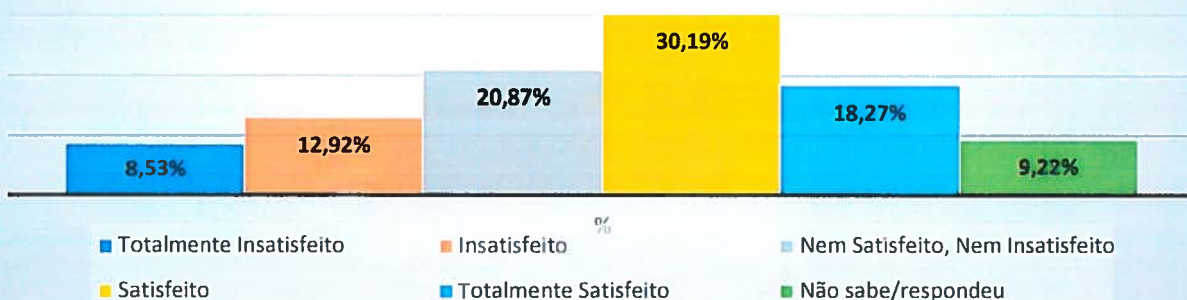




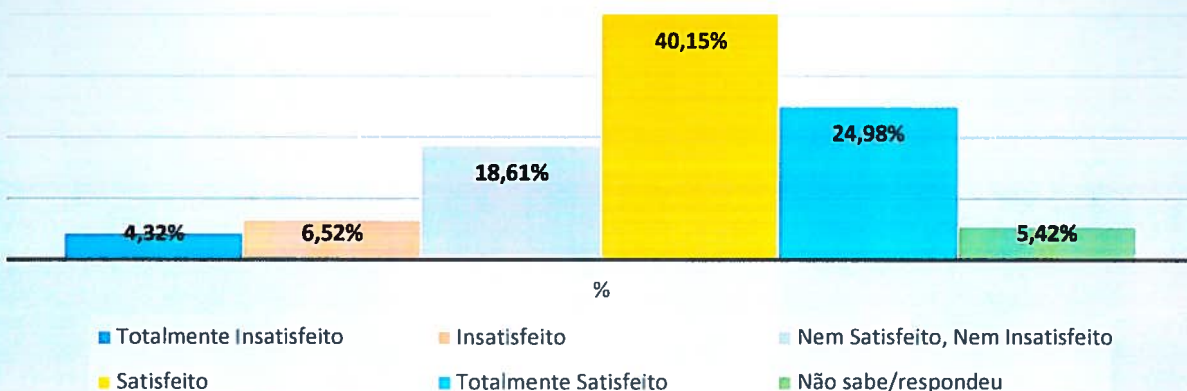
### Grau de satisfação global da valência Jardim Infância



### Grau de satisfação global da valência - LIC/CD/COZINHA



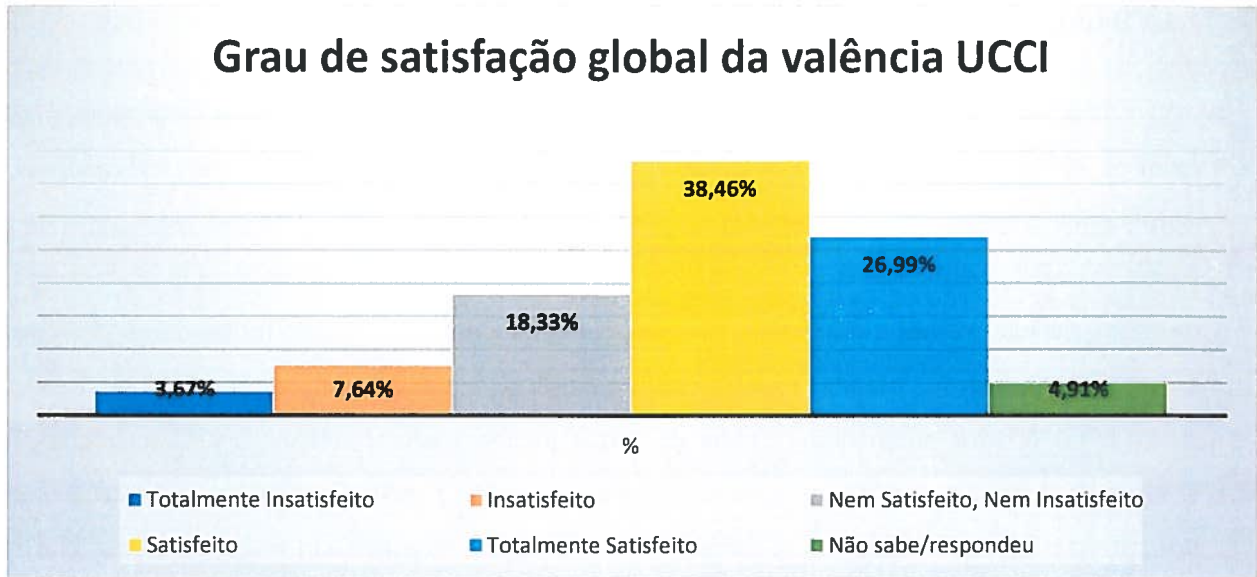
### Grau de satisfação global da valência Lar Hotel



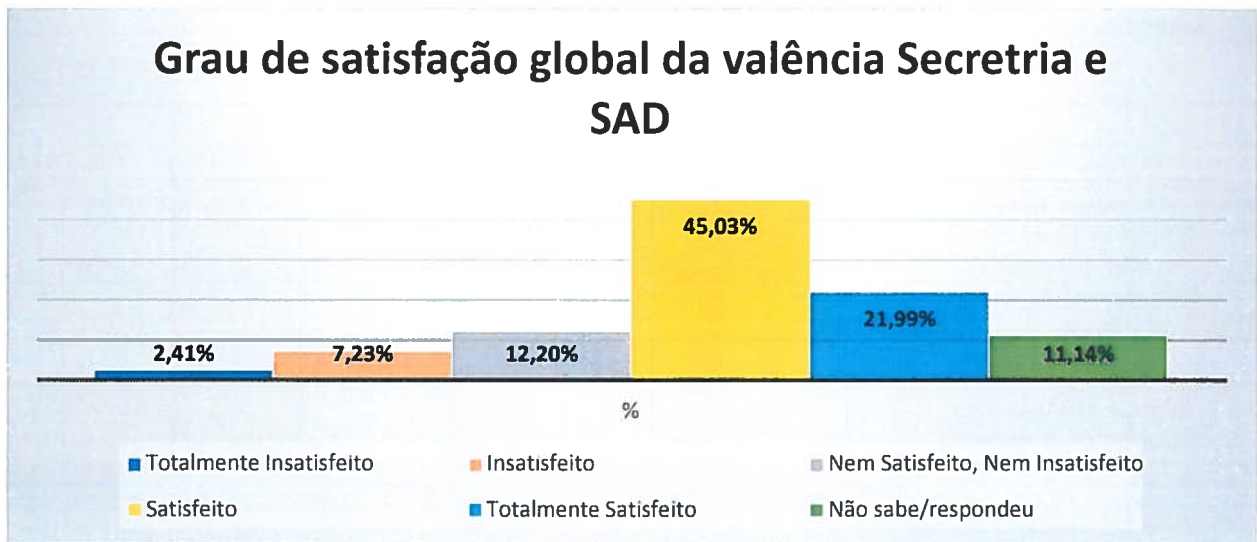




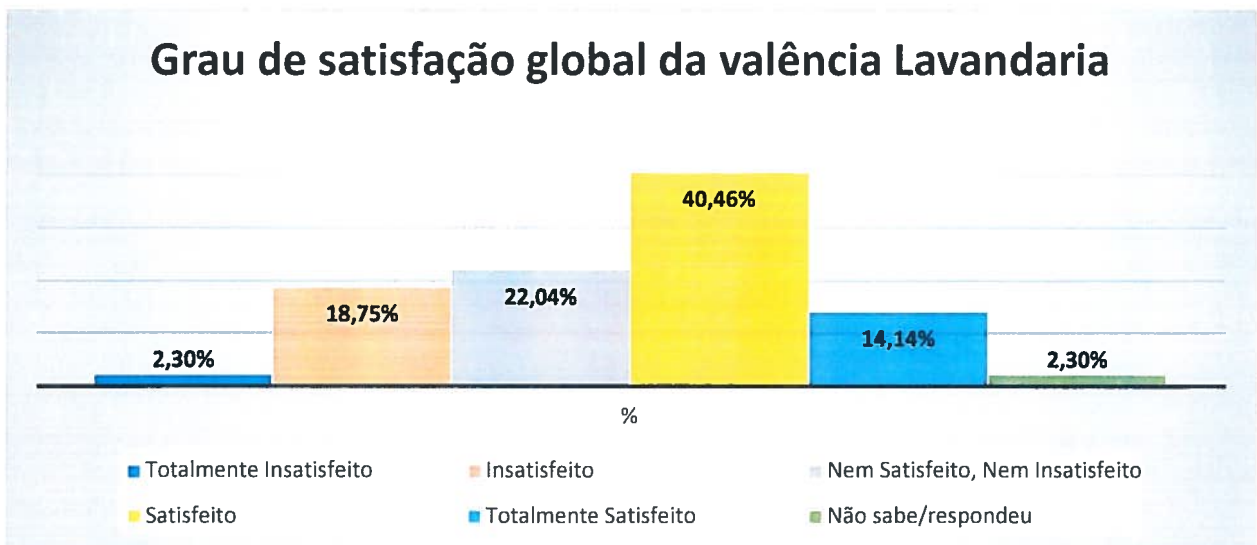
### Grau de satisfação global da valência UCCI



### Grau de satisfação global da valência Secretria e SAD



### Grau de satisfação global da valência Lavandaria



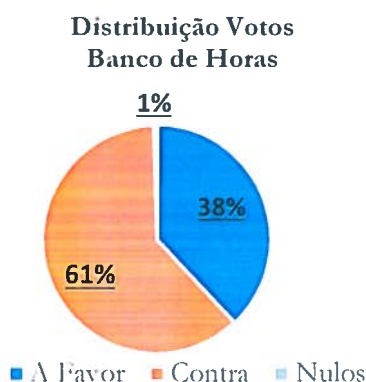


## 2.1.2 Banco de Horas Grupal

Tratando-se de uma atividade permanente e inadiável, a nossa de cuidar de pessoas frágeis – crianças, idosos e doentes – e, verificando-se, num universo de duas centenas de colaboradores, um significativo e inesperado abstencionismo, quer por doença, com fáceis baixas médicas, quer para apoio à família, indispensável e urgente se tornava a implantação de uma medida legal, mas que tem de ser legalizada: o **Banco de Horas**, no qual, em vez de dinheiro, se põe ou tira horas. Percorridos todos os meandros dos trâmites legais, perante a Autoridade para Condições de trabalho (ACT), deu-se início à necessária publicitação, dentro de portas, promovendo-se sessões de esclarecimento, feitas valência a valência, com a presença participativa do Provedor. Foi feita a consulta, por votação secreta, nos próprios locais de trabalho. Resultado? Uma decepção: Negativo em todos os locais. Um balde água fria. Um revês para o Provedor que se empenhou pessoalmente na sua apresentação e não esperava este resultado, que a seguir se espelha em tabela (Quadro 1) e gráfico:

Locais de Votação	Total Colaboradores	Não Votantes		Votantes	Votos		
		Colaboradores isentos	Ausências prolongadas		A Favor	Contra	Nulos
Complexo. Juvenil (Florinhas/Creche/Pré-escolar/Lavandaria)	80	2	0	78	31	47	0
Complexo da Petisqueira (LIC/CD/Cozinha Geral/Cantina Social/SOM/Património)	48	1	4	43	10	32	1
Serviços Centrais (Lar Hotel/UCCI/Secretaria)	74	5	8	61	28	33	0
<b>Totais</b>	<b>202</b>	<b>8</b>	<b>12</b>		<b>69</b>	<b>112</b>	<b>1</b>

Quadro 1: Votação Banco de Horas Grupal



Efeitos? Dificuldades para nós com horas extra, quando necessárias. E algum desconforto para as colaboradoras, com menos facilidade de conseguir dispensas para proveito pessoal.



Para além destas contrariedades, sem ressentimentos, impróprios desta Instituição, mantivemos os pagamentos, em dia fixo, dos vencimentos, tão aguardados, a oferta do Cartão Multicare, bem como a possibilidade de um empréstimo, sem juros, a descontar suavemente, no próprio vencimento.

E, quanto ao banco de horas, cuja votação se pode repetir um ano depois da primeira consulta, esperamos seja aprovada, após terem experimentado “na carne” o próprio prejuízo! Mas sobretudo prejuízo para nós, o que veio afetar as contas deste ano, como se pode observar no seguinte (quadro 2)

Ano	Nº horas Trabalho Suplementar	Valor Pago
2021	4576	95 337,11 €

Quadro 2: Média de horas suplementares 2021

## 2.2 Investimentos: (Património)

E, agora, é que é o momento e ambientes institucionais próprios para relatar à Irmandade o que se fez relativamente ao Património “em geral e ao imobiliário em particular”. Naquela Assembleia, porque se olhava para o ano 2022, “planificando-o e orçamentando-o”, manifestámos somente intenções:

**2.2.1. Ampliar e modernizar a cozinha do Lar Imaculada Conceição**, a fim de a tornar central e poder sê-lo e substituir a cobertura do edifício, muito degradada, sem grau de isolamento térmico e parco de humidades, com a esperança de sucesso para uma candidatura ao Programa Pares 3.

Efetivamente, neste tempo próprio para o dizer, informamos que o projeto foi contemplado, faltando, apenas, a assinatura do respetivo Protocolo. Depois terá de ser posto a concurso público através da respetiva plataforma.

**2.2.2/2.2.3 Relativamente à reabilitação/reconstrução da 4ª casa, no Complexo “Vila Nova da Fé”** (designação querida pela D, Virgínia Teixeira para aquelas casas) e ao N°80 da Rua da Misericórdia, dois pequenos prédios, com recurso a um empréstimo, já autorizado em outra Assembleia Geral, podemos informar, neste momento próprio para tal, que os respetivos projetos foram postos a concurso por várias empresas de construção civil, dentre as quais só concorreram duas: Construções Teixeira & Claro e Confitec – Energia e Construção, Lda, a primeira com o valor de 170 328,42€ (4ª casa) e a segunda por 89 061,24€ (Rua da Misericórdia). Após apreciação da Mesa



Administrativa, com recurso a Engenheiros experientes, foi aceite o preço da primeira, que, por sinal, já conhecíamos por trabalhos realizados anteriormente. O contrato foi assinado, com as condições bem definidos, nomeadamente o prazo da entrega da obra, dois anos e meio, e as coimas para os atrasos, se os houver.

**2.2.4 Palacete das Virtudes – Consolidado**, primeiro, após alguns anos abandonado, depois da entrega pelo Antigo Colégio da Boavista, em estado de total degradação, foi sonhado para albergar o espólio documental e artístico da Santa Casa da Misericórdia, chegado aos nossos dias, e que está, por aí, espalhado, por gavetas e gavetões, e certamente mal-acondicionado.

É a história, que deve ser preservada e dada a conhecer.

E quem não preserva a sua história não terá futuro.

Aliás, desde há uns bons anos, as Instituições, sobretudo as Santas Casas da Misericórdia, estão a valorizar as suas raízes, restaurando igrejas, imagens, têxteis e outros objetos e catalogando estes últimos. A própria União das Misericórdias, há anos, aproveitando umas ajudas da Europa, propôs-se mandar fazer um inventário de todas as peças de arte, descrevendo-as, classificando-as, etc. É por isso que, tendo aderido a essa iniciativa, conseguimos esse inventário, feito por técnicos credenciados que aqui se deslocaram.

Ora esse edifício destinar-se-á a um Centro Interpretativo de Memórias. As Obras estão paradas. Estamos atentos a qualquer indício de possíveis ajudas.

#### **2.2.5. Prédio de Lisboa:**

O Prédio de Lisboa, neste ano, mereceu-nos alguma preocupação. Não, não se sentiram abalos sísmicos, mas outros bem preocupantes!

A pandemia, com a declaração de múltiplos estados de emergência, com as severas regras de fecho de lojas, da impossibilidade de ajuntamentos, de normas de controlo nas fronteiras e interiormente, levaram muitos proprietários destes ramos de negócio a suspenderem as atividades, com as consequências nos seus rendimentos.

Ora, o nosso prédio de Lisboa tem o seu principal rendimento nas lojas e respetivos armazéns, virados à Rua do Carmo.

Daí que, quer a Empresa Foot Locker, que ocupa a maior área e nos paga mensalmente o valor de 25 628,54€, e tem sido vítima de frequentes infiltrações de água da rua; a Zara Home, loja a seguir em ponto mais elevado, que nos pagava mensalmente o valor de 12 470,09€, passaram a reclamar frequente, se não continuamente, abatimentos às rendas.



A Zara Home acabou até por deixar a loja. Depois, os andares superiores são ocupados por uma Entidade de alojamento local. Esta empresa conseguiu, na Câmara de Lisboa, licença para transformar escritórios em alojamentos, a expensas próprias. E o negócio corria de feição, mas com o fecho de fronteiras e menor mobilidade dos naturais, o negócio diminuiu, quase parou. Também desta nos chegou um pedido de diminuição das rendas. Apesar dessas insistências, imprevistas também para nós, e, não obstante a desistência da Zara Home, conseguimos resistir a essas pressões e, até, conseguir o arrendamento da loja da Zara para outra empresa que passou a exercer a atividade em março de 2021, ultrapassando o valor do anterior inquilino.

Por tudo isso, dar-mo-nos por satisfeitos por não ter havido um diferencial tão grande, como estava previsto em orçamento e foi prática comum noutros locais.

### **2.3 Atividades Religiosas:**

A pandemia, por incrível que pareça, afetou também a prática religiosa na nossa misericórdia. Por causa dos sucessivos confinamentos, deixou de se celebrar a eucaristia no Lar Imaculada Conceição e no Lar Escola Florinhas da Neve, bem como a impossibilidade de realizar a tradicional e muito conhecida procissão do Enterro do Senhor.

Não obstante, naquelas valências, foram realizadas aquelas devoções particulares de rezar o terço e de assistência à Santa Missa através dos meios de comunicação social, como e quando possível.





### 3. Análise Económico-financeira (por valência)

#### 3.1 Estrutura Residencial para Idosos (ERPIS)

Às necessidades dos idosos respondemos com duas Obras Sociais, uma, com Protocolo com a Segurança Social, e outra, com Alvará, esta destinada a pessoas com mais posses financeiras. Vamos descrever o respetivo desempenho, neste ano de 2021.

##### 3.1.1 Lar Imaculada Conceição – Quinta da Petisqueira – Lordelo

Situado à entrada da freguesia da Vila de Lordelo, na parte mais elevada da denominada Quinta da Petisqueira, banhada, aos pés, a nascente, pelo Rio Cabril e cercada, pelos outros lados, por vias de comunicação, foi construído nos anos 1986 para albergar idosos, residentes, e outros em Centro de Dia. Tem capacidade para 58, em Acordo com a Segurança Social, e mais 8, extra acordo, destinados, normalmente, para alojamentos temporários ou emergências factuais.

O Centro de Dia, com Acordo para 7 utentes, raramente esteve todo ocupado e, após a Pandemia Covid-19, ficou desativado.

Passando, agora, à análise económico-financeira, vamos entrar no edifício e, detendo-nos, no escritório e compulsando os dossiers das inscrições, constata-se que há grande lista de espera ..., mas debruçando-nos nos pormenores, verificam-se os baixos rendimentos.

E aqui está o primeiro ponto de reflexão, *sim* reflexão: os pretendentes a um lugar neste nosso Lar, pertencem, na sua maior parte, à classe dos antigos rurais, com baixas reformas e sem outras posses.

Fazendo contas, é este o resultado, com a média das mensalidades, a rondar os 542,34€.

Devemos, no entanto, acrescentar o contributo da Segurança Social “valor do Acordo de Cooperação” revisto em setembro de 2021, no valor de 433,13€.

Mas, uma vez acolhidos, têm todos os mesmos direitos: alojamento condigno, alimentação, cuidados de saúde e higiene, diversão, ocupação dos tempos livres. Procurando saber em quanto importam estes cuidados básico, obtivemos, neste ano anormal, este resultado: 1.465,61€! Há, portanto, uma grande diferença! Mas nesse prejuízo estão incluídos os gastos com a reparação e os melhoramentos do próprio edifício e a depreciação de avultadas obras anteriores.





MAS, houve outro motivo surpresa! – entrámos em 2021... com este cenário, contabilizando estes dados, a 3 de janeiro:

- 24 idosos na ala Covid – ala poente do edifício, com a própria Capela ocupada com camas;
- 6 residentes nos Hospitais de Lamego, Ovar, Militar, Vila do Conde;
- 5 falecidos nas últimas horas;
- Colaboradores infetados – 8

E para “viver”, tragar este ambiente? Para tratar convenientemente, cautelosamente e defensivamente?

Aqui é que esteve o “busílis”. Só visto, só vivido, só sentido na pele!

Valeram-nos as colaboradoras, com exceção das que tiveram de cuidar da família, desta valência e algumas voluntárias das valências infantis (entretanto encerradas) desde 23 de dezembro de 2020 até fevereiro de 2021. Por necessidade de implementação do plano de contingência, as colaboradoras do Lar trabalharam por turnos, em equipas em espelho, ininterruptamente por períodos de 12 horas (8H30-20H30/20H30-8H30) durante 14 dias.

Daí resultou que, no final do mês, de acordo com o Boletim de Trabalho e Emprego, nº38, 15/10/2016, tivemos de pagar **4 horas suplementares diárias**, segundo estas normas:

- 50% da retribuição normal, na primeira hora; 75% da retribuição normal, nas horas ou frações subsequentes. O trabalho suplementar em dia de descanso semanal, obrigatório ou complementar, e em dia feriado tem de ser remunerado com o acréscimo mínimo de 100 % da retribuição normal.

Como funcionou?

Divididas em dois grupos, um de 15 e outro de 12, trabalhando 12 horas (8 de contrato + 4 suplementares), algumas deixando os familiares para pernoitarem no Lar, asseguraram uma assistência próxima e cuidados a quantos delas precisaram. Não foi preciso, como em outras terras, recorrer a equipas exteriores. E exemplar foi a discrição com que tudo foi decorrendo, a ponto de os meios de comunicação social quase não “darem conta” e não sermos notícia por coisas tristes!

E a somar a tudo isso, durante o ano de 2021 verificou-se um acréscimo de **despesas com equipamentos de proteção individuais e descartáveis** principalmente durante o surto de Covid-19 desde dezembro de 2020 a fevereiro de 2021. Devido à imprevisibilidade do aparecimento de casos positivos, houve necessidade de reforçar o stock de material para fazer face a alguma emergência (EPI'S, detergentes, descartáveis, máscaras e viseiras).



Além disso, foi proposto, para pagamento, as férias que não foram gozadas durante o ano de 2020, devido ao aparecimento de casos Covid-19, de grande parte das colaboradoras.

Os números aí estão: nus e “cruamente”! Cruamente deriva de cruel! E são-no de facto! Mais cruel será quem os não souber ler e entender!

Um louvor às colaboradoras! Uma oração pelos falecidos: dai-lhes, Senhor, o eterno descanso! E deles vai ficar um memorial com os seus nomes, em placa, colocada na Capela.

### 3.1.2. Centro de Dia

Esta atividade, sediada no Lar Imaculada Conceição, cujo acordo com a Segurança Social contemplava o apoio a 7 utentes, foi suspensa a 16 de março, nos termos do Decreto-Lei nº10-A/2020, de 13 de março.

Em conformidade com a legislação, continuámos a desenvolver essa atividade através da domiciliação dos serviços: refeições diárias, em descartáveis, e tratamento de roupas, com as cautelas exigidas.

Embora a suspensão tenha sido levantada, não reabrimos esta valência nos moldes tradicionais (ir buscar os utentes às suas casas e integrá-los nos residentes do Lar) porque não estavam garantidas as condições mínimas exigidas: total separação dos espaços de refeitório, sala de convívio e instalações sanitárias. Mas, para os que quiseram continuar a usufruir dos nossos serviços, estes foram garantidos enquanto necessários e com os cuidados inerentes, despesas de acondicionamento das refeições e sua distribuição casa a casa.

Entretanto, os cinco utentes ativos, à data, deixaram de precisar, ou porque passaram a ser apoiados pelas famílias, ou porque dois desses foram admitidos no Lar Imaculada Conceição.

Não dispondo a nossa Instituição de edifícios, superiormente aprovados, para autonomizar este serviço e, eventualmente, para o ampliar, foi deliberado extingui-lo.

E fazemo-lo com total tranquilidade porque outras entidades se preparam para cobrir essa discutível necessidade, em ambiente urbano, embora muito útil nas aldeias. Aqui, perto de nós, a Junta de Freguesia de Lordelo vai iniciar essa atividade:

Apresenta-se de seguida os mapas com a capacidade da valência, a sua ocupação e as contas de exercício:

Resposta Social	Capacidade	Nº Acordo Cooperação	Média Utentes Dez 2021	Resultados
Centro de Dia	7	7	0	-6 869,78 €
ERPI - Lar Imaculada Conceição	66	58	61	-285 637,02 €
	73	65	61	-292 506,80 €

Quadro 3: Resposta Social ERPI (-Acordo/ocupação efetiva)

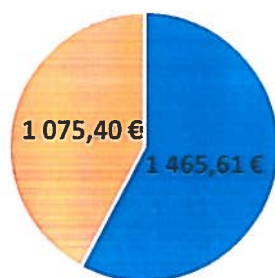


RENDIMENTOS E GASTOS	Centro de Dia	Lar 3ª Idade	PERÍODOS	
			2021	2020
Vendas e serviços prestados	1 481,14 €	425 440,37 €	426 921,51 €	469 588,10 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	-17,64 €	-42 697,79 €	-42 715,43 €	-46 115,66 €
<b>Resultado Bruto</b>	<b>1 463,50 €</b>	<b>382 742,58 €</b>	<b>384 206,08 €</b>	<b>423 472,44 €</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	6 296,59 €	322 524,18 €	328 820,77 €	312 983,99 €
Outros Rendimentos	3 262,49 €	39 227,53 €	42 490,02 €	57 860,28 €
Fornecimentos e serviços externos	-1 321,37 €	-433 986,29 €	-435 307,66 €	-401 216,94 €
Gastos com o Pessoal	-16 537,80 €	-536 225,46 €	-552 763,26 €	-501 594,84 €
Gastos de depreciação e de amortização	-25,45 €	-58 397,42 €	-58 422,87 €	-81 218,89 €
Perdas Por Imparidade	-7,70 €	-1 521,15 €	-1 528,85 €	-6 298,67 €
Outros gastos				-659,41 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-6 869,74 €</b>	<b>-285 636,03 €</b>	<b>-292 505,77 €</b>	<b>-196 672,04 €</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-0,04 €	-0,99 €	-1,03 €	-43,74 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-6 869,78 €</b>	<b>-285 637,02 €</b>	<b>-292 506,80 €</b>	<b>-196 715,78 €</b>

Quadro 4: Desempenho ERPI- 'Complexo Lar Imaculada Conceição'

<u>Resposta Social</u>	<u>Lar Imaculada</u>
<b>Colaboradores afetos</b>	<b>34</b>
<b>Prestadores Serviço</b>	<b>2</b>
Utentes C/acordo	58
Utentes S/acordo	3
<b>Total de Rendimentos da valência</b>	<b>787 192,08 €</b>
<b>Gasto Total Valência</b>	<b>1 072 829,10 €</b>
<b>Resultado Líquido por Valência</b>	<b>-285 637,02 €</b>
Gasto Médio Mensal/Utente	1 465,61 €
Rendimento Médio Mensal/Utente	1 075,40 €
Gasto/Proveito Apurado por Utente	<b>-390,21 €</b>

## Análise Gasto/Rendimento por utente- LIC



■ Gasto Médio Mensal/Utente ■ Rendimento Médio Mensais/Utente



### 3.1.3. Lar Hotel – Com alvará, mas sem Protocolo

É difícil, se não impossível, justificar o injustificável: o frequente resultado negativo, basicamente explicado pela fraca ocupação e pelo número elevado de colaboradoras afetas a esta valência.

Quanto ao resto, em ano anormal, as razões prendem-se com as horas extra nas equipas em espelho, pelo pagamento, este ano, de férias do ano passado não gozadas, e pelos gastos enormes em material de proteção individual, descartáveis, desinfetantes e detergentes, etc.

Resposta Social	Capacidade	Média Utentes - Dez 2021	Resultados
Lar Hotel Privado	40	24	<b>-141 720,42 €</b>

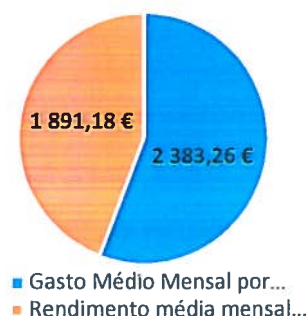
Quadro 5: Capacidade/ocupação Lar Hotel

Quadro 6: Desempenho Lar Hotel

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	Lar Hotel	
	2021	2020
Vendas e serviços prestados	421 761,72 €	457 644,37 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	116 186,25 €	123 674,63 €
<b>Resultado Bruto</b>	<b>305 575,47 €</b>	<b>333 969,74 €</b>
Trabalhos para a própria entidade	116 347,63 €	124 087,22 €
Subsídios, doações e legados à exploração	501,04 €	4 163,81 €
Outros Rendimentos	6 048,60 €	10 237,41 €
Fornecimentos e serviços externos	116 195,94 €	118 456,44 €
Gastos com o Pessoal	427 403,16 €	397 598,26 €
Gastos de depreciação e de amortização	26 322,54 €	30 047,66 €
Outros gastos	271,30 €	308,64 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-141 720,20 €</b>	<b>-73 952,82 €</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	0,22 €	28,09 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-141 720,42 €</b>	<b>-73 980,91 €</b>

<b>Colaboradores efetivos</b>	<b>26</b>
<b>Nº médio Clientes a 31 dezembro 2021</b>	<b>24</b>
<b>Total de Rendimentos da valência</b>	<b>544 658,99 €</b>
<b>Gasto Total Valência</b>	<b>686 379,41 €</b>
<b>Resultado Líquido por Valência</b>	<b>-141 720,42 €</b>
Gasto Médio Mensal por utente	2 383,26 €
Rendimento média mensal por utente	1 891,18 €
Resultado Líquido mensal por utente	-492,08 €

Lar Hotel- Ano 2021





### 3.2. Apoio à Família e à Comunidade

No âmbito desta designação incluem-se duas atividades: O serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e outra, mais recente, criada para responder ao programa de Emergência Alimentar – Cantinas Sociais.

Vamos analisá-las separadamente:

#### 3.2.1 Serviço de Apoio Domiciliário

É Objeto desta Obra Social retardar ao máximo a institucionalização das pessoas idosas mantendo a sua inserção na comunidade, no seu meio, e proporcionando a possibilidade de continuarem a usufruir do seu domicílio.

Para ocorrer esta necessidade, a Santa Casa da Misericórdia criou e mantém esta atividade, tendo assinado um Acordo de Cooperação com o Centro de Segurança Social com a capacidade de 59 utentes, como se pode observar nos quadros abaixo:

Resposta Social	Capacidade	Nº Acordo Cooperação	Média Utentes - Dez 2021	Resultados
Apoio Domiciliário	59	59	49	8 174,29 €

Quadro 7: Capacidade/ocupação SAD

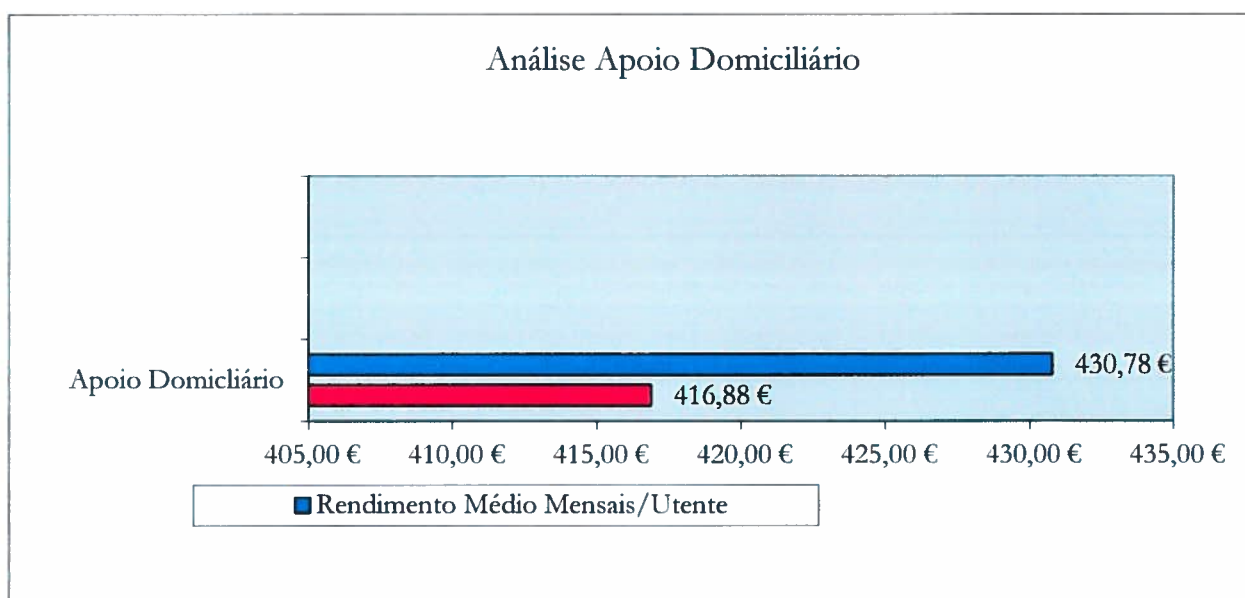
RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	Apoio Domiciliário	
	2021	2020
Vendas e serviços prestados	73 831,10 €	65 514,00 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	-3 056,54 €	-7 847,24 €
<b>Resultado Bruto</b>	<b>70 774,56 €</b>	<b>57 666,76 €</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	178 905,77 €	180 378,00 €
Outros Rendimentos	563,40 €	5 903,98 €
Fornecimentos e serviços externos	-102 132,73 €	-101 362,61 €
Gastos com o Pessoal	-128 332,91 €	-145 031,39 €
Gastos de depreciação e de amortização	-3 873,05 €	-4 102,74 €
Outros gastos	-7 728,90 €	-5 817,49 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>8 176,14 €</b>	<b>-12 365,49 €</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-1,85 €	-63,18 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>8 174,29 €</b>	<b>-12 428,67 €</b>

Quadro 8: Desempenho S.-AD



**Resposta Social****Apoio Domiciliário**

<b>Colaboradores afetos</b>		<b>8</b>
<b>Prestadores Serviço afetos</b>		<b>0</b>
Utentes C/acordo		49
Utentes S/acordo		0
<b>Total de Rendimentos da valência</b>		253 300,27 €
<b>Gasto Total Valência</b>		245 125,98 €
<b>Resultado Líquido por Valência</b>		<b>8 174,29 €</b>
Gasto Médio Mensal/Utente		416,88 €
Rendimento Médio Mensais/Utente		430,78 €
Gasto/Proveito Apurado por Utente		<b>13,90 €</b>



Através desta Atividade, proporcionam-se quatro serviços básicos: alimentação, higiene pessoal, higiene habitacional e tratamento de roupa.

Neste ano 2021, também este serviço foi afetado pela pandemia e muito! Em primeiro lugar, quanto ao número de utentes, inferior ao protocolado, quer com o cancelamento de alguns decorrentes da pandemia, quer pela falta de lista de espera. Mas não foi tudo. As despesas agravaram-se não só pela utilização, por parte das colaboradoras, de equipamento de proteção individual, mas sobretudo porque as refeições tiveram de ser servidas em descartáveis.





### 3.2.2 Cantina Social

Quando surgiu, por força da crise, nessa fase da história recente, o Programa de Emergência Alimentar, no âmbito Convenção da Rede de Solidária de Cantinas Sociais, já a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, intuindo essa necessidade, tinha aberto o seu Refeitório Social.

Mas, logo que possível, assinou, em junho de 2012, um protocolo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social, para o fornecimento de 1 refeição diária a utentes em situação de maior vulnerabilidade. Esse acordo, que na altura contemplava mais de 100 utentes, está reduzido, agora, a 29 refeições, ao preço de 2,50€.

Também por causa da pandemia, deixaram de ser servidos em sala de refeições, mas foram servidos em descartáveis! Mesmo assim, há a deslocação de um carro e ocupação de 1 colaborador.

Este resultado, patente no **quadro abaixo** é assumido, à partida, como uma específica Obra de Misericórdia.

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	Cantina Social	
	2021	2020
Vendas e serviços prestados	67,36 €	66,68 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	123,24 €	4 412,12 €
<b>Resultado Bruto</b>	<b>-55,88 €</b>	<b>-4 345,44 €</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	13 692,21 €	16 815,74 €
Outros Rendimentos	2 714,55 €	2 653,33 €
Fornecimentos e serviços externos	24 578,63 €	18 964,17 €
Gastos com o Pessoal	24 712,22 €	25 443,57 €
Gastos de depreciação e de amortização	5 519,00 €	5 354,19 €
Outros gastos	54,01 €	5,91 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-38 512,98 €</b>	<b>-34 644,21 €</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	0,24 €	0,53 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-38 513,22 €</b>	<b>-34 644,74 €</b>

Quadro 9: Desempenho Cantina Social



### 3.3 Complexo educativo da Infância e Juventude

No quarteirão de terreno, delimitado pelas ruas D. António Valente da Fonseca, a Norte, e as Ruas Marechal Teixeira Rebelo, Fonte Nova, a Sul, e a Avenida da Noruega, a sul e sudeste, está instalado o Complexo Educativo da Santa Casa da Misericórdia, através do qual, desde há muitos anos, foi ao encontro, pioneiramente, no Concelho, das necessidades das famílias e dos seus filhos, cumprindo, assim, as Obras de Misericórdia, quer Corporais, quer Espirituais.

Comporta 4 etapas:

**3.3.1 Creche**, com capacidade para 123 bebés;

**3.3.2. Jardim de Infância** (agora) Pré-Escolar, com capacidade para 100 crianças, mas, neste ano, com ocupação de 83;

**3.3.3. Lar Escola Florinhas da Neve**, com acordo para 42 meninas, mas, com frequência de 31;

**3.3.4. Centro de Apoio à Vida**, a funcionar, provisoriamente, no Edifício do Lar Escola Florinhas da Neve, mas com sede própria, na Rua Marechal Teixeira Rebelo, como é exigência do Centro Distrital da Segurança Social.

Ora, em primeiro lugar, vamos apresentar uns mapas ou quadros – com os números 10 e 11 – onde se evidenciam não só a capacidade, objeto do Acordo com a Segurança Social, e a frequência no ano em gestão; o número de colaboradoras afetas a cada (mapa nº9); e gastos com os respetivos resultados líquidos do presente exercício

Resposta Social	Valências	Capacidade	Nº Acordo	Média Utentes	Resultados
Complexo Infância e Juventude	Creche	124	124	127	-67 750,22 €
	Educação Pré-Escolar	100	100	83	-50 868,13 €
	Lar Escola Florinhas da	42	42	31	-104 290,81 €
	CAV - "Centro de	10	10	6	-10 878,53 €
TOTALS		162	114	148	-233 787,69 €

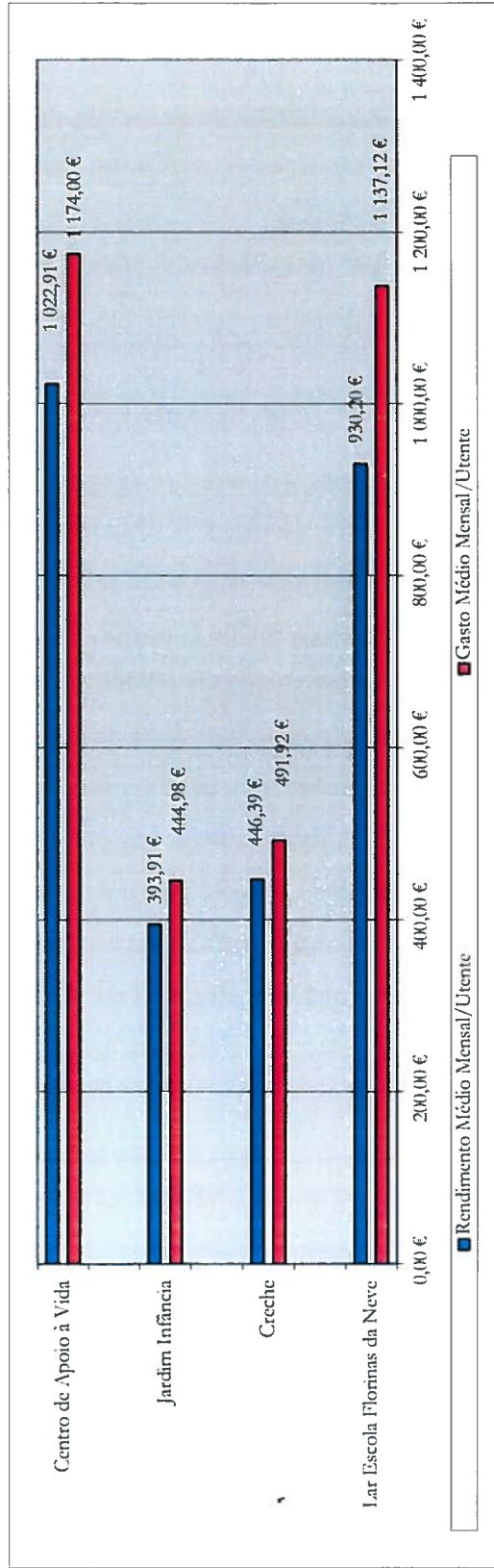
Quadro 10: Capacidade/acordo/ocupação – Complexo Juvenil

Resposta Social	Lar Escola Florinhas da Neve	Creche	Jardim Infância	Centro de Apoio à Vida
	Colaboradores afetos	34	15	6
	Prestadores Serviço	2	0	0
Utentes C/acordo	42	121	83	6
Utentes S/acordo	0	3	0	0
<b>Total de Rendimentos da valência</b>	<b>468 819,86 €</b>	<b>664 227,50 €</b>	<b>392 332,14 €</b>	<b>73 649,29 €</b>
<b>Gasto Total Valência</b>	<b>573 110,67 €</b>	<b>731 977,72 €</b>	<b>443 200,27 €</b>	<b>84 527,82 €</b>
<b>Resultado Líquido por Valência</b>	<b>-104 290,81 €</b>	<b>-67 750,22 €</b>	<b>-50 868,13 €</b>	<b>-10 878,53 €</b>
Gasto Médio Mensal/Utente	1 137,12 €	491,92 €	444,98 €	1 174,00 €
Rendimento Médio Mensal/Utente	930,20 €	446,39 €	393,91 €	1 022,91 €
Gasto/Proveito Apurado por Utente	-206,93 €	-45,53 €	-51,07 €	-151,09 €



## Relatório de Atividades e Contas - 2021

Quadro 11 – Rendimento 1.º Gasto médio p/ utente- complexo Juvenil



Quadro 12: Desempenho Complexo Juvenil

RENDIMENTOS E GASTOS	Lar Escola	Creche	Jardim de Infância	CAV - "Centro de	2021	2020
Vendas e serviços prestados	1 439,24 €	139 225,60 €	122 301,46 €	44,93 €	263 011,23 €	298 112,43 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	24 660,42 €	32 392,43 €	3 478,81 €	106,81 €	60 638,47 €	65 858,53 €
<b>Resultado Bruto</b>	<b>-23 221,18 €</b>	<b>106 833,17 €</b>	<b>118 822,65 €</b>	<b>-61,88 €</b>	<b>202 372,76 €</b>	<b>232 253,90 €</b>
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	53 577,41 €	0,00 €	0,00 €	53 577,41 €	41 267,43 €
Subsídios, doações e legados à exploração	445 466,66 €	463 352,63 €	269 059,30 €	72 658,50 €	1 250 537,09 €	1 195 141,98 €
Outros Rendimentos	21 913,96 €	8 071,86 €	971,38 €	945,86 €	31 903,06 €	30 574,51 €
Fornecimentos e serviços externos	183 804,65 €	78 360,80 €	107 992,52 €	6 745,76 €	376 903,73 €	364 637,23 €
Gastos com o Pessoal	310 749,27 €	605 405,95 €	316 777,52 €	69 688,49 €	1 302 621,23 €	1 182 326,52 €
Gastos de depreciação e de amortização	46 598,82 €	15 117,16 €	14 606,49 €	7 955,77 €	84 278,24 €	79 198,46 €
Outros gastos	7 296,77 €	698,16 €	343,34 €	30,85 €	8 369,12 €	6 641,02 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e</b>	<b>-104 290,07 €</b>	<b>-67 747,00 €</b>	<b>-50 866,54 €</b>	<b>-10 878,39 €</b>	<b>-233 782,00 €</b>	<b>-133 565,41 €</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	0,74 €	3,22 €	1,59 €	0,14 €	5,69 €	119,34 €
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-104 290,81 €</b>	<b>-67 750,22 €</b>	<b>-50 868,13 €</b>	<b>-10 878,53 €</b>	<b>-233 787,69 €</b>	<b>-133 684,75 €</b>



De seguida, passaremos à análise de tão assustadores resultados económicos, uma vez que as causas são aproximadamente as mesmas.

### **3.3.1. e 3.3.2. – Creche e Pré-Escolar (Jardim de Infância)**

Saídos de um ano -2020 – que já foi mau, na saúde, com reflexos diretos na economia, entrámos em janeiro de 2021, sofrendo o frio próprio desse tempo de inverno, mas enregelados, animicamente, pelas notícias anormais, anunciadoras de novas vagas de SARS-CoV2.

E foi neste “clima” e sob estas ameaças e incertezas que começámos este ano, apesar de, no dia 4 deste primeiro mês, com pompa e circunstância, se terem administrado, num Lar de Idosos, em Santarém, as primeiras vacinas.

Não obstante essa réstea de esperança, no dia 18, o Conselho de Ministros extraordinário aprovava o agravamento de medidas restritivas ... traduzidas, para nós, em mais restrições, portanto mais gastos. Como consequência dessas medidas, encerravam-se as escolas a 20 de janeiro... portanto também a nossa Creche e o nosso Jardim de Infância. E assim permaneceram até 15 de março. Consequências? Houve que fazer descontos nas mensalidades pagas pelos Pais, que, por si, já eram baixas, devido ao extrato social que nos procura. Esses descontos chegaram aos 80%, no Jardim de Infância, e 25%, na Creche. E as colaboradoras? As educadoras puderam beneficiar da implementação do Lay-off, com exceção de uma que foi continuar o seu trabalho com os bebés das Florinhas, também confinadas, e das outras senhoras, algumas foram aproveitadas nesta situação de emergência, para apoiar os nossos idosos e os nossos doentes e a equipa das Florinhas, devido ao aumento de trabalho.

Para além dessas ocupadas ao serviço da Instituição, muitas foram apoiar os filhos – agora, sem aulas – mas ao encargo do Estado que lhes pagava o vencimento. E foi assim até 15 de março!

Mas, com a reabertura, os cuidados não baixaram, como não baixaram os gastos com a aquisição de proteção individual (EPIs) e os desinfetantes.

Este excedente deficitário, extraordinário, sucedeu quando já havia um aumento de despesa com a atualização dos vencimentos, uma diminuição de frequência no Jardim de Infância e a já tradicional insuficiência das comparticipações do Estado, dito social.

Como nota final, e deixando uma palavra de serenidade à nossa Irmandade, pré-anunciamos o fecho progressivo das salas de Jardim de Infância, uma vez que o Estado tornou o pré-primário gratuito, nas Escolas Públicas.

E, quanto às Creches, que se vão tornando também gratuitas (para os pais), teremos de olhar com muita prudência para esta medida, que em nada nos favorece.

Começámos pelas primeiras daquele elenco ordenado por idades, passemos agora aos seguintes:





### 3.3.3. e 3.3.4. Centro de Apoio à Vida e Lar Escola Florinhas da Neve:

Pela sua natureza, estas obras sociais são tradicionalmente, deficitárias. Acolhidas pela nossa Santa Casa da Misericórdia em épocas e situações características, com o objetivo de acolher e formar crianças e/ou jovens para a sociedade, proporcionando-lhes comida e alojamento, dentro do âmbito das Obras de Misericórdia Corporais, mas, sobretudo, exercendo as espirituais, aconselhando, formando nos valores cristãos, corrigindo e/ou consolando e estimulando.

Torna-se num investimento o dispêndio de energias e bens materiais, naquilo que é mais sagrado: a pessoa humana dos mais fragilizados. Por isso, honra seja feita à Irmandade que, nas suas Assembleias, nunca questionou essa despesa! Mas, agora, neste ano, com esse aumento?

As explicações são idênticas às apresentadas para as outras valências: para além da atualização dos vencimentos, por imperativo do aumento substancial salário mínimo nacional, houve a necessidade de, pela formação das equipas em espelho, trabalhando durante 12 horas seguidas, durante o confinamento obrigatório, com o encerramento das escolas, desde 20 de janeiro a 15 de março, pagar muitas horas extraordinárias, em dias úteis e em fins de semana, com a correspondente e obrigatória valorização (50% na primeira hora, 75% nas outras e a 100% nos feriados e dias santos), o que acarretou um aumento assustador dos gastos com o pessoal ( a ultrapassar os 50% dos gastos totais , neste exercício.

Acrescente-se, ainda, as despesas com os equipamentos de proteção individual (máscaras, toucas, aventais, fatos completos, proteção do calçado, etc)

Chegou-se, inesperada e insensivelmente, no dia a dia, a esses valores ameaçadores da estabilidade financeira.



### 3.4 Área da Saúde: Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Reabilitação de Média Duração

Herdando o nome do nosso Hospital – nacionalizado em 1975 – e simbolizado por “duas mãos” que acolhem os que nos são enviados através da Rede Nacional dos Cuidados Continuados, sem possibilidade de escolha, pela nossa parte, ou de aceitar ou não aceitar, esta Obra Social foi para as nossas contas, neste ao contrário dos primeiros tempos, uma, mais uma, arrasadora atividade, desgastante de bens e de tranquilidade administrativa (quadro 14)

Meses de Faturação	Capacidade máxima mensal-Dias	Diárias Internamento-Dias	Diferencial não faturado	Ocupação	Diferencial faturação- ARS (57,84€/dia)	Diferencial faturação-Seg. Social (20,55€/dia)
janeiro	837	678	159	84,47%	9 196,56 €	3 267,45 €
fevereiro	756	630	126	86,24%		
março	837	669	168	84,23%	9 717,12 €	3 452,40 €
abril	810	689	121	87,65%		
maio	837	707	130	87,10%		
junho	810	675	135	85,56%		
julho	837	662	175	80,76%	10 122,00 €	3 596,25 €
agosto	837	699	138	85,66%		
setembro	810	693	117	86,67%		
outubro	837	711	126	88,77%		
novembro	810	682	128	85,19%		
dezembro	837	672	165	82,80%	9 543,60 €	3 390,75 €
					<b>38 579,28 €</b>	<b>13 706,85 €</b>

Quadro 13: Taxa de ocupação ano 2021- UCCI

#### E porquê?

Em primeiro lugar, este ano de 2021, para a nossa Unidade, foi uma contínua restrição da ocupação (27 camas), como se pode observar no (**quadro 13**), que se traduz numa diminuição de 52.286,13€ nas receitas do acordo.

Depois, os gastos com o pessoal e, pelas exigências do momento, com os equipamentos de proteção individual ajudaram ao prejuízo, de qualquer maneira, exagerado.





RENDIMENTOS E GASTOS	Área Saúde	
	PERÍODOS	
	2021	2020
Vendas e serviços prestados	885 115,72	877 415,33
Custo das vendas e dos serviços prestados	100 766,65	83 706,11
<b>Resultado Bruto</b>	<b>784 349,07</b>	<b>793 709,22</b>
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	582,21	4 924,49
Outros Rendimentos	5 190,53	17 821,58
Fornecimentos e serviços externos	264 272,11	264 136,65
Gastos com o Pessoal	533 652,02	526 028,12
Gastos de depreciação e de amortização	44 851,97	47 147,85
Outros gastos	874,01	1 203,35
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-53 528,30</b>	<b>-22 060,68</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	0,24	26,46
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-53 528,54</b>	<b>-22 087,14</b>

Quadro 14: Desempenho UCCI



### 3.5 Outras Atividades:

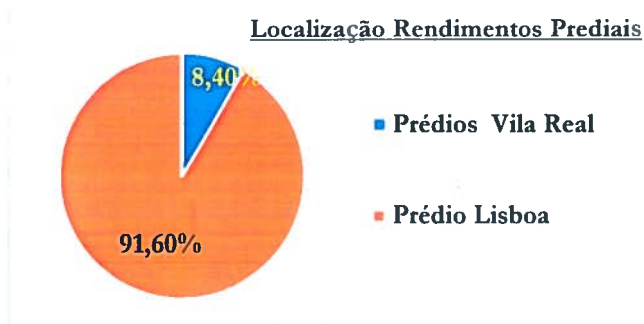
#### 3.5.1 Património Imobiliário

O **património imobiliário**, sendo uma das principais fontes de rendimento da Misericórdia de Vila Real, correspondendo a cerca de 14% da sua receita Global, contribuiu para a sustentabilidade da Instituição, quer pela anulação dos resultados negativos de todas as obras sociais, quer ainda, para a conservação e reparação dos edifícios, onde estas funcionam.

No ano de 2021 ultrapassou a meta de meio milhão de euros de rendimentos com arrendamentos, tendo-se faturado a importância de **654 417,85 €**.

Rendimentos Prediais	Valores 2021	Valores 2020	%
Prédios Vila Real	54 971,90 €	55 280,73 €	-0,56%
Prédio Lisboa	599 445,95 €	603 739,67 €	-0,72%
	<b>654 417,85 €</b>	<b>659 020,40 €</b>	<b>-1,28%</b>

Quadro 15: Distribuição Rendimentos rendas prediais



#### 3.5.2 Atividade Internas- Trabalhos para a própria Instituição

“Trabalhos para a própria empresa” - são os trabalhos que a Instituição realiza para si mesma, utilizando recursos próprios ou adquiridos para o efeito. O valor da respetiva contabilização deve ser o custo de produção desses trabalhos e destina-se a compensar o gasto que a Instituição teve com a produção/trabalhos internos: por exemplo pessoal, material, combustíveis, etc. Ora, esses encargos são debitados e a sua contrapartida é o reconhecimento de um proveito na mesma proporção.

Outras Atividades	Nº de refeições confeccionadas- 2021	Nº de refeições confeccionadas- 2020
Cozinha Geral	167 930	187 616
Cozinha - Creche	72 570	89 785
Cozinha Lar Hotel	75 396	67 011
	<b>315 896</b>	<b>344 412</b>
	<b>Kg de roupa entregues- 2021</b>	<b>Kg de roupa entregues- 2020</b>
Lavandaria	51 376	62 561

Quadro 16: “Trabalhos para a p/ Instituição”



## 4 Órgãos Sociais (Quadriénio 2020/2023)

### 4.1 Mesa da Assembleia-geral

Presidente: Pedro Chagas Ramos  
1º Secretário: Joaquim do Cabo Sabino  
2º Secretário: Eduardo Baptista da Silva

### Conselho Fiscal / Definitório

Presidente: Daniel Abílio Ferreira Bastos  
Vice-Presidente: José Rogério Pereira Fernandes  
Secretário Relator: Óscar Monteiro Ferreira (renunciou ao Cargo a 16-12-2021)

1º Suplente: Hélder Augusto Gonçalves de Oliveira  
2º Suplente: Agostinho Mourão Quintelas  
3º Suplente: Sílvio de Barros Pinto

### Mesa Administrativa

Provedor: Padre José Joaquim Dias Gomes  
Vice-Provedor: Vítor Manuel Gonçalves dos Santos  
Secretário: Amílcar Alexandre Carneiro Pereira Marcelino  
Tesoureiro: António José Santos Lopes Magalhães (renunciou ao cargo a 09/09/2020)  
Tesoureiro: (3º Suplente) Manuel Luís Pereira Oliveira Brochado (iniciou funções a 21/09/2020)  
1.º Vogal: António Francisco Caseiro Marques (renunciou ao cargo a 02/09/2020)  
1.º Vogal: Maria Valentina Machado Taveira Campos  
2.º Vogal: Manuel da Conceição Coutinho (renunciou ao cargo a 08/09/2020)  
2.º Vogal: (1º Suplente) Jorge Armando Pinto Montenegro Machado (iniciou funções a 21/09/2020)  
3.º Vogal: (4º Suplente) Carlos Eduardo de Sousa Teixeira (iniciou funções a 21/09/2020)

2º Suplente: O Irmão Manuel Augusto do Carmo (2º Suplente) não aceitou o convite, para integrar a Mesa Administrativa, com envio de carta justificativa a 12/09/2020



## 5.1 Atividade Desenvolvida

O Plano de Ação para o ano de 2021, assentava em sete eixos de orientação estratégica:

1. Capacitação e qualificação de trabalhadores;
2. Promoção da qualidade dos serviços prestados;
3. Requalificação dos serviços prestados a nível Apoio Domiciliário;
4. Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local;
5. Reorganização e Inovação como estratégia para a eficiência dos serviços;
6. Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira.

A pandemia COVID-19, obrigou a alterar, de modo significativo, a estratégia estabelecida. A atividade da Instituição centrou-se, particularmente, em garantir a resposta aos mais carenciados, o que fez com que o Programa de Emergência Alimentar (PEA), fornecesse um nº de refeições muito para além do protocolado com o ISS – Instituto de Segurança Social. Internamente, foi assegurada a manutenção da qualidade dos serviços prestados, nas diferentes respostas sociais, para garantir a sua proteção, contra o surto da COVID-19. A reorganização dos serviços, na sua generalidade passou pelos serviços de apoio; manutenção, cozinha (aquisição de um forno de alto rendimento), serviços administrativos e SAD.

A capacitação e formação dos recursos humanos, teve, apesar de tudo, atividade significativa, de que resultou em cerca de 334 horas de formação.

A Instituição interveio na comunidade através de diferentes respostas sociais:



Valências	Quadro de Pessoal		Análise Utentes	
	dez-21	Ausência registadas	Valor em acordo	Média Freqüência 2021
1 CRECHE	35	1	124	127
2 JARDIM-DE-INFÂNCIA	15	2	100	83
3 FLORINHAS	19	1	42	30
4 CENTRO DE APOIO À VIDA	4	0	10	6
<b>Total Infância e Juventude</b>	<b>73</b>	<b>4</b>	<b>276</b>	<b>246</b>
4 LAR IMACULADA CONCEIÇÃO	36	2	59	59
5 APOIO DOMICILIÁRIO	8	1	59	49
7 CENTRO DE DIA	1	0	7	0
8 LAR HOTEL	33	7		24
<b>Total Terceira Idade</b>	<b>78</b>	<b>10</b>	<b>125</b>	<b>132</b>
9 UCCI - Tx Ocupação	32	0		85,43%
SOM	1	0	---	---
PATRIMÓNIO	1	0	---	---
CANTINA SOCIAL	2	0		22 utentes
LAVANDARIA	6	0	---	---
COZINHA	8	1	---	---
<b>Total. Outras atividades</b>	<b>50</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	
SECRETARIA/SEDE	6	0		
<b>Total Serv. Administ. - Sede</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total Geral</b>	<b>207</b>	<b>15</b>	<b>401</b>	<b>383</b>

No Apoio Domiciliário (SAD) a frequência média tem vindo a descer, tendo ficado nos 83%, em 2021. Para além dos receios relacionados com a pandemia, a volatilidade da procura e a existência de outras instituições a prestarem o mesmo tipo de serviços, parece estar a dificultar a entrada de novos utentes, fazendo com que o hiato temporal entre a saída de um utente e a entrada tenha vindo a aumentar.

No caso das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), verificou-se uma diminuição da frequência média, no decurso do ano, mas com principal incidência na procura de alojamento temporário.

O Centro de Dia, por imposição legal, encerrou as suas atividades em março, só reabrindo em setembro, encerrando de novo em novembro. Aos utentes interessados, mantivemos apoio no domicílio. Este encerramento teve como resultado quebra nas receitas de utentes.





## 5.2 Prestação de Contas

Com o objetivo de tornar o mais transparente possível a gestão da Instituição, e dando seguimento às normas legais em vigor, a Mesa Administrativa coloca à disposição dos interessados, no seu website ([www.scmvr.pt](http://www.scmvr.pt)), as contas do exercício de 2021, acompanhadas pelos respetivos anexos contabilísticos. A qualidade e a veracidade das peças são garantidas pelo Conselho Fiscal/Definitório e pelo Revisor Oficial de Contas, cuja apreciação se encontra evidenciada no Parecer do Definitório e na Certificação Legal de Contas.

## 5.3 Situação Patrimonial

A evolução da estrutura do balanço, expressa no quadro, permite compreender a situação patrimonial da Instituição. O ativo e o passivo variaram, de -4% e 9%, respetivamente.

Estrutura do Balanço (€)	Δ (2020-2021)	2021	2020	2019
Ativo não corrente	-3%	8 710 034,46 €	9 003 234,45 €	9 055 813,56 €
Ativo corrente	-10%	812 265,21 €	894 428,44 €	1 043 975,01 €
<b>Total do ativo</b>	<b>-4%</b>	<b>9 522 299,67 €</b>	<b>9 897 662,89 €</b>	<b>10 099 788,57 €</b>
<b>Fundo patrimonial</b>	<b>-5%</b>	<b>8 721 347,88 €</b>	<b>9 167 416,77 €</b>	<b>9 335 831,64 €</b>
Passivo não corrente		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivo corrente	9%	800 951,79 €	730 246,12 €	763 956,93 €
<b>Total do passivo</b>	<b>9%</b>	<b>800 951,79 €</b>	<b>730 246,12 €</b>	<b>763 956,93 €</b>
<b>Total fundo patrimonial e passivo</b>		<b>9 522 299,67 €</b>	<b>9 897 662,89 €</b>	<b>10 099 788,57 €</b>

### 5.3.1 Ativo Corrente

Em 2021 o ativo corrente desceu 4%, em relação a 2020 o que representa uma variação líquida negativa -82 163,23 €. Esta variação deve-se aos seguintes factos:

- De termos menos valor registados em inventários;
- descida dos valores a receber manifestado essencialmente pela descida no valor das prestações de serviços (menos utentes)



### 5.3.2 Ativo não Corrente

Em termos de imobilizado, a evolução das principais rubricas foi a seguinte:

Ativo não corrente (€)	Δ (2020-2021)	2021	2020	2019
Ativo fixo tangível	-4%	7 797 684,35 €	8 096 416,82 €	8 154 181,44 €
Investimentos financeiros	19%	29 573,43 €	24 040,98 €	18 855,47 €
Bens do Património Histórico Artístico e Cultural	0%	882 776,65 €	882 776,65 €	882 776,65 €
<b>Total</b>		<b>8 710 034,43 €</b>	<b>9 003 234,45 €</b>	<b>9 055 813,56 €</b>

A variação dos ativos fixos tangíveis foi de **-4%**, ou seja, o valor das aquisições efetuadas, em 2021 foram inferiores ao das depreciações. O reforço mais significativo foi o valor referente aos investimentos financeiros onde se incluem exclusivamente os valores referentes ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) que é um fundo autónomo, com personalidade jurídica, dirigido por um conselho de gestão. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O FCT é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos seus trabalhadores.

### 5.3.3 Passivo Corrente

No passivo corrente, verificou-se uma variação de **+9%**, devido ao aumento essencialmente dos reconhecimentos férias e subsídio de férias a vencer em janeiro de 2022, mas que dizem respeito a 2021, bem como um ligeiro aumento do valor inscrito nas dividas a fornecedores conta corrente.

Passivo corrente (€)	Δ (2020-2021)	2021	2020	2019
Fornecedores	25%	126 756,40 €	94 711,94 €	83 670,78 €
Estado e outros entes públicos	-16%	71 844,47 €	83 363,22 €	131 167,79 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferimentos	-1%	66 109,68 €	66 500,56 €	91 994,58 €
Outros passivos correntes	9%	536 241,24 €	485 670,40 €	457 123,78 €
<b>Total</b>	<b>9%</b>	<b>800 951,79 €</b>	<b>730 246,12 €</b>	<b>763 956,93 €</b>

A rubrica Estado e outros entes públicos, reflete os pagamentos à Segurança Social, respeitante aos trabalhadores da Instituição.

O total do passivo foi superior ao do ano anterior, em **70 705,67 €**.

### 5.3.4 Passivo não Corrente

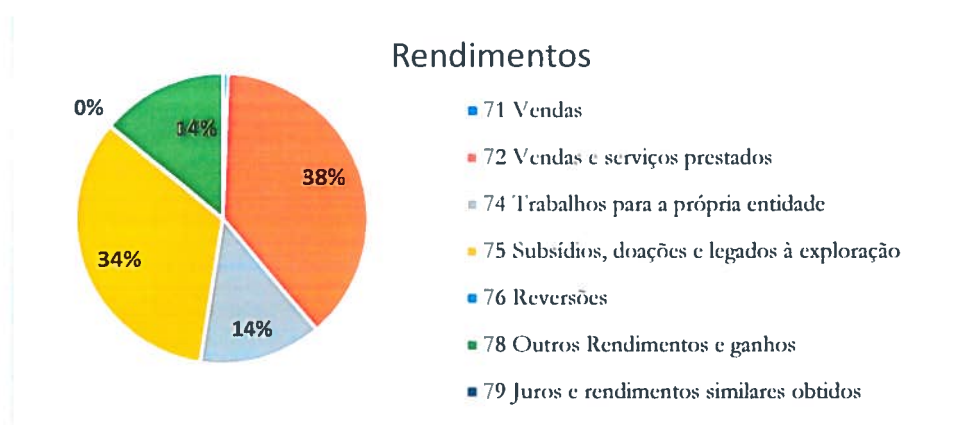
A Instituição não detém neste momento qualquer divida a longo prazo quer a Instituições de crédito quer a fornecedores de imobilizado.



## 6. Origem dos recursos

Em 2021, a maior parte dos rendimentos proveio da Comparticipação dos utentes (39%), Comparticipação da Segurança Social (33%), Outros rendimentos (14%), e trabalhos para a própria empresa (14%).

Rendimentos		2 021	2 020	Desvio
71	Vendas	26 969,63 €	22 617,94 €	4 351,69 €
72	Vendas e serviços prestados	2 046 734,42 €	2 149 416,07 €	-102 681,65 €
74	Trabalhos para a própria entidade	733 482,67 €	722 830,94 €	10 651,73 €
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1 793 151,10 €	1 730 324,62 €	62 826,48 €
76	Reversões	0,00 €	465,00 €	-465,00 €
78	Outros Rendimentos e ganhos	746 823,16 €	787 856,20 €	-41 033,04 €
79	Juros e rendimentos similares obtidos	156,88 €	156,88 €	0,00 €
		<b>5 347 287,86 €</b>	<b>5 413 667,65 €</b>	



Comparativamente a 2020, registou-se uma quebra nas receitas dos utentes em **-102 681,65€** devido essencialmente às restrições de admissões em ERPI's e diminuição considerável das mensalidades em Creche e Jardins de Infância, causadas pelos efeitos colaterais da pandemia no contexto económico financeiro nacional.

Resposta Sociais/Rendimentos (mensalidades)	2021	2020	Varição	Δ
Creches	136 521,80 €	160 248,02 €	-23 726,22 €	-17,38%
Jardins de Infância	121 046,35 €	133 343,40 €	-12 297,05 €	-10,16%
Escola Donas de Casa	1 200,00 €	1 200,00 €	0,00 €	0,00%
Apoio Domiciliário	73 424,21 €	64 801,31 €	8 622,90 €	11,74%
Unidade Média Duração e Reabilitação da RNCCI	885 197,14 €	875 794,70 €	9 402,44 €	1,06%
Lar Imaculada Conceição* <i>inclui alojamento temporário</i>	398 085,69 €	440 450,50 €	-42 364,81 €	-10,64%
Centros de Dia	1 469,16 €	7 838,15 €	-6 368,99 €	-433,51%
Lar Hotel	405 684,70 €	442 121,67 €	-36 436,97 €	-8,98%
Serviços Secundários	19 485,37 €	18 908,32 €	577,05 €	2,96%
Quotizações	4 620,00 €	4 710,00 €	-90,00 €	-1,95%
<b>Totais</b>	<b>2 022 629,05 €</b>	<b>2 125 797,75 €</b>	<b>-102 681,65 €</b>	<b>-5,10%</b>



Por outro lado, salienta-se:

- ✓ o aumento das participações das valências sociais em 35 978,43€, resultante da atualização dos valores dos Acordos de Cooperação.

Equipamento Social	Participação Anual 2021	Participação Anual 2020	Desvio	%
Florinhas da Neve	400 150,80 €	386 245,47 €	13 905,33 €	3,48%
Creche	433 628,11 €	417 281,14 €	16 346,97 €	3,77%
Jardim	247 453,60 €	250 074,20 €	-2 620,60 €	-1,06%
CAV - "Centro de Apoio à Vida"	72 199,20 €	69 690,00 €	2 509,20 €	3,48%
Centro de Dia	6 213,42 €	13 319,00 €	-7 105,58 €	-114,36%
Lar Imaculada Conceição	320 195,35 €	299 664,99 €	20 530,36 €	6,41%
Apoio Domiciliário	174 580,80 €	178 475,55 €	-3 894,75 €	-2,23%
ISS- Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social	13 110,00 €	16 802,50 €	-3 692,50 €	-28,17%
	<b>1 667 531,28 €</b>	<b>1 631 552,85 €</b>	<b>35 978,43 €</b>	<b>2,16%</b>

- ✓ aumento na rubrica de outros subsídios atribuídos por outras entidades no valor de 21 273,41€

Outros Subsídios	2021	2020	Varição
Outros	34 364,21 €	1 989,85 €	32 374,36 €
Outras Entidades - Abonos de Família (Florinhas da Neve)	32 564,03 €	38 361,69 €	-5 797,66 €
Donativos (dinheiro e espécie)	3 277,21 €	14 483,47 €	-11 206,26 €
(Outros recebimentos) - Processos Judiciais	6 550,00 €	1 650,00 €	4 900,00 €
Consignação Fiscal De IRS	2 619,70 €	2 010,15 €	609,55 €
PROMAIS _Município de Vila Real	40 640,03 €	40 246,61 €	393,42 €
<b>Totais</b>	<b>120 015,18 €</b>	<b>98 741,77 €</b>	<b>21 273,41 €</b>

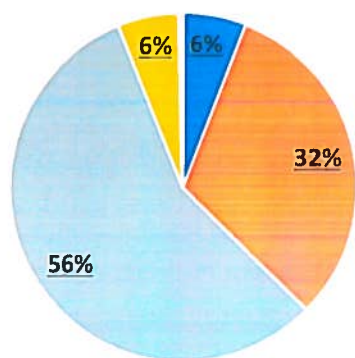


## 7. Gastos

A maior fatia dos gastos da Instituição está relacionada com o pessoal (56%), o que dá consistência à ideia de que deverá haver uma visão estratégica para a gestão dos recursos humanos, não só pela sua importância, em termos de custos, mas também devido ao papel que desempenham na qualidade do serviço prestado. Equilíbrio difícil de conseguir!

Uma visão estratégica de recursos humanos implica o alinhamento dos recursos, com a estratégia da organização, nomeadamente, através da identificação dos objetivos estratégicos, claros e atingíveis, dos recursos necessários para os concretizar, da captação de competências, da clarificação do papel que se espera de cada colaborador, da avaliação de desempenho, e, evidentemente, do reconhecimento e compensação, de quem se destaca no desempenho das suas funções.

Gastos		2 021	2 020	Desvio
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	336 323,74 €	351 325,84 €	-15 002,10 €
62	Fornecimentos e serviços externos	1 807 801,44 €	1 742 709,18 €	65 092,26 €
63	Gastos com o pessoal	3 240 568,92 €	3 045 040,48 €	195 528,44 €
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	331 781,64 €	356 538,11 €	-24 756,47 €
65	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	6 298,67 €	-5 833,67 €
68	Outros gastos e perdas	21 969,69 €	19 294,82 €	2 674,87 €
69	Juros e gastos similares suportados	17,81 €	540,01 €	-522,20 €
		<b>5 738 463,24 €</b>	<b>5 521 747,11 €</b>	



### Gastos

- 61 Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
- 62 Fornecimentos e serviços externos
- 63 Gastos com o pessoal
- 64 Gastos/reversões de depreciação e de amortização
- 65 Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)
- 68 Outros gastos e perdas

### Análise:

Em comparação com 2020, destaca-se uma ligeira diminuição dos gastos com EPI's no valor de 15.000,10€, visível na rubrica Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas. Relativamente à rubrica Fornecimentos e Serviços Externos deparamo-nos com um aumento de 65.092,26€, causado essencialmente pela inflação e pelo aumento do preço da Energia e Flúidos (eletricidade, combustíveis, gás e água). Os gastos com pessoal aumentaram em 195 528,44 €.





## 8. Análise de contexto

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real apresentou resultados líquidos negativos, bastante divergentes em relação ao orçamentado, tal como explanado no quadro abaixo, o que nos levou a fazer uma análise às suas forças, oportunidades, fragilidades e ameaças:

Análise contextual por principais fragilidades:

- 8.1 diminuição do volume dos serviços prestados, em aproximadamente 6,11% (-343 116,95€) em relação ao orçamentado. **Projetou-se uma ocupação em alta**, conforme quadro abaixo o que não veio a acontecer:

Resposta Social	Utentes com Acordo	Utentes sem Acordo	Média Frequência Anual setembro 2020	Frequência Prevista para 2021	Frequência média em 2021
Lar Escola Florinhas da Neve	42		42	42	42
Creche	121	3	122	124	127
Jardim Infância	100	0	104	100	83
CAV	10	0	4	10	10
Apoio Domiciliário	59	0	49	59	49
Centro de Dia	7	0	3	7	0
Lar Imaculada Conceição	58	6	58	58	58
Lar Hotel	0	40	27	30	24
UCCI	27 Camas		20 Camas	27 Camas	25 camas
Alojamento Temporário			2	4	3

8.2 O aumento foi influenciado, essencialmente, pelo elevado gasto com o fornecimento de água, energia elétrica, combustíveis, conservação e reparação e atualização do contrato de fornecimento de serviço de refeições:

Descrição	Orçamento 2021	2021	Varição
Subcontratos	938 383,72 €	985 964,01 €	47 580,29 €
Serviços especializados	210 713,23 €	297 325,27 €	86 612,04 €
Materiais	117 649,37 €	94 165,96 €	-23 483,41 €
Energia e fluidos	268 056,63 €	351 029,83 €	82 973,20 €
Deslocações, estadas e transportes	0,00 €	58,32 €	58,32 €
Serviços diversos	54 606,92 €	79 258,05 €	24 651,13 €
<b>Total</b>	<b>1 589 409,86 €</b>	<b>1 807 801,44 €</b>	<b>218 391,58 €</b>



A relação entre **orçamento previsto e realizado** é essencial para o acompanhamento, por parte da gestão, deve ser utilizada como linha orientadora para definição de novas políticas de gestão que permitam, com apoio em dados histórico, realizar um orçamento o mais perto possível do equilíbrio mínimo, o que não se verificou no decurso do ano 2021. Acompanhar o desempenho orçamental é um instrumento que deverá ser usado para definir estratégias operacionais para o seu eficaz desempenho.

	Análise de gastos	Orçamento 2021	2021	Variação Orçamento	%	Peso p/Rubrica
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	296 371,00 €	336 323,74 €	39 952,74 €	0,71%	5,9%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 589 410,00 €	1 807 801,44 €	218 391,44 €	3,90%	34,5%
63	Gastos com o Pessoal	3 294 270,00 €	3 240 568,92 €	-53 701,08 €	-0,96%	56,5%
64	Gastos de depreciação e de amortização	417 093,00 €	331 781,64 €	-85 311,36 €	-1,52%	5,8%
65	Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,0%
67	Provisões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,0%
68	Outros gastos e perdas	7 500,00 €	21 969,69 €	14 469,69 €	0,26%	0,4%
69	Gastos e perdas de financiamento	1 000,00 €	17,81 €	-982,19 €	-0,02%	0,0%
	<b>Total</b>	<b>5 605 644,00 €</b>	<b>5 738 463,24 €</b>	<b>132 819,24 €</b>		

	Análise de Rendimentos	Orçamento 2021	2021	Variação Orçamento	%	Peso p/Rubrica
71+72	Vendas/Prestação de Serviços	2 421 201,00 €	2 078 084,05 €	-343 116,95 €	-6,11%	38,9%
74	Trabalhos para a própria entidade	720 000,00 €	733 482,67 €	13 482,67 €	0,24%	13,7%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1 696 324,00 €	1 788 741,10 €	92 417,10 €	1,65%	33,5%
76	Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,0%
78	Outros rendimentos e ganhos	773 944,00 €	746 823,16 €	-27 120,84 €	-0,48%	14,0%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00 €	156,88 €	156,88 €	0,00%	0,0%
	<b>Total</b>	<b>5 611 469,00 €</b>	<b>5 347 287,86 €</b>	<b>-264 181,14 €</b>		



## 9. Resultados

A Instituição encerrou o ano 2021 com um resultado líquido negativo de **391 175,38 €**.

Valência	Rendimentos	Gastos	Resultado líquido 2021	Resultado líquido 2020	Δ (2021/2020)
<b>Infância e Juventude</b>					
Florinhas da Neve	468 819,86 €	573 110,67 €	-104 290,81 €	-41 059,18 €	-63 231,63 €
Creche	664 227,50 €	731 977,72 €	-67 750,22 €	-49 675,07 €	-18 075,15 €
Jardim	392 332,14 €	443 200,27 €	-50 868,13 €	-35 184,45 €	-15 683,68 €
Centro de Apoio à Vida	73 649,29 €	84 527,82 €	-10 878,53 €	-7 731,43 €	-3 147,10 €
<b>Total</b>	<b>1 599 028,79 €</b>	<b>1 832 816,48 €</b>	<b>-233 787,69 €</b>	<b>-133 650,13 €</b>	<b>-100 137,56 €</b>
<b>Terceira Idade</b>					
Centro de Dia	11 040,22 €	17 909,92 €	-6 869,70 €	-2 893,90 €	-3 975,80 €
Lar Imaculada Conceição	787 192,08 €	1 072 829,10 €	-285 637,02 €	-193 821,88 €	-91 815,14 €
Apoio Domiciliário	253 300,27 €	245 125,98 €	8 174,29 €	-10 810,77 €	18 985,06 €
<b>Total</b>	<b>1 051 532,57 €</b>	<b>1 335 865,00 €</b>	<b>-284 332,43 €</b>	<b>-207 526,55 €</b>	<b>-76 805,88 €</b>
<b>Lar Hotel</b>					
	Rendimentos	Gastos	Resultado líquido 2021	Resultado líquido 2020	Δ (2021/2020)
Lar Hotel	544 658,99 €	686 379,41 €	-141 720,42 €	-73 972,75 €	-67 747,67 €
<b>Total</b>	<b>544 658,99 €</b>	<b>686 379,41 €</b>	<b>-141 720,42 €</b>	<b>-73 972,75 €</b>	<b>-67 747,67 €</b>
<b>Saúde</b>					
Unidade Cuidados Continuados Integrados	890 888,46 €	944 417,00 €	-53 528,54 €	-22 079,46 €	-31 449,08 €
<b>Total</b>	<b>890 888,46 €</b>	<b>944 417,00 €</b>	<b>-53 528,54 €</b>	<b>-22 079,46 €</b>	<b>-31 449,08 €</b>
<b>Outras Atividades</b>					
	Rendimentos	Gastos	Resultado líquido 2021	Resultado líquido 2020	Δ (2021/2020)
Agric./ Pecuaria e Serv. Gerais	724,50 €	3 250,52 €	-2 526,02 €	-9 366,55 €	6 840,53 €
Rendas Prediais	676 122,48 €	228 947,76 €	447 174,72 €	436 218,27 €	10 956,45 €
Património	2 869,34 €	86 811,12 €	-83 941,78 €	-63 057,77 €	-20 884,01 €
Cantina Social	16 474,12 €	54 987,34 €	-38 513,22 €	-34 644,52 €	-3 868,70 €
Cozinha Geral	458 806,21 €	458 806,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Lavandaria	106 182,32 €	106 182,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>1 261 178,97 €</b>	<b>938 985,27 €</b>	<b>322 193,70 €</b>	<b>329 149,43 €</b>	<b>-6 955,73 €</b>
<b>Total Instituição</b>	<b>5 347 287,78 €</b>	<b>5 738 463,16 €</b>	<b>-391 175,38 €</b>	<b>-108 079,46 €</b>	<b>-283 095,92 €</b>

### Atenção:

Nos últimos seis anos a Instituição apresentou quatro resultados líquidos positivos e um negativo.

Resultados Líquidos (€)	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Totalidade dos Rendimentos	5 347 287,78 €	5 413 667,65 €	5 493 594,06 €	5 240 217,22 €	5 180 473,42 €	5 052 657,13 €
Totalidade dos Gastos	5 738 463,16 €	5 521 747,11 €	5 332 324,56 €	5 158 141,50 €	5 100 949,93 €	5 050 135,61 €
Resultado Líquido	-391 175,38 €	-108 079,46 €	161 269,50 €	82 075,72 €	79 523,49 €	2 521,52 €



## 10. Análise de desempenho

### 10.1 EBITDA

A análise do EBITDA, traduz-se no cálculo da medida de desempenho que consiste no apuramento do **lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações**. Esta leitura ajuda a reforçar as conclusões apresentadas anteriormente, nomeadamente quanto ao desempenho **individual das respostas e no peso das depreciações**.

O EBITDA ou o **Resultado Antes de Depreciação Outros Gastos e Impostos**, demonstra o potencial da Instituição em gerar receita na sua atividade. Consta-se assim que este ano 2021, por força das razões já evidenciadas que a análise de desempenho da Atividade Global da Instituição foi negativa em **-59 375,93 €**, este indicador evidencia que a Instituição atravessou **alguns problemas**, uma vez que a receita bruta não conseguiu cobrir custos operacionais e administrativos.

Alguns fatores que conduziram para um EBITDA negativo foram:

- Diminuição no volume dos serviços prestados (vendas e prestação de serviços);
- O princípio da regra do equilíbrio mínimo não foi conseguido, ou seja, os rendimentos não foram autossuficientes para cobrir os gastos operacionais;
- Gastos com pessoal demasiadamente alto;
- Entre outros.

Embora o EBITDA seja importante para estudar a viabilidade económica dos diferentes centros de custo (equipamentos sociais), são os resultados líquidos que nos permitem analisar a sustentabilidade dos sectores. As depreciações não podem ser vistas como um custo fictício, mas sim como um instrumento que tem por objetivo incentivar a poupança dos recursos que, mais cedo ou mais tarde, serão necessários para conservar, reparar e/ou reequipar as diferentes valências.

Da análise deste indicador, pode concluir-se que a estabilidade financeira, a curto e a médio longo prazo, **ainda não está a ser posta em causa**, no entanto, deixa uma responsabilidade maior em definir objetivos estratégicos necessários a serem alcançados de forma que a se comecem a criar alternativas, que permitam à instituição ter resultados de desempenho que lhe permitam criar sustentabilidade a longo prazo.





	Análise de gastos	2020	2021	Variação €	%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	351 325,84 €	336 323,74 €	-15 002,10 €	-4,46%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 742 709,18 €	1 807 801,44 €	65 092,26 €	3,60%
63	Gastos com o Pessoal	3 045 040,48 €	3 240 568,92 €	195 528,44 €	6,03%
64	Gastos de depreciação e de amortização	356 538,11 €	331 781,64 €	-24 756,47 €	-7,46%
65	Perdas por imparidade	5 833,67 €	0,00 €	-5 833,67 €	0,00%
67	Provisões		0,00 €	0,00 €	0,00%
68	Outros gastos e perdas	19 759,82 €	21 969,69 €	2 209,87 €	10,06%
69	Gastos e perdas de financiamento	540,01 €	17,81 €	-522,20 €	0,00%
	<b>Total</b>	<b>5 521 747,11 €</b>	<b>5 738 463,24 €</b>	<b>216 716,13 €</b>	<b>7,77%</b>

	Análise de Rendimentos	2020	2021	Variação €	%
71+72	Vendas/Prestação de Serviços	2 172 034,01 €	2 078 084,05 €	-93 949,96 €	-4,52%
74	Trabalhos para a própria entidade	722 830,94 €	733 482,67 €	10 651,73 €	1,45%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1 730 324,62 €	1 788 741,10 €	58 416,48 €	3,27%
76	Reversões	0,00 €		0,00 €	
78	Outros rendimentos e ganhos	788 321,20 €	746 823,16 €	-41 498,04 €	-5,56%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	156,88 €	156,88 €	0,00 €	0,00%
	<b>Total</b>	<b>5 413 667,65 €</b>	<b>5 347 287,86 €</b>	<b>-66 379,79 €</b>	<b>-5,36%</b>

	2020	2021	Variação €	%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de</b>	274 592,15 €	-37 406,24 €	-311 998,39 €	834,08%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de</b>	-107 539,45 €	-391 157,57 €	-283 618,12 €	72,51%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-108 079,46 €</b>	<b>-391 175,38 €</b>	<b>-283 095,92 €</b>	<b>72,37%</b>

Demonstração de Resultados	2 021	2 020
Vendas e serviços prestados	2 078 084,05 €	2 172 034,01 €
Subsídios, doações e legados à exploração	1 788 741,10 €	1 730 324,62 €
Trabalhos para a própria entidade	733 482,67 €	722 830,94 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	336 323,74 €	351 325,84 €
Fornecimentos e serviços externos	1 807 801,44 €	1 742 709,18 €
Gastos com o pessoal	3 240 568,92 €	3 045 040,48 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	5 833,67 €
Outros rendimentos	746 980,04 €	788 013,08 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0,00 €
Outros gastos	21 969,69 €	19 294,82 €
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-59 375,93 €</b>	<b>248 998,66 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	331 781,64 €	356 538,11 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-391 157,57 €</b>	<b>-107 539,45 €</b>
Juros e gastos similares suportados	17,81 €	540,01 €
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>-391 175,38 €</b>	<b>-108 079,46 €</b>





## 10.2. Indicadores

Em termos de indicadores pode constatar-se que a Instituição, apesar de, no ano 2021, ter apresentado um resultado líquido negativo, consequência do impacto da Pandemia COVID-19 e não só, que se retratou na evidência de uma diminuição do ativo, no entanto continua a verificar-se que os indicadores de liquidez geral se mantêm acima de 1, bem como um grau de autonomia financeira bastante elevado, o que define uma posição financeira positiva.

<b>Indicadores de Gestão</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Subsídios, doações e legados à exploração	1 788 741,10 €	1 730 324,62 €
Prestação Serviços	2 078 084,05 €	2 172 034,01 €
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-391 175,38 €</b>	<b>-108 079,46 €</b>
Cash-Flow	-59 393,74 €	248 458,65 €
Capital Social	1 516 678,29 €	1 516 678,29 €
Ativo Total Líquido	9 522 299,67 €	9 897 662,89 €
Ativo Fixo	8 710 034,46 €	9 003 234,45 €
Passivo Circulante	800 951,79 €	730 246,12 €
Capitais Permanentes	8 721 347,88 €	9 167 416,77 €
Fund Maneio	11 313,42 €	164 182,32 €

<b>Análise Financeira</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Autonomia Financeira	91,59%	92,62%
Liquidez Imediata	0,38	0,39
Líquides. Reduzida	0,94	1,10
Liquidez Geral	<b>1,01</b>	<b>1,22</b>



## 11. Conclusão

Em termos analíticos, o enquadramento económico da Instituição, evidenciou a sua fragilidade. A situação pandémica, que nos assolou, ao ter provocado uma baixa significativa das receitas, fez evidenciar o desequilíbrio económico da área social e, em especial, as Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, que continuam a dar prejuízo, e a conseqüente necessidade de unidades rentáveis, que permitam compensar esse desequilíbrio.

O esforço dos trabalhadores e o esforço financeiro, particularmente em meios de higienização e equipamentos de proteção, foi muito significativo, durante a maior parte do ano, o que comprometeu o equilíbrio desejado, apesar de a estratégia de reduzir despesas, tenha tido algum peso positivo neste equilíbrio.

O crescente peso dos custos do trabalho, na estrutura de custos da Instituição, cuja tendência deverá manter-se nos próximos anos, face à evolução do salário mínimo nacional, exige uma profunda alteração na organização do trabalho nos diferentes setores

Como é sabido, são crescentes as dificuldades financeiras das instituições congéneres. A sua sustentabilidade não deve ser encarada como um fim, mas sim como um meio, na medida em que a melhoria da qualidade dos serviços prestados exige recursos. Infelizmente, não foi possível, neste Relatório, incluir indicadores de qualidade de serviço, contudo, os procedimentos necessários para que os mesmos sejam incluídos no relato do próximo ano, já foram elaborados e aprovados pela Mesa Administrativa, estando garantida a realização, ao longo de 2022, de um inquérito de satisfação aos residentes e utentes de todas as respostas sociais, bem como o controlo do número de reclamações em cada um dos sectores.





## ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS





Santa Casa da Misericórdia de Vila Real  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 500843090  
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		7 797 684,35	8 096 416,82
Bens do património histórico e artístico e cultural		882 776,65	882 776,65
Investimentos financeiros		29 573,46	24 040,98
		8 710 034,46	9 003 234,45
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		63 275,64	91 654,07
Créditos a receber		373 377,48	466 501,32
Estado e outros entes públicos		21 090,85	11 092,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		2 670,00	2 925,00
Diferimentos		34 369,94	33 618,37
Outros ativos correntes		11 149,26	799,92
Caixa e depósitos bancários		306 332,04	287 836,90
		812 265,21	894 428,44
<b>Total do ativo</b>		9 522 299,67	9 897 662,89
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		1 516 678,29	1 516 678,29
Resultados transitados		5 989 127,09	6 097 206,55
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 606 717,88	1 661 611,39
		9 112 523,26	9 275 496,23
Resultado líquido do período		-391 175,38	-108 079,46
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		8 721 347,88	9 167 416,77
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		126 756,40	94 711,94
Estado e outros entes públicos		71 844,47	83 363,22
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		66 109,68	66 500,56
Outros passivos correntes		536 241,24	485 670,40
		800 951,79	730 246,12
<b>Total do passivo</b>		800 951,79	730 246,12
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		9 522 299,67	9 897 662,89

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



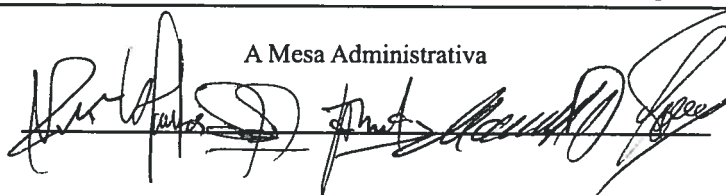
## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	2.073.674,05	2.172.034,01
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1.793.151,10	1.730.324,62
Trabalhos para a própria entidade		733.482,67	722.830,94
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	336.323,74	351.325,84
Fornecimentos e serviços externos	14	1.807.801,44	1.742.709,18
Gastos com o pessoal	12	3.240.568,92	3.045.040,48
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-5.833,67
Outros rendimentos	9;14	746.980,04	788.013,08
Provisões (aumentos/reduções)	14	0,00	0,00
Outros gastos		21.969,69	19.294,82
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-59.375,93</b>	<b>248.998,66</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5;6	331.781,64	356.538,11
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-391.157,57</b>	<b>-107.539,45</b>
Juros e gastos similares suportados	7;14	17,81	540,01
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-391.175,38</b>	<b>-108.079,46</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-391.175,38</b>	<b>-108.079,46</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A Mesa Administrativa



Contabilista Certificado






Santa Casa da Misericórdia de Vila Real  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes	9	2 083 159,94	2 119 670,98
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	12	1 458 829,49	1 501 799,19
Pagamentos ao pessoal		3 094 023,93	2 953 254,94
Caixa gerada pelas operações		-2 469 693,48	-2 335 383,15
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos e pagamentos	11	2 529 868,68	2 289 385,34
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		60 175,20	-45 997,81
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		36 078,98	314 693,21
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		5 733,57	6 221,90
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	9 961,48
Juros e rendimentos similares		150,30	156,88
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-41 662,25	-310 796,75
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Juros e gastos similares	7	17,81	540,01
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-17,81	-540,01
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		18 495,14	-357 334,57
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		287 836,90	645 171,47
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		306 332,04	287 836,90

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado





**MAPA DE CONTROLE DOS SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS**  
**ANEXO OBRIGATORIO**

CG:  ANO:  (1)  
 CO:  MES:  (2)  
 Conta de Controle das Investições Participantes de Assistência Social:  NPC:  (3)



CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO	VALOR TOTAL POR ENTIDADE EMPREENDEDORA	TAXA DE AMORTIZ.	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N	
					2010	2011	2012	2013	2014		2015	2016	2017		2018
<b>593</b>	<b>SUBSÍDIOS</b>														
5931	PIDAC Lar Juvenil - Investimento agora imputado à velhice Lar 3ª Idade	2002	469 589,35 C	2,00%	9 391,67 C	9 391,67 C	9 391,67 C	9 391,67 C	9 391,67 C	291 141,68 C	9 391,67 C			0,00 C	
593101		2002			16 641,91 C	16 641,91 C	16 641,91 C	16 641,91 C	16 641,91 C	515 899,09 C	16 641,91 C			281 750,01 C	
593102		2006			2 273,56 C	2 273,56 C	2 273,56 C	2 273,56 C	2 273,56 C	79 574,60 C	2 273,56 C			499 257,19 C	
593103	UAI-ACTUALMENTE UCCI	...	113 678,00 C	2,00%										77 301,04 C	
5932	OUTROS														
593202	C.N.S.S - AUTO 19(LAR 3ª IDADE)	2002	162 109,32 C	2,00%	3 242,19 C	3 242,19 C	3 242,19 C	3 242,19 C	3 242,19 C	100 507,78 C	3 242,19 C			97 265,59 C	
593201	LAR DE IDOSOS	2002	578 617,54 C	2,00%	11 572,35 C	11 572,35 C	11 572,35 C	11 572,35 C	11 572,35 C	358 742,87 C	11 572,35 C			347 170,52 C	
593203	C.N.S.S - LAR HOTEL	2002	287 252,50 C	2,00%	5 745,05 C	5 745,05 C	5 745,05 C	5 745,05 C	5 745,05 C	183 841,60 C	5 745,05 C			178 096,55 C	
593204	C.C.R.N. (Igreja Anjo Hospital, Igreja Misericórdia)	2002	17 390,09 C	2,00%	347,80 C	347,80 C	347,80 C	347,80 C	347,80 C	10 781,86 C	347,80 C			10 434,05 C	
593205	DGAL - (MUSEU)	2004	29 778,00 C	2,00%	595,56 C	595,56 C	595,56 C	595,56 C	595,56 C	20 249,04 C	595,56 C			19 653,48 C	
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042	2010	106 344,80 C	33,33%	36 111,32 C					0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042	2011	47 551,37 C	33,33%	15 848,87 C					0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042***	2011	8 205,07 C	33,33%	2 735,02 C					0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593207	MASES - Fornecimento e Montagem de Ascensor	2010	12 800,00 C	20,00%	2 560,00 C					0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593301	PRODER - Obras de Adaptação, Ampliação e remodelaçã	2010	14 838,52 C	**	8 663,26 C	1 128,20 C	1 128,20 C	1 128,20 C	1 128,20 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593302	PRODER - vitruvas	2012	25 052,62 C	20,00%	5 010,52 C	5 010,52 C	5 010,52 C	5 010,52 C	5 010,52 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593303	PRODER - Obras de Adaptação, Ampliação e remodelaçã	2013	91 535,27 C	12,50%	11 441,91 C	11 441,91 C	11 441,91 C	11 441,91 C	11 441,91 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593208	23/SUB/SE/MSSS/2012 - Subsidio Carrinhas*	2012	11 200,00 C	20,00%	2 240,00 C	2 240,00 C	2 240,00 C	2 240,00 C	2 240,00 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593208	23/SUB/SE/MSSS/2012 - Subsidio Carrinhas	2013	11 200,00 C	20,00%	2 240,00 C	2 240,00 C	2 240,00 C	2 240,00 C	2 240,00 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593401	Eficiência Energética - 5- Construção	2014	101 668,30 C	5,00%	5 083,42 C	5 083,42 C	5 083,42 C	5 083,42 C	5 083,42 C	66 084,40 C	5 083,42 C			61 000,98 C	
593401	Eficiência Energética - 3- Serviços - Estudos Técnicos Específicos	2014	7 453,79 C	100,00%	7 453,79 C					0,00 C	0,00 C			0,00 C	
593401	Eficiência Energética -5S- Equipamento - de informática, administrativo e básico	2014	3 363,96 C	25,00%	840,99 C	840,99 C	840,99 C	840,99 C	840,99 C	0,00 C	0,00 C			0,00 C	
<b>TOTAL SUBS.</b>			<b>2 933 717,81 C</b>		<b>150 039,19 C</b>	<b>80 355,12 C</b>	<b>67 463,61 C</b>	<b>67 463,61 C</b>	<b>67 463,61 C</b>	<b>1 626 824,91 C</b>	<b>54 893,50 C</b>			<b>1 571 929,42 C</b>	

A Mesa Administrativa

*[Assinatura]*

Contabilista Certificado

*[Assinatura]*

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por receber, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados. Em cada sub-conta só deverão ser registrados os valores com origem na mesma "Entidade Beneficiária" e para o mesmo investimento (Empreendimento). As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas.



GASTOS		Lar Escola Florinhas Nove 90121	Creche 90122	Jardim 90125	CAV 90129	Centro Dia 90429	Lar 3ª Idade 90430	AD 90431	UCCI 90433	Agricultura 90634	Rendas 90635	Lar Hotel 90636	Património 90637	Cantina Social 90640	Cozinha 90631	Lavandaria 90632	Encerramento 2020
Costo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	24 660,42 €	32 392,43 €	3 478,81 €	106,81 €	17,64 €	42 697,79 €	3 056,54 €	100 766,65 €	2,00 €	4 215,97 €	116 186,25 €	0,00 €	123,24 €	0,00 €	8 619,19 €	336 323,74 €	
Fornecimentos e serviços externos	183 804,65 €	78 360,80 €	107 992,52 €	6 745,76 €	1 321,37 €	433 986,29 €	102 132,73 €	264 272,11 €	1 934,49 €	79 990,83 €	116 195,94 €	38 583,11 €	24 578,63 €	341 213,21 €	26 689,00 €	1 807 801,44 €	
Gastos com o Pessoal	310 749,27 €	605 405,95 €	316 777,52 €	69 688,49 €	16 537,80 €	536 225,46 €	128 332,91 €	533 652,02 €	0,00 €	71 414,90 €	427 403,16 €	12 343,17 €	24 712,22 €	116 451,92 €	70 874,13 €	3 240 568,92 €	
Gastos de depreciação e de amortização	46 598,82 €	15 117,16 €	14 606,49 €	7 955,77 €	25,45 €	58 397,42 €	3 873,05 €	44 851,97 €	1 314,03 €	70 203,88 €	26 322,54 €	35 854,98 €	5 519,00 €	1 141,08 €	0,00 €	331 781,64 €	
Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7,70 €	
Perdas por reduções de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Provisões do período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros gastos e perdas	7 296,77 €	698,16 €	343,34 €	30,85 €	1 521,15 €	7 728,90 €	874,01 €	0,00 €	0,00 €	3 113,64 €	271,30 €	29,86 €	54,01 €	0,00 €	0,00 €	21 961,99 €	
Gastos e perdas de financiamento	0,74 €	3,22 €	1,59 €	0,14 €	-0,04 €	0,99 €	1,85 €	0,24 €	0,00 €	8,54 €	0,22 €	0,00 €	0,24 €	0,00 €	0,00 €	17,73 €	
<b>Total de Gastos</b>	<b>573 110,67 €</b>	<b>731 977,72 €</b>	<b>443 200,27 €</b>	<b>84 527,82 €</b>	<b>17 909,92 €</b>	<b>1 072 829,10 €</b>	<b>245 125,98 €</b>	<b>944 417,00 €</b>	<b>3 250,52 €</b>	<b>228 947,76 €</b>	<b>686 379,41 €</b>	<b>86 811,12 €</b>	<b>54 987,34 €</b>	<b>458 806,21 €</b>	<b>106 182,32 €</b>	<b>5 738 463,16 €</b>	

**RENDIMENTOS**

	Lar Escola Florinhas Nove 90121	Creche 90122	Jardim 90125	CAV 90129	Centro Dia 90429	Lar 3ª Idade 90430	AD 90431	UCCI 90433	Agricultura 90634	Rendas 90635	Lar Hotel 90636	Património 90637	Cantina Social 90640	Cozinha 90631	Lavandaria 90632	Encerramento 2020
Vendas e Prestações de serviços	1 439,24 €	139 225,60 €	122 301,46 €	44,93 €	1 481,14 €	425 440,37 €	73 831,10 €	885 115,72 €	724,50 €	2 240,91 €	421 761,72 €	0,00 €	67,36 €	0,00 €	0,00 €	2 073 674,05 €
Variações nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a Própria Instituição		53 577,41 €									116 347,63 €		0,00 €	458 806,21 €	104 751,42 €	733 482,67 €
Subsídios, doações e legados à exploração	445 466,66 €	463 352,63 €	269 059,30 €	72 658,50 €	6 296,59 €	322 524,18 €	178 905,77 €	582,21 €	0,00 €	19 919,81 €	501,04 €	192,20 €	13 692,21 €	0,00 €	0,00 €	1 793 151,10 €
Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	21 913,96 €	8 071,86 €	971,38 €	945,86 €	3 262,49 €	39 227,53 €	563,40 €	5 190,53 €	0,00 €	653 804,96 €	6 048,60 €	2 677,14 €	2 714,55 €	0,00 €	1 430,90 €	746 823,16 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	156,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	156,80 €
<b>Total de Rendimentos</b>	<b>468 819,86 €</b>	<b>664 227,50 €</b>	<b>392 332,14 €</b>	<b>73 649,29 €</b>	<b>11 040,22 €</b>	<b>787 192,08 €</b>	<b>253 300,27 €</b>	<b>890 888,46 €</b>	<b>724,50 €</b>	<b>676 122,48 €</b>	<b>544 658,99 €</b>	<b>2 869,34 €</b>	<b>16 474,12 €</b>	<b>458 806,21 €</b>	<b>106 182,32 €</b>	<b>5 347 287,78 €</b>

Resultado Líquido por valência

-104 290,81 €    67 750,22 €    -50 868,13 €    -10 878,53 €    -6 869,70 €    285 637,02 €    8 174,29 €    -53 528,54 €    -2 526,02 €    447 174,72 €    -111 720,12 €    83 941,78 €    38 513,22 €    0,00 €    0,00 €    -391 175,38 €

*Assinala*  
A Mesa Administrativa

Contabilista

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Versão DRAFT

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 9.523.509, 67 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.721.347,88 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 391.175,38 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

O surto de Coronavírus COVID-19 declarado de pandemia global afetou a economia dos países, bem como, a normal atividade de algumas entidades e com impacto financeiro significativo. Contudo, o melhoramento da situação pandémica associado ao processo de vacinação generalizada das populações já permitiu à Empresa nos dois últimos trimestres de 2021, atingir sinais de recuperação bastante aceitáveis, pelo que, para o ano de 2022, a estimativa negativa dos efeitos financeiros do referido surto é bastante reduzida. Por outro lado, face ao conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, haverá que reconhecer uma perspetiva de incerteza, quer ao nível dos preços, quer da oferta de bens e serviços essenciais para o normal desempenho da atividade, e conseqüentemente, o seu efeito nas contas da entidade. Contudo, acreditamos que não se venham a verificar quaisquer impactos relevantes na avaliação da continuidade da atividade.



## Versão DRAFT

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou,
- caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 16 de março de 2022

**KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA.**  
Representada por Pedro Morais dos Santos





## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL

*Handwritten signature and initials*

### Parecer do Conselho Fiscal

#### Parecer referente ao Relatório e Atividades de Contas do Exercício de 2021

No dia 28 de fevereiro 2022, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Fiscal/Definitório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, no Edifício Sede, sito no Largo Monsenhor Jerónimo do Amaral, em Vila Real para nos termos estatutários, apreciar e dar parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2021, proposto pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real.

E, no indispensável exercício das atribuições estatutárias, nós, Irmãos do Definitório, recentemente empossados, em substituição do Irmão Daniel Bastos, impossibilitado por doença incapacitante, e do irmão Óscar Ferreira que desistiu por motivos pessoais, procedemos à análise cuidadosa dos documentos relativos ao Relatório de Atividades e das Contas de Resultados e de Investimentos do exercício de 2021, que, conforme nos foi dito, havia sido objeto de análise e acompanhamento do Revisor Oficial de Contas relativamente a Instrumentos de Gestão Previsional. Com suporte nessa informação obtida ao longo do ano, o Conselho Fiscal/Definitório procedeu a uma atenta apreciação do Relatório de Gestão e Contas de Gerência, solicitou informações que considerou pertinentes e, depois de esclarecidas as dúvidas suscitadas por estes documentos contabilísticos, tendo concluído, em síntese, que:

- a) Os documentos refletem, adequadamente, os atos de gestão levados a cabo pela Mesa Administrativa;
- b) Afiguram-se cumpridas as disposições legais e do Compromisso relativas à elaboração da documentação contabilística;
- c) Os atos de gestão levados a cabo pela Mesa Administrativa ajustam-se à vida da Instituição e continuam a revelar uma preocupação com a reposição do equilíbrio financeiro sem, no entanto, comprometer o regular funcionamento das respostas sociais e a decorrente prossecução dos seus objetivos.

#### 1. Análise do Relatório e Contas:

##### a) Conta de Resultados:

O ano 2021, que se qualifica ainda com uma continuação de um ANO ATÍPICO, como foi o ano transato, devido à pertinaz Pandemia Covid-19, que afetou Portugal e todo o Mundo, tanto no aspeto gravíssimo da saúde pública como no aspeto económico-financeiro, encerrou com um saldo negativo de **391 175,38€** (trezentos e noventa e um mil, cento e setenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos). Tal resultado foi consequência de um aumento intravável da despesa e de uma drástica



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL

diminuição da receita, devido a medidas impostas pelo Governo (SES-DGS) e outras da iniciativa da Mesa Administrativa na prevenção e combate à Pandemia.

b) O Balanço a 31 de dezembro de 2021, evidencia um total de ativo de 9 522 299,67€ (nove milhões quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e noventa e nove euros e sessenta e sete cêntimos) e um total de fundos próprios de 8 721 347,88€ (oito milhões setecentos e vinte e um mil, trezentos e quarenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos), e um passivo de 800 951,79€, (oitocentos mil, novecentos e cinquenta e um euros e setenta e nove cêntimos) incluindo o resultado líquido negativo de **391 175,38€ (trezentos e noventa e um mil, cento e setenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos)**.

### c) Receitas e Despesas:

Os rendimentos mais significativos — Prestação de Serviços (ERPI, Centro de Dia, Lar Hotel, UCCI, SAD, Creche, Pré-escolar), subsídios, doações e legados à exploração diminuíram substancialmente devido ao fecho das respostas sociais dirigidas à infância, atraso nas admissões em Lares de Idosos somente causadas pelo cumprimento estrito de regras de saúde.

Os gastos mais significativos — Fornecimentos e serviços externos; gastos com pessoal que superaram os gastos de 2020, tendo basicamente resultado da admissão de mais efetivos impostos por uma premente gestão de pessoal em sistema diferente do habitual, no aumento significativo do ordenado mínimo, a realização de horas de trabalho suplementar para fazer face ao combate à pandemia Covid-19. No entanto, nunca esteve em causa o pagamento dos salários dos trabalhadores da Instituição.

O Conselho Fiscal/Definitório entende que, não obstante se encontra garantida a estabilidade financeira da Instituição.

### d) Outras Informações:

Não se registam dívidas à Segurança Social nem à Autoridade Tributária e Aduaneira.

## 2. Recomendações

Entende o Conselho Fiscal, no sentido de reverter o resultado negativo, recomendar à Mesa Administrativa:





## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL

- a) Uma análise aprofundada sobre sectores de atividade não essenciais, promovendo o seu equilíbrio de exploração ou eventual reformulação da dinâmica interna de trabalho da resposta social;
- b) Sendo desaconselhado ou, até, proibido selecionar os candidatos de rendimentos mais altos, em prejuízo dos mais baixos recursos providenciar no sentido de os seus familiares, mais diretos, cubram essas diferenças, daí resultando um encargo para a Instituição que não ajuda ao equilíbrio das Contas.

### 3. Conclusão

- a) Atendendo a que não chegou ao nosso conhecimento informação relevante que nos leve a pensar que as Demonstrações Financeiras, não refletem a realidade social, económica e patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, somos de parecer que:
  - O Relatório de Atividades, as Demonstrações Financeiras e o Anexo, referentes ao exercício findo a 31 de dezembro de 2022, merecem a aprovação;
  - Igualmente, seja aprovada a proposta, para que o resultado negativo do período como foi apresentado pela Mesa administrativa na importância de 391 175,38€ (trezentos e noventa e um mil, cento e setenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos), seja contabilizado na Conta de Resultados Transitados.
- b) Apesar dos Resultados negativos cumpre-nos enaltecer o esforço redobrado da Mesa Administrativa, que em condições adversas enfrentou estes tempos de Pandemia da Covid 19, imprevista para o País e para o Mundo, obrigando-se a um combate, no âmbito da saúde pública, e simultaneamente, a garantir o funcionamento regular da Instituição, para o que foi necessária muita criatividade e muita coragem.

Vila Real, 28 de fevereiro de 2022

O Presidente

(Em exercício)

(José Rogério Pereira Fernandes)

O Conselho Fiscal

O Vice-Presidente

(Hélder Augusto Gonçalves de Oliveira)

O Secretario-Relator

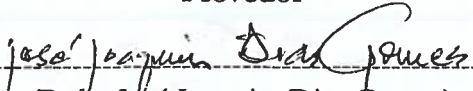
(Agostinho Mourão Quintelas)






## A Mesa Administrativa

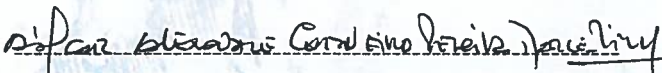
### Provedor

  
-----  
(Padre José Joaquim Dias Gomes)

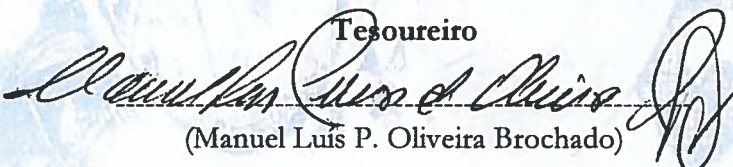
### Vice-Provedor

  
-----  
(Vítor Manuel Gonçalves dos Santos)

### Secretário

  
-----  
(Amílcar Alexandre Carneiro Pereira Marcelino)

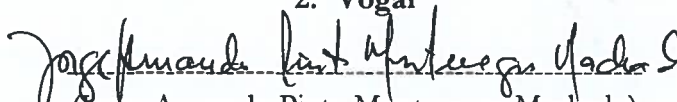
### Tesoureiro

  
-----  
(Manuel Luís P. Oliveira Brochado)

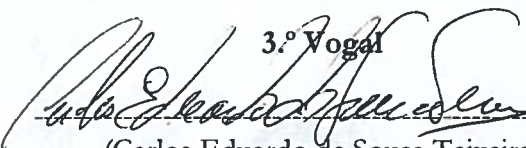
### 1.º Vogal

  
-----  
(Maria Valentina Machado Taveira Campos)

### 2.º Vogal

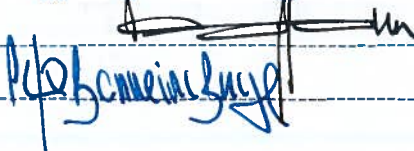
  
-----  
(Jorge Armando Pinto Montenegro Machado)

### 3.º Vogal

  
-----  
(Carlos Eduardo de Sousa Teixeira)

Aprovado em Assembleia-Geral de 24/03/2022

Mesa da Assembleia-Geral

  
-----  
-----








## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO DE 2021**





## Índice

1. Identificação da Entidade .....	4
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1 Bases de Apresentação .....	5
3.1.2. Continuidade: .....	6
3.1.3 Consistência de Apresentação .....	6
3.1.4 Materialidade e Agregação .....	6
3.1.5 Compensação .....	6
3.1.6 Informação Comparativa .....	6
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
3.3 Alterações nas políticas contabilísticas .....	15
3.4 Alterações nas estimativas contabilísticas .....	15
3.5 Correção de erros de períodos anteriores.....	15
4. Ativos Fixos Tangíveis .....	16
5. Ativos Intangíveis.....	18
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	19
7. Inventários .....	19
8. Rédito.....	20
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	20
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	21
11. Instrumentos Financeiros .....	21
12. Benefícios dos empregados.....	23
13. Acontecimentos após a data de balanço.....	23
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	24
15. Outras Informações .....	24
15.1 Investimentos Financeiros.....	25
15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	25
15.3 Clientes e Utentes.....	25
15.4 Outras contas a receber .....	26
15.5 Diferimentos .....	26
15.6 Caixa e Depósitos Bancários.....	26
15.7 Fundos Patrimoniais.....	27
15.8 Fornecedores.....	27
15.9 Estado e Outros Entes Públicos.....	27

15.10	Outras passivos correntes .....	27	
15.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	28	
15.12	Fornecimentos e serviços externos .....	28	
15.13	Outros rendimentos .....	28	
15.14	Outros gastos .....	29	
15.15	Resultados Financeiros .....	29	

## 1. Identificação da Entidade

1.1

Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

NIPC - 500843090

1.2

Largo Monsenhor Jerónimo do Amaral

5000-663 Vila Real

1.3

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real é Associação de Fieis, reconhecida na ordem jurídica Canónica, cuja finalidade consiste na prática das catorze obras da Misericórdia, tanto Corporais, é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 267, Série III de 18-11-1992, e que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento (CAE 87301).

Dispõe, também, de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com internamento de média e longa duração (CAE 86100).

No contexto educacional, exerce a atividade de Educação Pré-escolar (CAE 85100) e de cuidados para crianças sem alojamento (CAE 88910).

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

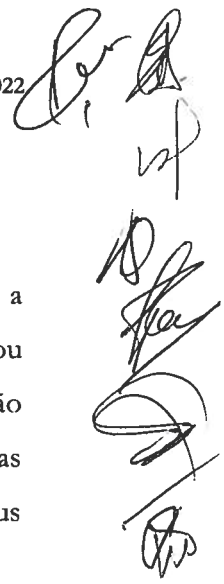
As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



### 3.1.2. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras.

Tais considerações e princípios sobre a materialidade foram acolhidos na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da instituição.

### 3.1.5 Compensação

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Genericamente, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo.

- A natureza da reclassificação;



- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A Mesa Administrativa deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

#### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	1-50
Equipamento básico	1-50
Equipamento de transporte	1-5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	1-10
Outros Ativos fixos tangíveis	1-50

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registados numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo

destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciadas, sendo calculadas assim que os mesmos estejam em condições de serem utilizadas, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada das incorporações em causa.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

#### **3.2.4 Bens do património histórico e cultural**

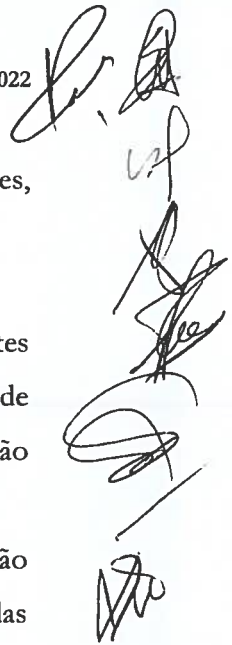
Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.



São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.5 Investimentos financeiros

As contas da entidade apresentam valores irrelevantes nesta categoria de ativos, sendo que tais valores se encontram mensurados ao custo de aquisição, não evidenciando sinais de imparidade no final do período.

### 3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

### 3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### **Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### **Clientes e outras contas a Receber**

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.



Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo



### 3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### 3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta

de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.2.12 Principais pressupostos relativos ao futuro**

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2021.

Nestas condições, não têm lugar os riscos associados ao pressuposto da continuidade.

### **3.2.13 Principais fontes de incerteza das estimativas**

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

### **3.3 Alterações nas políticas contabilísticas**

Indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

### **3.4 Alterações nas estimativas contabilísticas**

Indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não foram alteradas estimativas contabilísticas no período de 2020.

### **3.5 Correção de erros de períodos anteriores**

Indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

No período de 2021 não foram detetados nem corrigidos quaisquer erros materiais de períodos anteriores.

#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

- Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;
- Métodos de depreciação usados;
- Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

Ver 3.2.3.

- Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e
- Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

#### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2020, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	356 590,79					356 590,79
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	6 582,31					6 582,31
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	519 603,55					519 603,55
<b>Total</b>	<b>882 776,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>882 776,65</b>

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	356 590,79					356 590,79
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	6 582,31					6 582,31
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	519 603,55					519 603,55
<b>Total</b>	<b>882 776,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>882 776,65</b>

**Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	69 208,43					69 208,43
Edifícios e outras construções	12 819 042,53	32475,57				12 851 518,10
Equipamento básico	1 197 257,29					1 197 257,29
Equipamento de transporte	156 820,39					156 820,39
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	605 545,22	24533,12				630 078,34
Outros Ativos fixos tangíveis	98 199,66					98 199,66
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	219 026,22	241764,80				460 791,02
<b>Total</b>	<b>15 165 099,74</b>	<b>298 773,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15 463 873,23</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	5 192 224,46	298027,27				5 490 251,73
Equipamento básico	1 054 239,16	28492,13				1 082 731,29
Equipamento de transporte	149 170,39	2550,00				151 720,39
Equipamento biológico	0,00					557 267,77
Equipamento administrativo	530 049,53	27218,24				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	85 234,76	250,47				85 485,23
<b>Total</b>	<b>7 010 918,30</b>	<b>356 538,11</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 367 456,41</b>

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	69 208,43					69 208,43
Edifícios e outras construções	12 851 518,10					12 851 518,10
Equipamento básico	1 197 257,29					1 197 257,29
Equipamento de transporte	156 820,39					156 820,39
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	630 078,34	13024,10				643 102,44
Outros Ativos fixos tangíveis	98 199,66					98 199,66
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	460 791,02	19510,24				480 301,26
<b>Total</b>	<b>15 463 873,23</b>	<b>13 024,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15 496 407,57</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	5 490 251,73	294 680,98				5 784 932,71
Equipamento básico	1 082 731,29	8 368,61				1 091 099,90
Equipamento de transporte	151 720,39	2 550,00				154 270,39
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	557 267,77	25 931,58				582 684,52
Outros Ativos fixos tangíveis	85 485,23	250,47				85 735,70
<b>Total</b>	<b>7 367 456,41</b>	<b>331 781,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 698 723,22</b>



## 5 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>301 371,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>301 371,90</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>301 371,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>301 371,90</b>

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>301 371,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>301 371,90</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301 371,90					301 371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>301 371,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>301 371,90</b>



## 6. Custos de Empréstimos Obtidos

Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Durante o período de 2016 foram capitalizados juros no valor de 6.476,73 €, decorrentes de um financiamento bancário diretamente associado à reconstrução/remodelação total de três edifícios habitacionais afetos ao arrendamento a terceiros. A referida reconstrução/remodelação total foi concluída em novembro de 2016, tendo todas as frações que compõem os edifícios remodelados sido ocupadas pelos inquilinos respetivos logo após essa conclusão. Em 2020 e 2021 não houve lugar a qualquer capitalização de custos de empréstimos obtidos, tendo os mesmos sido diretamente registados como gastos do período

## 7. Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Ver 3.1 b).

7.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	27 869,29	415110,62	0,00	91 654,07	307945,31	0,00	63 275,64
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>27 869,29</b>	<b>415 110,62</b>	<b>0,00</b>	<b>91 654,07</b>	<b>307 945,31</b>	<b>0,00</b>	<b>63 275,64</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				351 325,84			336 323,74
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 8. Rédito

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito imediatamente após a prestação de tais serviços.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

Descrição	2021	2020
Vendas	26 939,63	22 617,94
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	2 042 114,42	2 144 706,07
Quotas e jóias	4 620,00	4 710,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	156,88	156,88
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 073 830,93</b>	<b>2 172 190,89</b>

## 9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2020 e 2021, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2020	Aumentos	Diminuições	2021
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	4 500,00	0,00	0,00	4 500,00
<b>Total</b>	<b>4 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 500,00</b>

O aumento/diminuição da provisão “mencionar qual a rubrica da provisão” deve-se ao facto de “indicar o motivo”.

**Passivos contingentes**

Em 2018, a Segurança Social veio reivindicar a dedução de 4.973,81€ correspondentes a transferências pecuniárias que diz ter indevidamente feito para a entidade ao longo do período de 2006 até março de 2016, até ao final de 2020 ainda não haviam dado uma resposta ao nosso pedido de esclarecimento ao respetivo valor, continua suspenso no que diz respeito à cobrabilidade do valor.

Não foi reconhecida provisão a propósito desta situação, sendo aqui encarada como passivo contingente.

**Ativos contingentes**

A Entidade foi mencionada num testamento por via do qual poderá vir a ser beneficiada com alguns ativos. Não havendo ainda condições para reconhecer tais ativos, tal reconhecimento não foi ainda consumado.

**10. Subsídios do Governo e apoios do Governo**

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2021	2020
<b>Subsídios do Governo</b>		
Acordos de Cooperação e Protocolos	1 667 531,28	1 631 552,85
<b>Subsídios Outras Entidades</b>		
Outros Subsídios	113 172,91	80 598,15
<b>Doações e heranças</b>		
Donativos em Espécie/Numerário	3 277,21	14 483,47
Outros donativos (Processos judiciais)	6 550,00	1 650,00
consignação fiscal IRS e IVA	2 619,70	2 040,15
<b>Total</b>	<b>1 793 151,10</b>	<b>1 730 324,62</b>

**11. Instrumentos Financeiros**

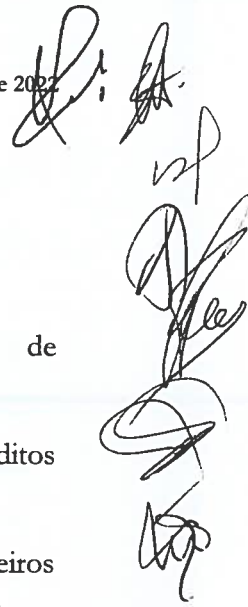
Em 31/12/2021 e 31/12/2020, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2021				2020			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**11.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas**

Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

Ver 3.2.



## 11.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

A Entidade não dispõe de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

## 11.3 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

Os únicos ajustamentos de valor reconhecidos em 2020 estão relacionados com créditos detidos sobre terceiros.

No ano de 2020 foram constituídas imparidades relativas a créditos sobre terceiros pelo valor de 6.298,67€, sendo que foi revertido um valor constituído em anos anteriores de 465,00€.

No entanto, há que ter em consideração o seguinte:

- Encontra-se em aberto o valor de 1.057,31€ correspondente a um crédito sobre um cliente (inquilino), o qual foi reclamado judicialmente, tendo a decisão respetiva sido completamente favorável à entidade. O ex-inquilino tem vindo a pagar a prestação mensal com o nosso advogado.
- Encontra-se em posse do advogado da entidade a cobrança de um crédito sobre o cliente da UCCI "SAD/ADMG-Divisão de Assistência na Doença da GNR", no valor de 27 213,79 €. O referido advogado tem estado a desenvolver as diligências necessárias à efetiva cobrança deste crédito, sendo que a própria União das Misericórdias tomou em mão a resolução deste assunto pelo facto de muitas outras instituições se defrontarem com problemas de cobrança de créditos análogos. Nesta data não se dispõe de informação segura quanto à viabilidade da realização do crédito em causa, pelo facto de se desconhecer o ponto de situação das diligências que a União das Misericórdias tem vindo a fazer. Face ao predito e à antiguidade do saldo, é possível que estejamos perante um crédito incobrável, embora se trate de uma possibilidade. Do ponto de vista contabilístico, os 27.213,79 € foram reconhecidos como um "crédito de cobrança duvidosa"; porém, não foi contabilisticamente reconhecida a correspondente imparidade. Desta forma e numa perspetiva contabilística, trata-se uma situação contingente, a qual poderá resultar numa perda efetiva a curto prazo. Por conseguinte, os resultados de 2020 não se encontram afetados por esta situação contingente, podendo os resultados futuros (porventura já os resultados de 2021) vir a refletir uma perda pelo valor do crédito em causa.

Nenhuma das situações acabadas de expor foi quantitativamente refletida nas Contas ora objeto de relato.

## 12. Benefícios dos empregados

O Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2020 e 2021, foi de 7 elementos. De um período para o outro não se verificaram alterações relativas à composição da mesa administrativa. Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 208 e em 31/12/2021 foi de 207.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	2 313 901,96	2 111 469,48
Benefícios Pós-Emprego	427,93	175,69
Indemnizações	1 333,23	3 038,63
Encargos sobre as Remunerações	552 842,59	552 528,73
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	22 337,71	23 101,53
Gastos de Ação Social	111 000,74	110 802,50
Outros Gastos com o Pessoal	238 724,76	243 923,92
<b>Total</b>	<b>3 240 568,92</b>	<b>3 045 040,48</b>

## 13. Acontecimentos após a data de balanço

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

O surto de Coronavírus COVID-19 declarado de pandemia global afetou a economia dos países, bem como, a normal atividade das empresas e entidades, com impacto financeiro significativo. Contudo, o melhoramento da situação pandémica associado ao processo de vacinação generalizada das populações já permitiu às Empresas e Entidades, nos dois últimos trimestres de 2021, atingir sinais de recuperação bastante aceitáveis, pelo que, para o ano de 2022, a estimativa negativa dos efeitos financeiros do referido surto é bastante reduzida. Por outro lado, face ao conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, haverá



que reconhecer uma perspectiva de incerteza, quer ao nível dos preços, quer da oferta de bens e serviços essenciais para o normal desempenho da atividade, e consequentemente, o seu efeito nas contas da Entidade. Contudo, acreditamos que não se venham a verificar quaisquer impactos relevantes na avaliação da continuidade da nossa entidade.

De todo o modo, é de esperar que se assista:

- A um certo incremento nas dificuldades de recebimento dos créditos que se vão formando sobre os clientes/utentes da entidade;
- A continuidade nas despesas de funcionamento corrente associadas ao consumo de produtos e à aquisição de utensílios diretamente ligados à implementação das medidas de segurança e higiene que decorrem da necessidade de evitar e controlar a propagação da doença em causa.

Do exposto, não se pode excluir a hipótese de ocorrer alguma deterioração ao nível dos fluxos de caixa e de rentabilidade que têm caracterizado a entidade.

#### **14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2020 foram de 5 627,25€, e, para 2021 foram 6 426,75€.

#### **15. Outras Informações**

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



### 15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>29 573,46</b>	<b>24 040,98</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>29 573,46</b>	<b>24 040,98</b>

### 15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	2 670,00	2 925,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 670,00</b>	<b>2 925,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	122 073,19	97 497,10
Utentes	41 900,30	39 506,08
<b>Clientes e Utentes Cobrança Duvidosa</b>		
Clientes	27 213,79	27 213,79
Utentes	20 938,20	20 938,20
<b>Clientes e Utentes _ perdas poi imparidade acumuladas</b>		
Clientes		
Utentes	20 938,20	20 938,20
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2021	2020
Cientes		
Utentes	0,00	6 298,67
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>6 298,67</b>

#### 15.4 Outras contas a receber

À rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	-499,71	566,78
Adiantamentos ao pessoal	9 732,85	7 272,70
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	143 568,46	163 890,51
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	8 808,32	125 739,46
Perdas por Imparidade	-2 802,49	-2 802,49
<b>Total</b>	<b>158 807,43</b>	<b>294 666,96</b>

#### 15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	34 369,94	32 157,75
Outras Despesas Diferidas	0,00	1 460,62
<b>Total</b>	<b>34 369,94</b>	<b>32 157,75</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Rendas	42 319,68	39 635,56
Receitas utentes/clientes	23 790,00	26 865,00
<b>Total</b>	<b>42 319,68</b>	<b>39 635,56</b>

#### 15.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	464,06	1 315,14
Depósitos à ordem	305 867,98	286 521,76
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>306 332,04</b>	<b>287 836,90</b>

### 15.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 516 678,29	0,00	0,00	1 516 678,29
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	6 097 206,55	0,00	-108 079,46	5 989 127,09
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 661 611,39	0,00	-54 893,51	1 606 717,88
<b>Total</b>	<b>9 275 496,23</b>	<b>0,00</b>	<b>-162 972,97</b>	<b>9 112 523,26</b>

### 15.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	126 756,40	94 711,94
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedoras faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>126 756,40</b>	<b>94 711,94</b>

### 15.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	20 106,23	10 285,89
Outros Impostos e Taxas	984,62	806,97
<b>Total</b>	<b>21 090,85</b>	<b>11 092,86</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	619,40
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	14 859,00	17 946,00
Segurança Social	56 906,52	62 272,13
Outros Impostos e Taxas	78,95	20,00
<b>Total</b>	<b>71 844,47</b>	<b>80 857,53</b>

### 15.10 Outras passivos correntes

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		499,71		23,91
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>470 797,87</b>		<b>437 078,79</b>
<b>Adiantamento Utentes</b>		<b>35 664,80</b>		<b>34 578,42</b>
<b>Cientes C/C</b>		<b>1 895,80</b>		<b>1 895,80</b>
<b>Outros Credores</b>		<b>2 802,49</b>		<b>2 802,49</b>
<b>Provisões</b>		<b>4 500,00</b>		<b>4 500,00</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>506 962,38</b>	<b>0,00</b>	<b>471 681,12</b>

### 15.11. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 667 531,28	1 631 552,85
Subsídios de outras entidades	113 172,91	80 598,15
Doações e heranças	12 446,91	18 173,62
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 793 151,10</b>	<b>1 730 324,62</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 15.12. Fornecimentos e serviços externos

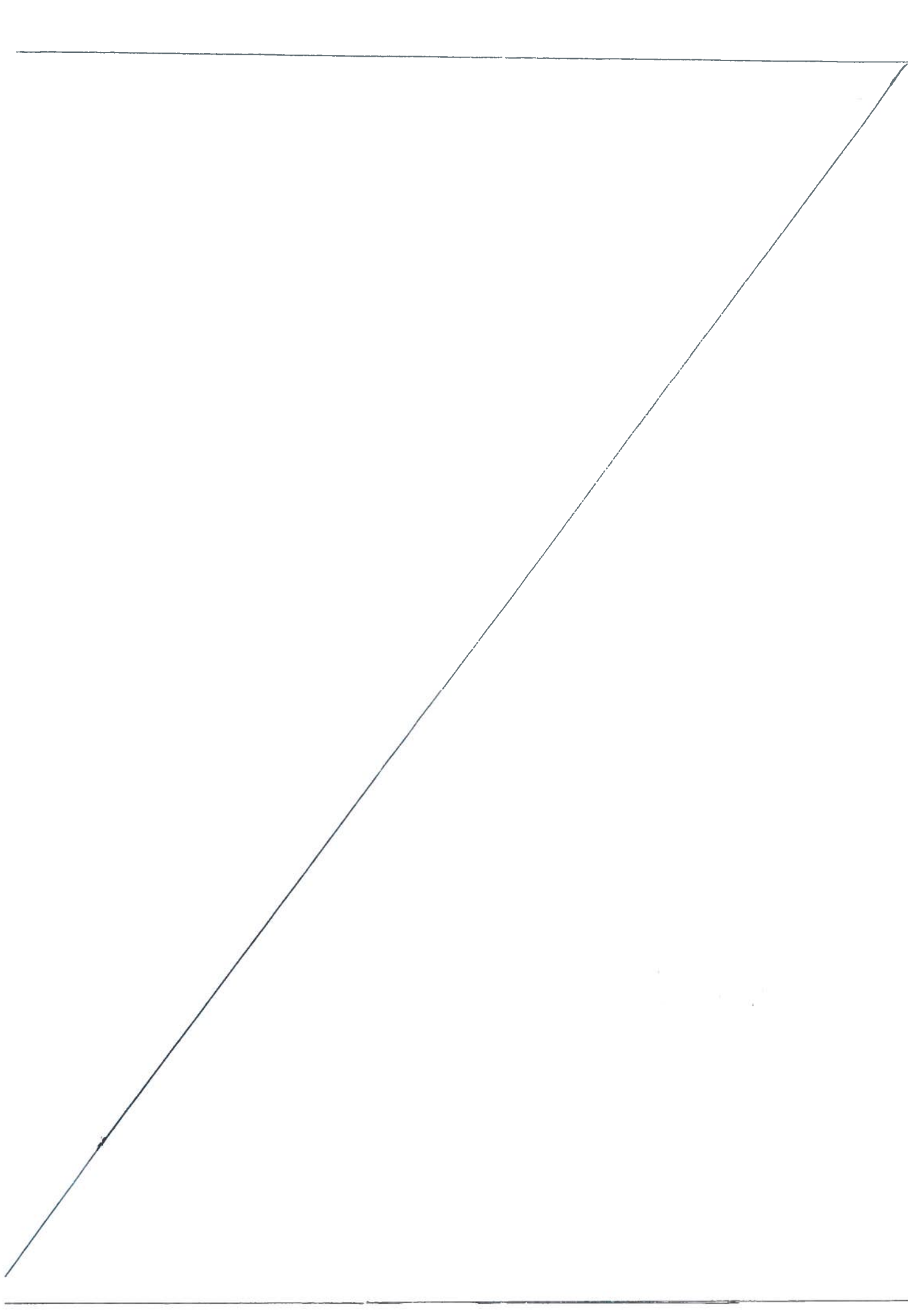
A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	985 964,01	973 666,07
Serviços especializados	297 325,27	293 986,37
Materiais	94 165,96	86 366,65
Energia e fluidos	351 029,83	305 949,32
Deslocações, estadas e transportes	58,32	100,97
Serviços diversos	79 258,05	82 639,80
<b>Total</b>	<b>1 807 801,44</b>	<b>1 742 709,18</b>

### 15.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	12 645,03	14 530,92
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	654 417,85	667 335,32
Outros rendimentos	79 760,28	105 989,96
<b>Total</b>	<b>746 823,16</b>	<b>787 856,20</b>



**15.14 Outros gastos**

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	2 334,81	1 211,08
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	148,61
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	19 634,88	17 935,13
<b>Total</b>	<b>21 969,69</b>	<b>19 294,82</b>

**15.15 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	17,81	540,01
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>17,81</b>	<b>540,01</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	156,88	156,88
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>156,88</b>	<b>156,88</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>139,07</b>	<b>-383,13</b>

Vila Real, 21 de fevereiro de 2022

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado







# RELATÓRIOS SECTORIAIS

## Visita às nossas Obras Sociais





## Lar- Escola Florinhas da neve

Ano 2021

### População Alvo:

-Utentes em Acolhimento Residencial a 31 de dezembro de 2021: **32**

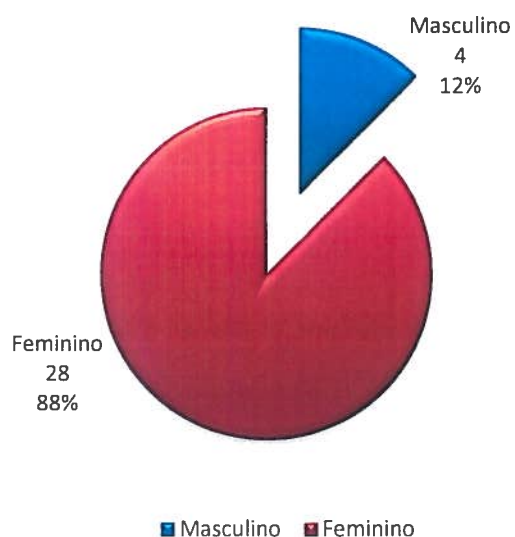
- Média da Frequência Anual de Utentes: **38**

### Dados Estatísticos:

#### Caracterização dos Utentes em função do género em Acolhimento Residencial

Género	Total
Masculino	4
Feminino	28
<b>Total</b>	<b>32</b>

#### Em gráfico

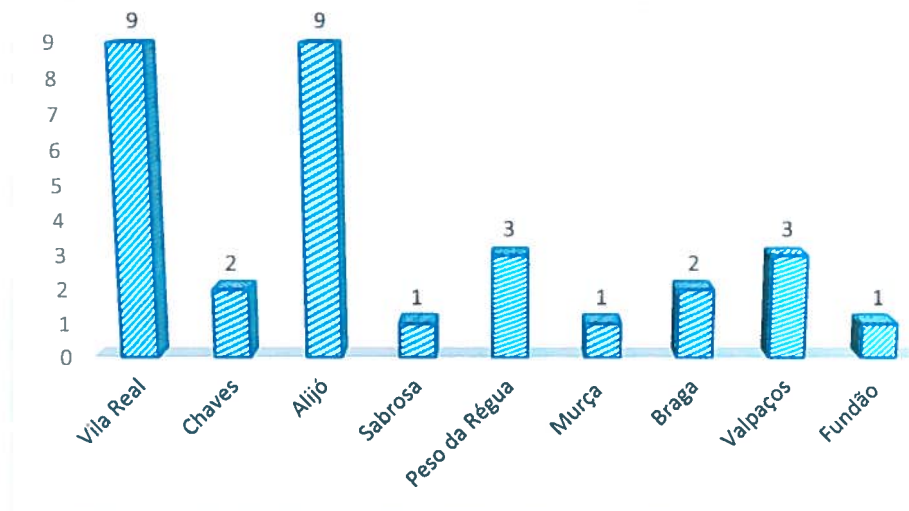




### Origem dos Utentes em Acolhimento Residencial

Origem dos Utentes	
Vila Real	9
Chaves	2
Alijó	9
Sabrosa	1
Lousã	1
Murça	1
Fundão	1
Peso da Régua	3
Valpaços	3
Braga	2
<b>Total</b>	<b>32</b>

### Em gráfico



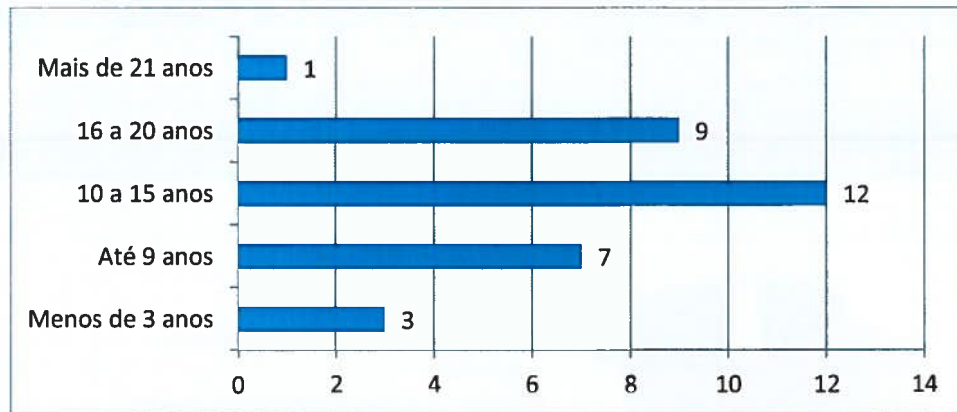
### Idades dos Utentes em Acolhimento Residencial

Idades dos utentes	
Menos de 3 anos	3
Até 9 anos	7
10 a 15 anos	12
16 a 20 anos	9
Mais de 21 anos	1
<b>Total</b>	<b>32</b>





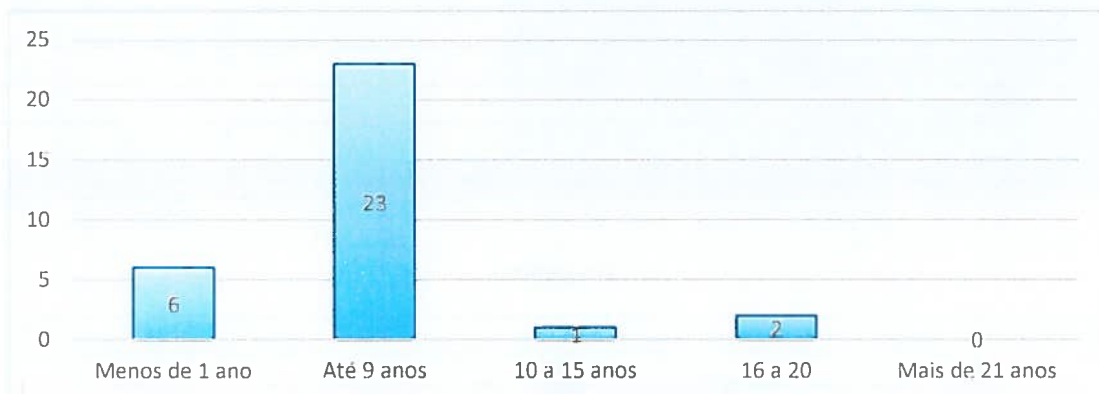
Em gráfico



Tempo de Permanência dos Utentes em Acolhimento Residencial

Tempo de Acolhimento	
Menos de 1 ano	6
Até 9 anos	23
10 a 15 anos	1
16 a 20 anos	2
+ de 21 anos	0
<b>Total</b>	<b>32</b>

Em gráfico



Crianças e jovens em Acolhimento Residencial com Fratrias

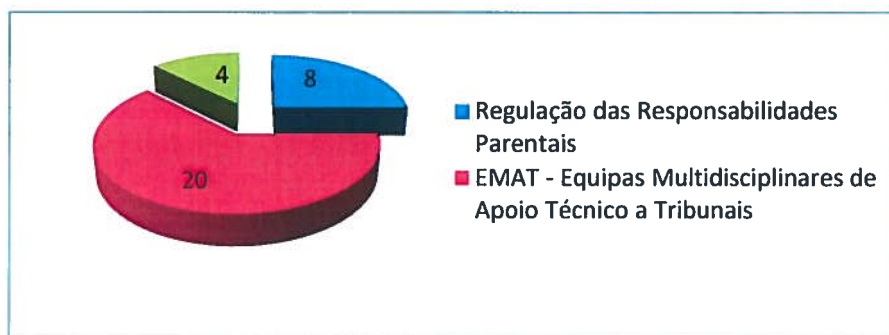
Crianças com Irmãos no Lar Residencial
4 Fratrias de 2 irmãos



### Entidades Responsáveis pelo Processo de Promoção e Proteção do Utente

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção	
Regulação das Responsabilidades Parentais	8
EMAT - Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais	20
CPCJ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	4
<b>Total</b>	<b>32</b>

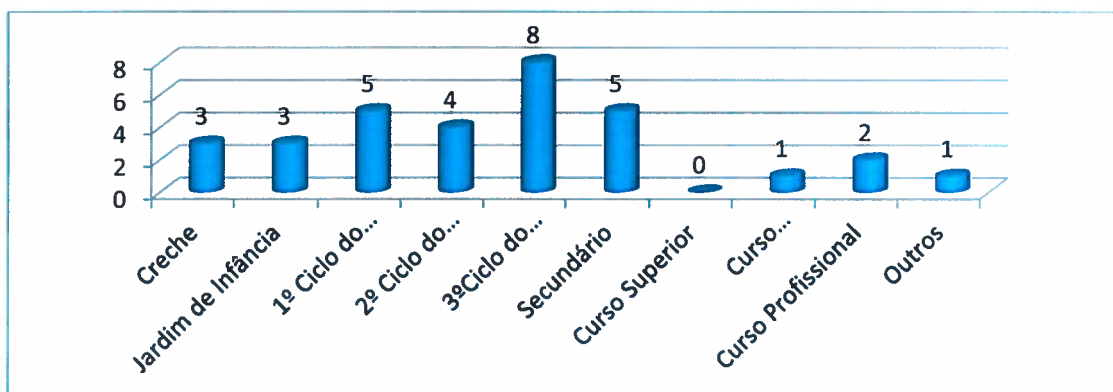
Em gráfico



### Nível de Ensino Frequentado dos Utentes em Acolhimento Residencial

Nível de Ensino	
Creche	3
Jardim de Infância	3
1º Ciclo do Ensino Básico	5
2º Ciclo do Ensino Básico	4
3º Ciclo do Ensino Básico	8
Secundário	5
Curso Profissional	2
Curso Profissional Pós-Secundário	1
Curso Superior	0
Outros	1
<b>Total</b>	<b>32</b>

Em gráfico



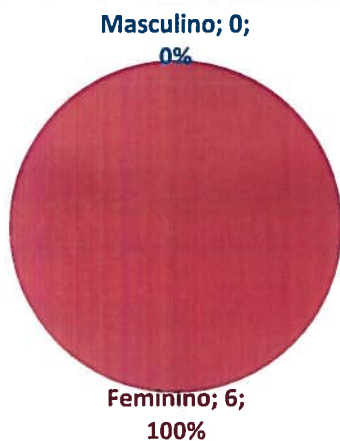


## Dados Estatísticos das Entradas em Acolhimento Residencial no Ano de 2021

- Caracterização dos utentes em função do género:

Género	Total
Masculino	0
Feminino	6
<b>Total</b>	<b>6</b>

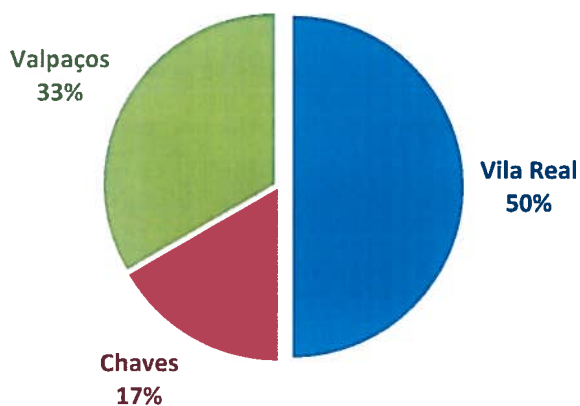
Em gráfico:



Origens dos utentes que entraram em Acolhimento Residencial no Ano de 2021

Origem dos utentes	
Vila Real	3
Chaves	1
Valpaços	2
<b>Total</b>	<b>6</b>

Em gráfico:

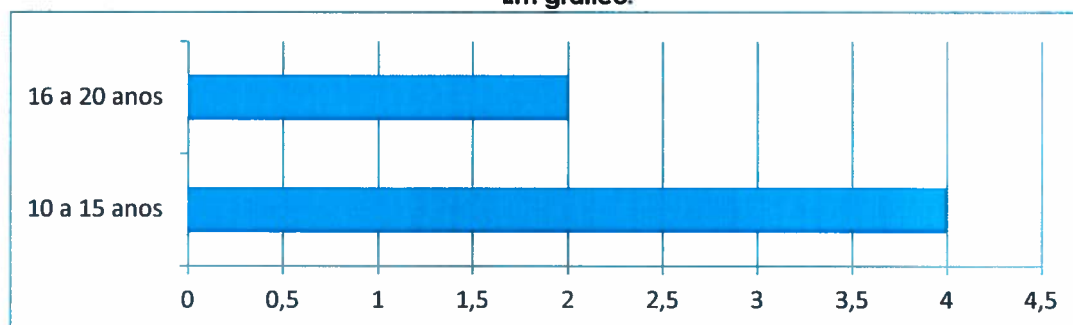




### Idades dos Utentes que entraram em Acolhimento Residencial no Ano de 2021

Idades dos utentes	
Menos de 1 ano	0
Até 9 anos	0
10 a 15 anos	4
16 a 20 anos	2
Mais de 21 anos	0
<b>Total</b>	<b>6</b>

### Em gráfico:



### Quadro Geral – Data de Nascimento; Data de Admissão e Origem dos Utentes que entraram em Acolhimento Residencial no Ano de 2021

Data Nascimento	Idade	Data Admissão	Origem
10.08.2005	16 anos	14.04.2021	Chaves
17.10.2007	14 anos	26.05.2021	Vila Real
31.08.2005	16 anos	07.06.2021	Vila Real
01.09.2007	14 anos	07.06.2021	Vila Real
29.04.2007	14 anos	18.10.2021	Valpaços
07.06.2008	13 anos	18.10.2021	Valpaços

### Motivo de Acolhimento Residencial dos Utentes no Ano 2021

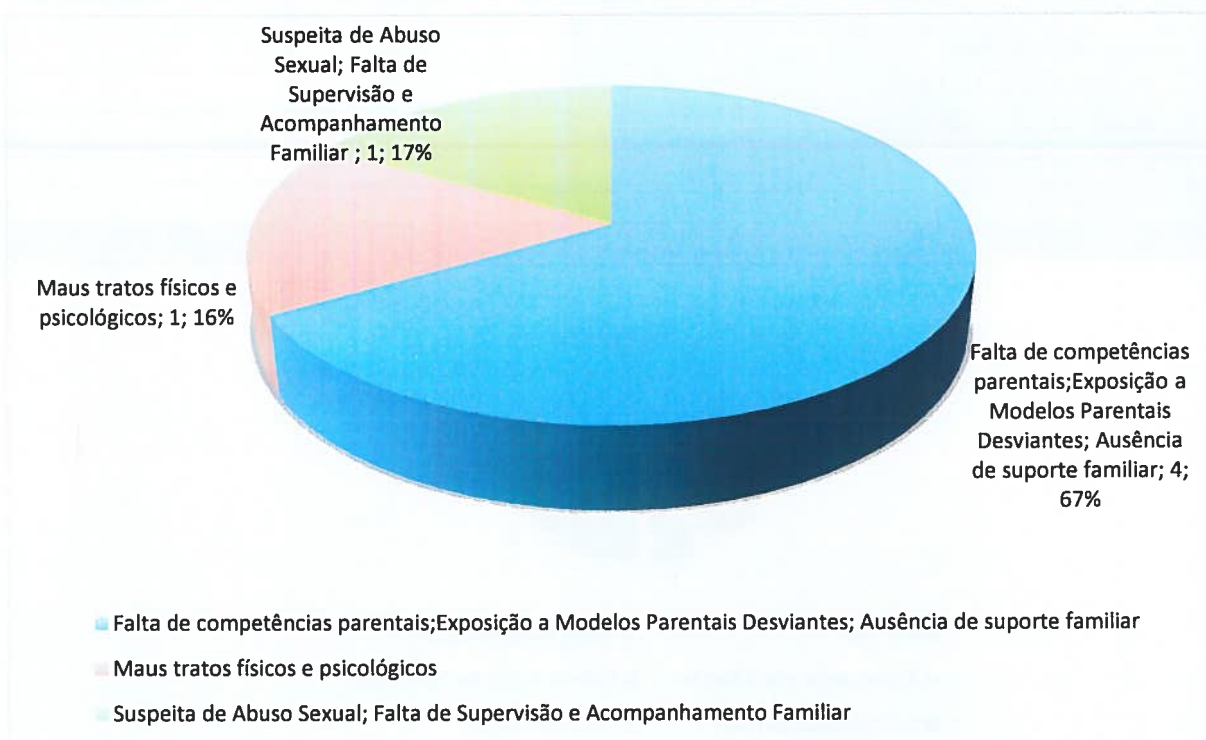
Motivo de Acolhimento dos Utentes em 2021*	
Falta de competências parentais; exposição a modelos comportamentais desviantes; ausência de suporte familiar;	4
Maus tratos físicos e psicológicos; comportamentos de risco	1
Suspeita de Abuso Sexual; Falta de Supervisão e acompanhamento Familiar;	1
<b>Total</b>	<b>6</b>

\*NOTA: Quase todos os utentes têm mais de uma problemática associada aos motivos do seu acolhimento, daí que se apresentem as problemáticas dominantes.





Em gráfico:

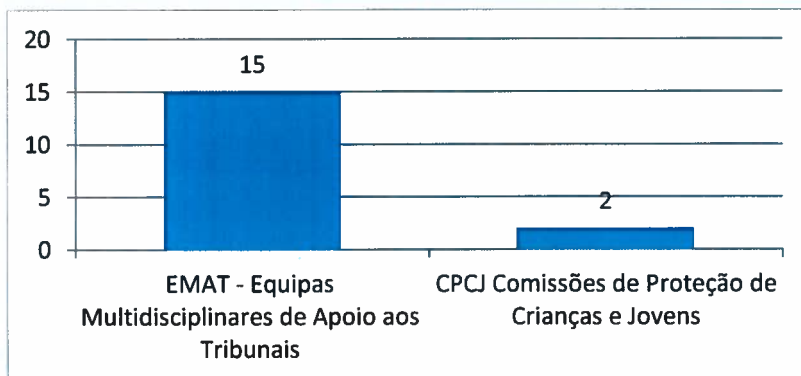


### Dados Estatísticos das Saídas de Acolhimento Residencial no Ano de 2021

<b>Número de Crianças/Jovens que saíram do Acolhimento Residencial no Ano de 2021</b>	<b>17</b>
---	-----------

#### Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção

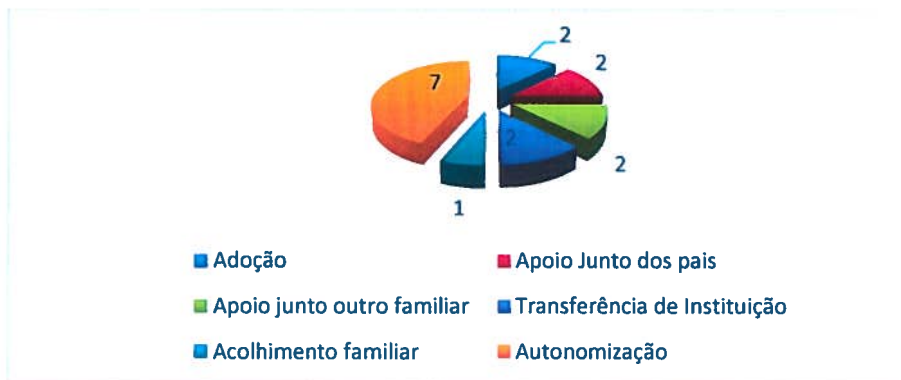
Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção	
EMAT – Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais	15
CPCJ - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	2
<b>Total</b>	<b>17</b>





Motivo da Saída dos Utentes em Acolhimento Residencial no Ano de 2021*	
Adoção	2
Apoio Junto dos pais	2
Apoio junto de outro familiar	3
Transferência de Instituição	2
Acolhimento familiar	1
Autonomização	7
<b>Total</b>	<b>17</b>

Em gráfico:







## CAV – Centro de Apoio à Vida

### População Alvo:

- Utentes acolhidas em 31/12/2021: 3 Utentes, cada utente com 1 filho/a

### Dados Estatísticos:

Origem das utentes em Acolhimento	
Alijó	1
Cercal do Alentejo	1
Valpaços	1
<b>Total</b>	<b>3</b>

Em gráfico:



Idades das utentes Acolhimento		Idades dos bebés em acolhimento		
18 anos	1	2 ano	1	Feminino
20 anos	1	4 anos	1	Feminino
19 anos	1	7 meses	1	Masculino
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>Total</b>	<b>3</b>	



Em gráficos:

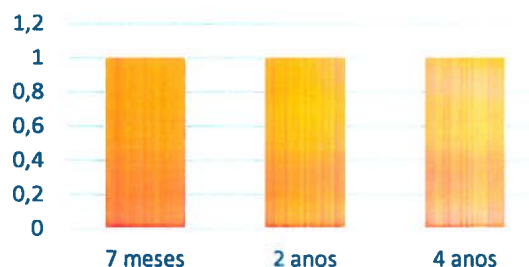
### FILHOS DAS UTENTES POR GÉNERO



### Idades das Utentes em Acolhimento



### Idade Bebés

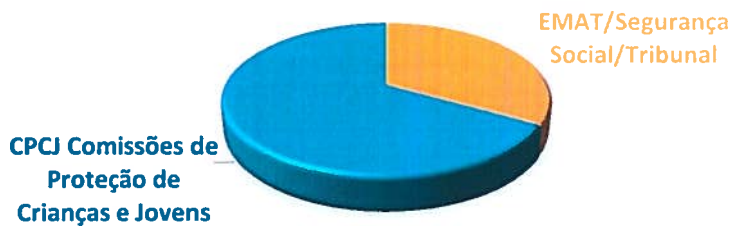


### Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção das utentes em Acolhimento

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção das utentes	
EMAT/Segurança Social/Tribunal	1
CPCJ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	2
<b>Total</b>	<b>3</b>

Em Gráfico:

### ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO PPP

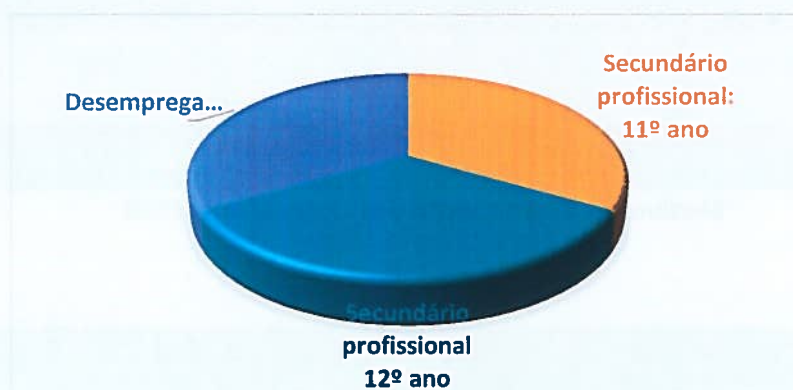




### Nível de Ensino frequentado/Situação Profissional pelas utentes de Acolhimento

Nível de Ensino frequentado/Situação Profissional pelas	
Ensino secundário profissional: 11º ano	1
Ensino secundário profissional: 12º ano	1
Desempregada	1
<b>Total</b>	<b>3</b>

Em gráfico:



### Tempo de permanência das Utentes em Acolhimento:

Tempo de permanência das Utentes em Acolhimento	
Menos de 1 ano	1
Mais de 2 anos	1
Mais de 3 anos	1
<b>Total</b>	<b>3</b>

Em gráfico:





## Dados Estatísticos de Entradas em 2021

### Entrada de utentes em Acolhimento 202

Entrada de utentes em Acolhimento 2021					Filhos das utentes/Gravidez	
Data Nascimento	Idade	Data Admissão		Origem	Data Nascimento	Idade
12/04/2002	21 anos	13/12/2021		Cercal do Alentejo	23/05/2021	7 meses
<b>Total - 1 Utentes</b>					<b>Total bebés: 1</b>	

### Motivo do Acolhimento das Utentes em 2020

Motivo do Acolhimento das Utentes em 2021*	
Falta de Suporte Familiar	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

Em

gráfico:



**\*NOTA:** Quase todos os utentes têm mais de uma problemática associada aos motivos do seu acolhimento, daí que se apresentem as problemáticas dominantes.





## Dados Estatísticos de Saídas em Acolhimento em 2021:

### Dados Estatísticos de Saídas em Acolhimento em 2021

Número de Jovens que saíram do CAV 2021	1
---	---

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção	
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

Motivo da Saída dos Utentes em Acolhimento em 2020	
Saída da Instituição por autonomização (acompanhada do filho)	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

### Motivo da Saída dos Utentes em 2021







## Creche Madame Brouillard



○ A creche “constitui uma das primeiras experiências da criança num sistema organizado, exterior ao seu círculo familiar, onde irá ser integrada e no qual se pretende que venha a desenvolver determinadas competências e capacidades” (Manual dos processos chave:02). Nota-se cada vez mais uma preocupação crescente com os primeiros anos de vida da criança e além disso, o “[...] reconhecimento da importância desta fase do desenvolvimento da criança enquanto indivíduo” (Idem:2). Importa salientar, recorrendo a Gabriela Portugal, citada por Vasconcelos (2000:85) que a creche permite “a estimulação cognitiva, socio emocional e física oferecida à criança, realizada através das atividades e relações interpessoais que se desenvolvem com esta”.



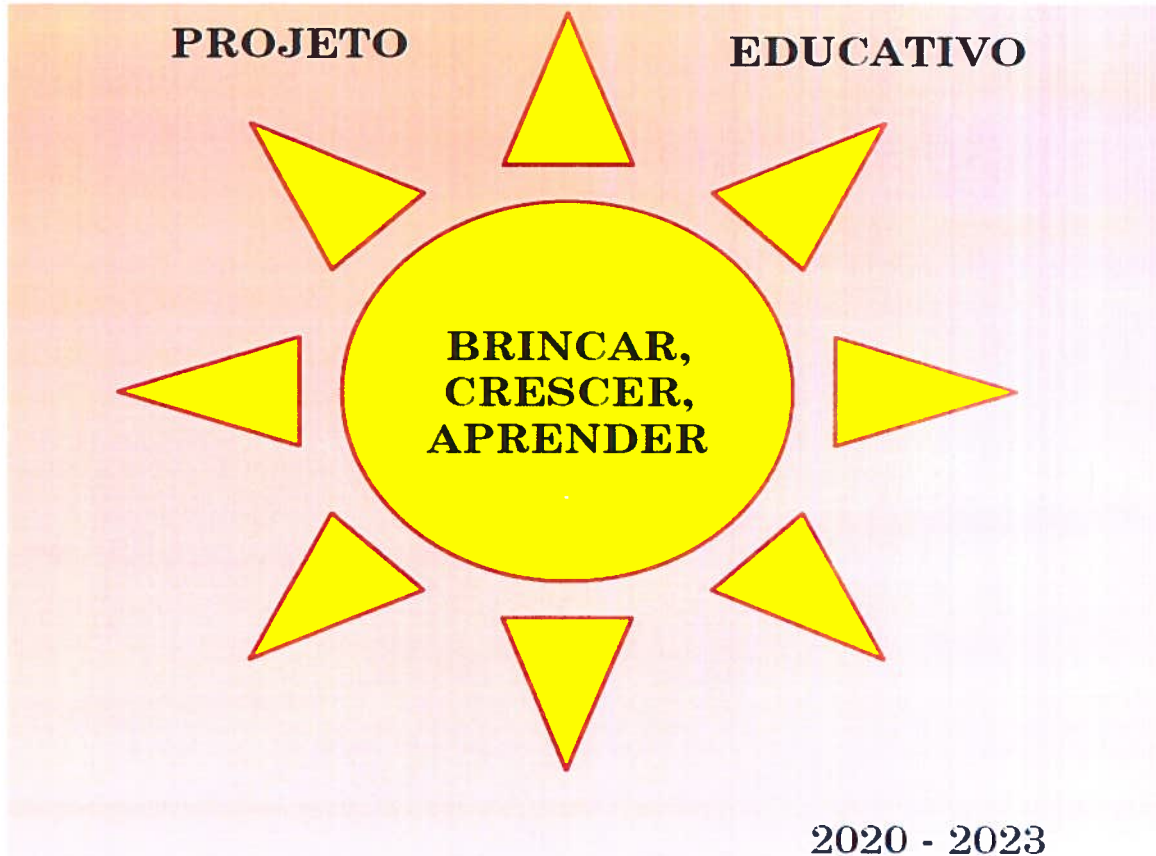
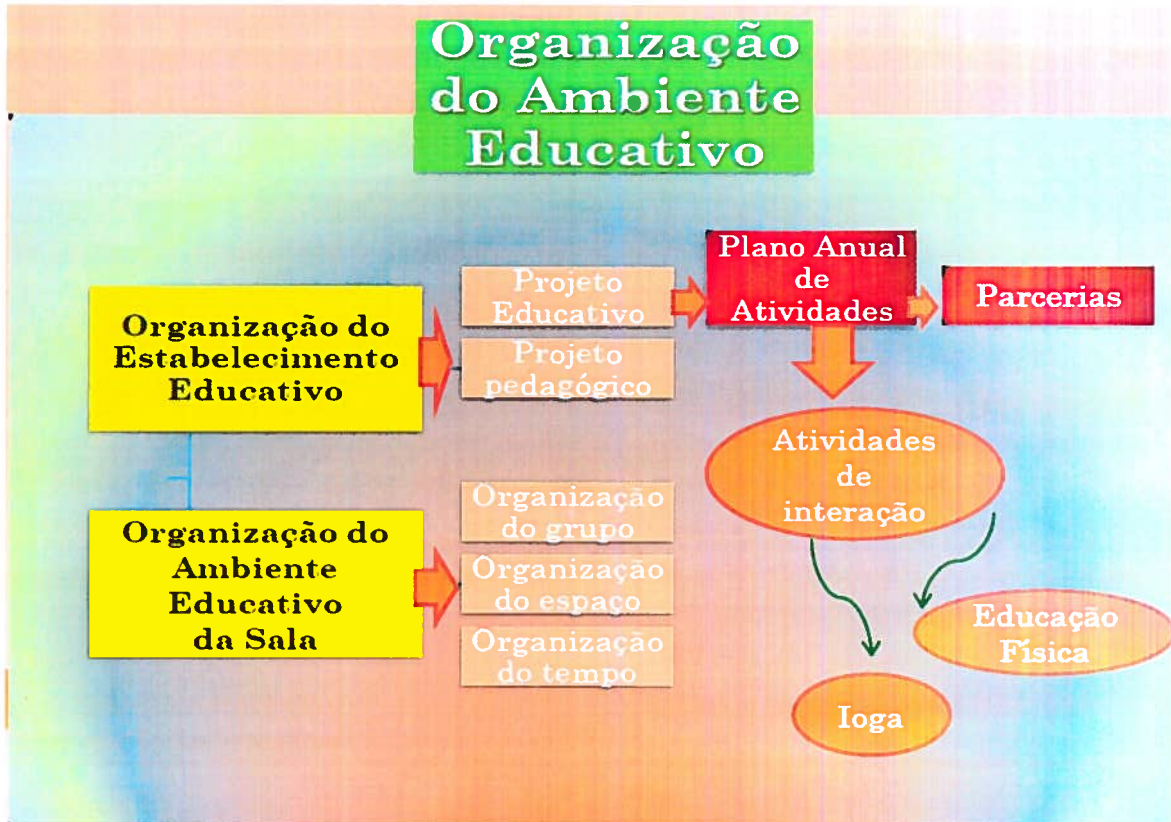
## SÃO OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA CRECHE

- 1-Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar
- 2- Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, num clima de segurança afetiva e física durante o afastamento parcial do seu meio familiar, através de um atendimento Individualizado
- 3 - Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças
4. Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, assegurando o seu encaminhamento adequado
- 5- Orientar para a comunidade educativa no pré-escolar, seguindo os mesmos princípios pedagógicos
- 6.Associar-se e envolver-se em ações educativas promovidas pela comunidade  
(Regulamento interno)

## DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS

<u>IDADES</u>	<u>Nº DE SALAS</u>	<u>TOTAL DE CRIANÇAS</u>
<b>3 meses até aquisição da marcha</b>	<b>3</b>	<b>21</b>
<b>Aquisição da marcha a 24 meses</b>	<b>4</b>	<b>43</b>
<b>24 a 36 meses</b>	<b>4</b>	<b>60</b>
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>124</b>



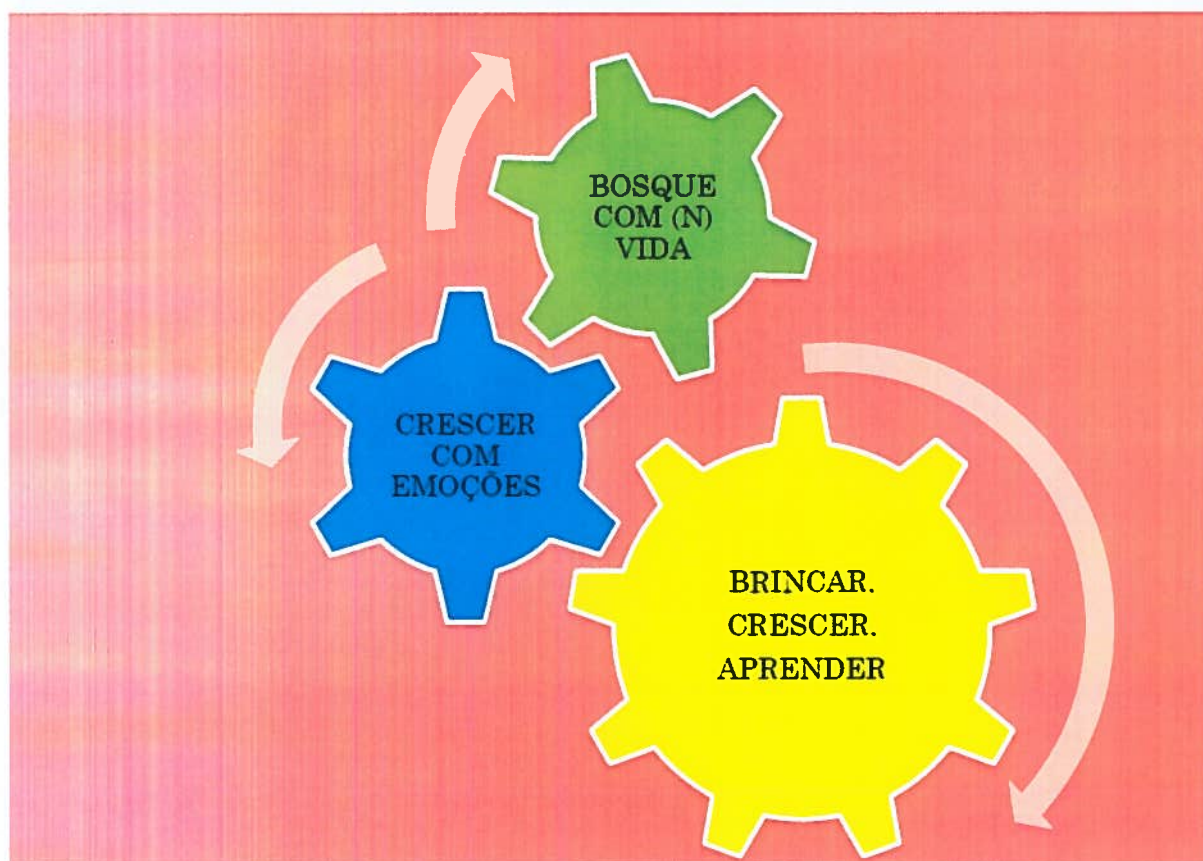




## FINALIDADES

- ✓ Promover uma melhoria da oferta educativa ao ar livre;
- ✓ Criar espaços exteriores interessantes para brincar, potenciadores de aprendizagens e experiências significativas para o desenvolvimento global da criança;
- ✓ Conceber espaços mais cativantes e interessantes para brincar, a par com práticas pedagógicas valorizadoras das oportunidades de aprendizagem emergentes.

## PROJETO EDUCATIVO/PROJETO PEDAGÓGICO







## Plano Anual de Atividades

ATIVIDADES	OBJETIVOS
ENTRUDO 12 FEVEREIRO	Reconhecer e valorizar as tradições
DIA DO PAI 19 DE MARÇO	Valorizar o papel da família na sociedade atual; Incentivar as relações de afeto entre pai e filho(a).
DIA DA ÁRVORE 22 DE MARÇO	Sensibilizar as crianças para a prática diária de proteção da natureza; Promover a mudança de atitudes e comportamentos. Sensibilizar as crianças para a prática diária de proteção da natureza
DIA DA MÃE	Sensibilizar as crianças para a prática diária de proteção da natureza

ATIVIDADES	OBJETIVOS
DIA MUNDIAL DA CRIANÇA 1 DE JUNHO	Promover um momento de convívio lúdico e de relaxamento às crianças.
DIA MUNDIAL DA METEOROLOGIA 23 DE MARÇO	-Aumentar a compreensão dos fenómenos atmosféricos -Promover a socialização
FEIRA DA PÁSCOA DE 30 de março a 3 de abril	-Angariar fundos para o aluguer de equipamentos de diversão para o encerramento das atividades
DIA MUNDIAL DA TERRA 22 DE ABRIL	Promover a socialização entre crianças e colaboradoras Proporcionar um ambiente de convívio e harmonia Alertar as crianças para a proteção dos animais e do meio ambiente
ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO 30 DE JUNHO	Divulgar junto da comunidade educativa, os projetos desenvolvidos pelos grupos ao longo do ano.





ATIVIDADES	OBJETIVOS
<b>CONVÍVIO DE S. MARTINHO</b> <b>11 DE NOVEMBRO</b>	Conhecer e preservar costumes e tradições; Promover a socialização entre as crianças e colaboradoras
<b>FESTA DE NATAL</b> <b>16 DE DEZEMBRO</b>	Vivenciar o Natal e a sua tradição num espírito de harmonia; Conhecer as tradições desta época festiva

<p><b>Brincadeiras com lama</b></p> 	<p><b>Piquenique</b></p> 	<p><b>Dia Mundial da Alimentação</b></p> 
<p><b>Sementeira de batatas</b></p> 	<p><b>Passeio ao Jardim dos Cheiros</b></p> 	<p><b>Natal</b></p> 
<p><b>Plantação de morangos</b></p> 	<p><b>S. Martinho</b></p> 	<p><b>S. Martinho</b></p> 

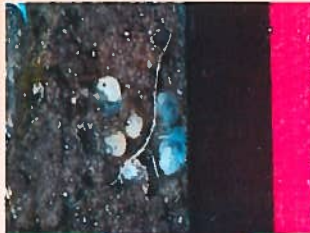




Aula de Educação Física



Ovinhos de caracol



Carnaval



À Descoberta na horta



À Descoberta do caracol



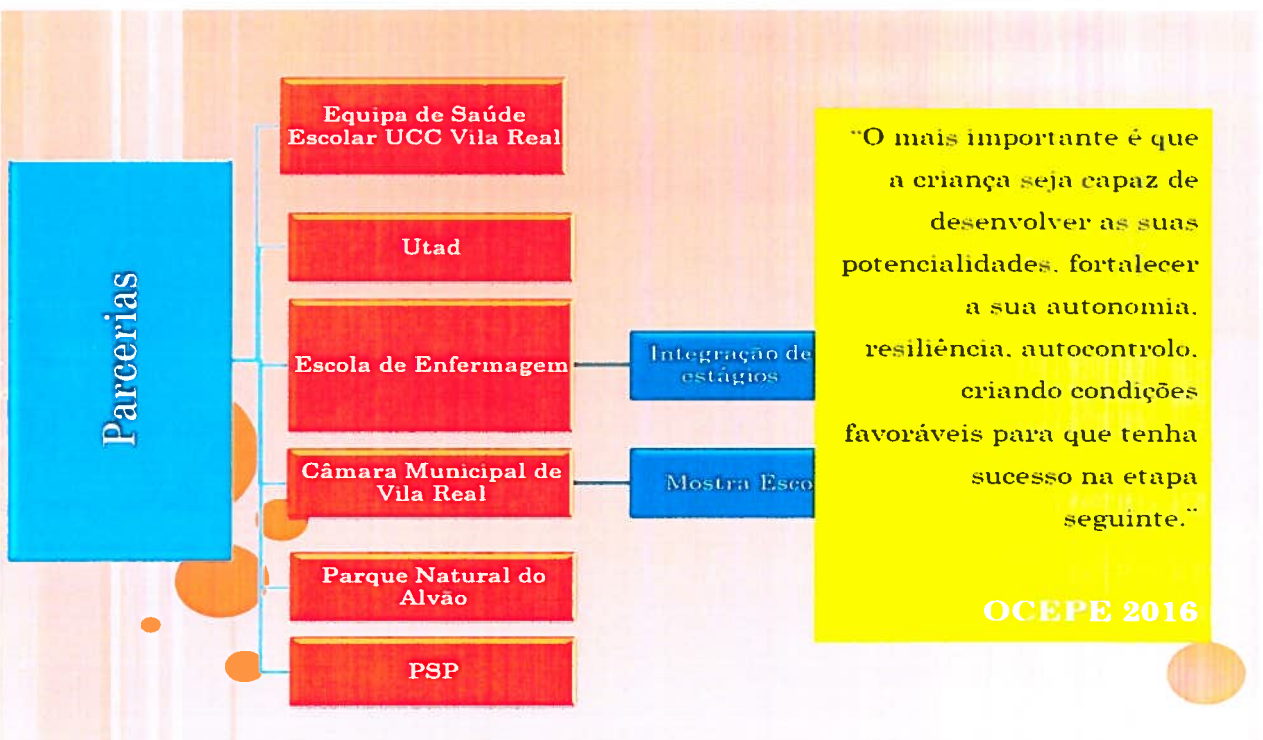
Os nossos fatos de inverno

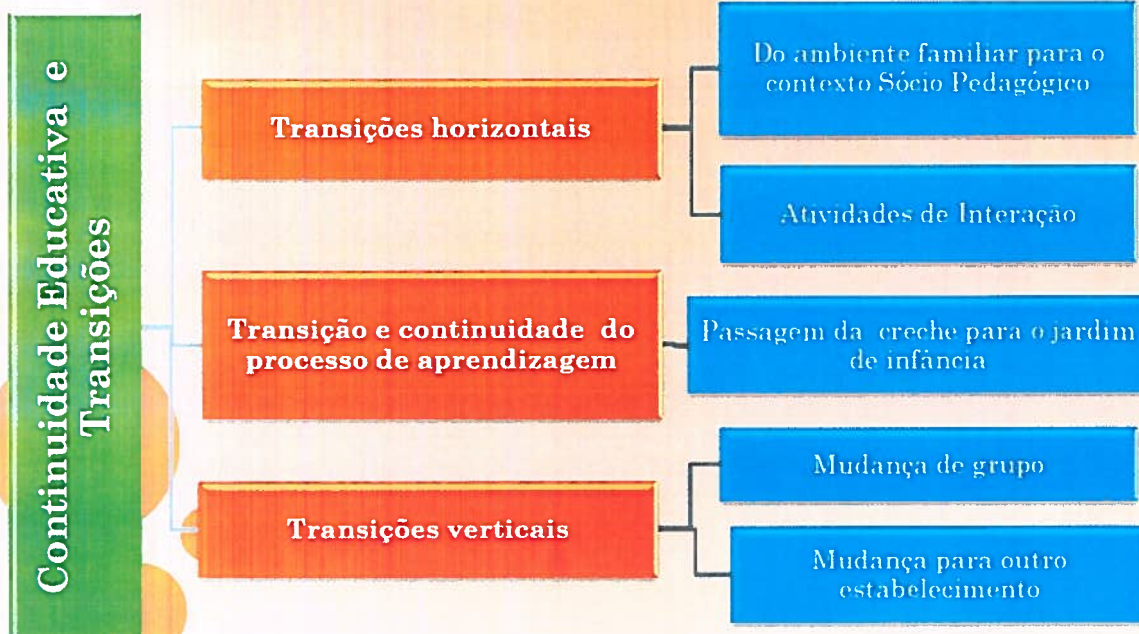
Berçário-contacto com a terra



Dia de Colheita

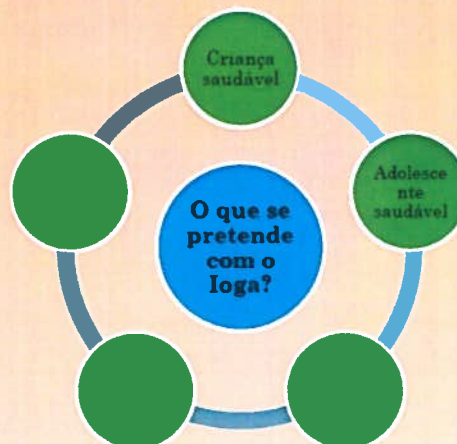
Devido ao estado pandémico, as atividades propostas foram reduzidas





## Educação Física

• A contribuição da atividade psicomotora no processo pedagógico é desenvolver a criança na sua globalidade, tendo em vista o aspeto motor, mental, psicológico, social, cultural e físico, auxiliando desta forma o processo natural de aprendizagem.



“O corpo, que a criança vai progressivamente dominando desde o nascimento e de cujas potencialidades vai tomando consciência, constitui um meio privilegiado de relação com o mundo e o fundamento de todo o processo de desenvolvimento e aprendizagem”





### Recursos Humanos

<b>Profissão</b>	<b>Numero</b>
Diretora técnica	1
Educadoras de infância	7
Ajudantes de ação educativa	23
Cozinheira	2
Ajudantes de Cozinha	1
Trabalhadoras Auxiliares	3

### Horário de Funcionamento

**Horário de Abertura: 7H30M**

**Horário de fecho : 18h45m**

**Período de prolongamento: das 18h45m às 19h30**

**Encerramento: 2<sup>a</sup> quinzena de agosto**



## Jardim de infância

A educação pré-escolar, conforme estabelecido na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro, destina-se a crianças com idades compreendidas entre os três e a entrada na escolaridade obrigatória, constituindo a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida.

**(Despacho nº9180/2016 de 19 de julho)**

O jardim de infância dispõe de uma capacidade total de:

- **100 crianças distribuídas por 4 salas de atividades (de setembro a dezembro)**







### **Objetivos específicos do Jardim de Infância**

1. Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências da vida democrática numa perspetiva para a cidadania;
2. Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
3. Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
4. Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais incluindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
5. Desenvolver a expressão e a comunicação através de múltiplas como meios de relação, de informação estética e compreensão do mundo;
6. Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
7. Proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
8. Preparar a criança para o ingresso no ensino básico fomentando hábitos de atenção, estudo e trabalho;
9. Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;
10. Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

**(Regulamento Interno:2016)**



### **FUNCIONAMENTO:**

De 2ª a 6ª feira (exceto feriados)  
Das 07:30h às 19:30h

### **ENCERRADO:**

24 de dezembro  
Terça feira de Carnaval  
13 de junho  
2ª quinzena de agosto

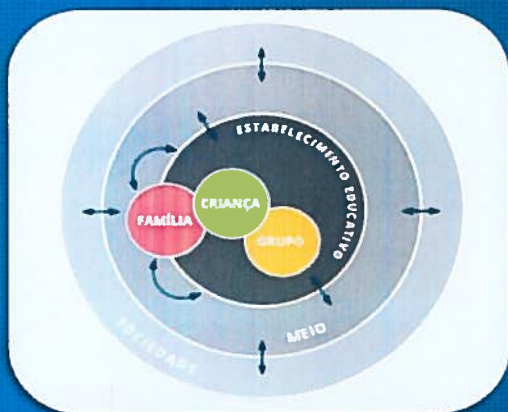
#### **Distribuição dos Recursos humanos (entre janeiro e agosto)**

**5 Educadoras de Infância**  
**1 Coordenadora Pedagógica (acumula funções)**  
**8 Ajudantes de Ação Educativa**  
**4 Trabalhadoras dos Serviços Gerais**

#### **Distribuição dos Recursos humanos (entre setembro e dezembro)**

**4 Educadoras de Infância**  
**1 Coordenadora Pedagógica (acumula funções)**  
**8 Ajudantes de Ação Educativa**  
**3 Trabalhadoras dos Serviços Gerais**

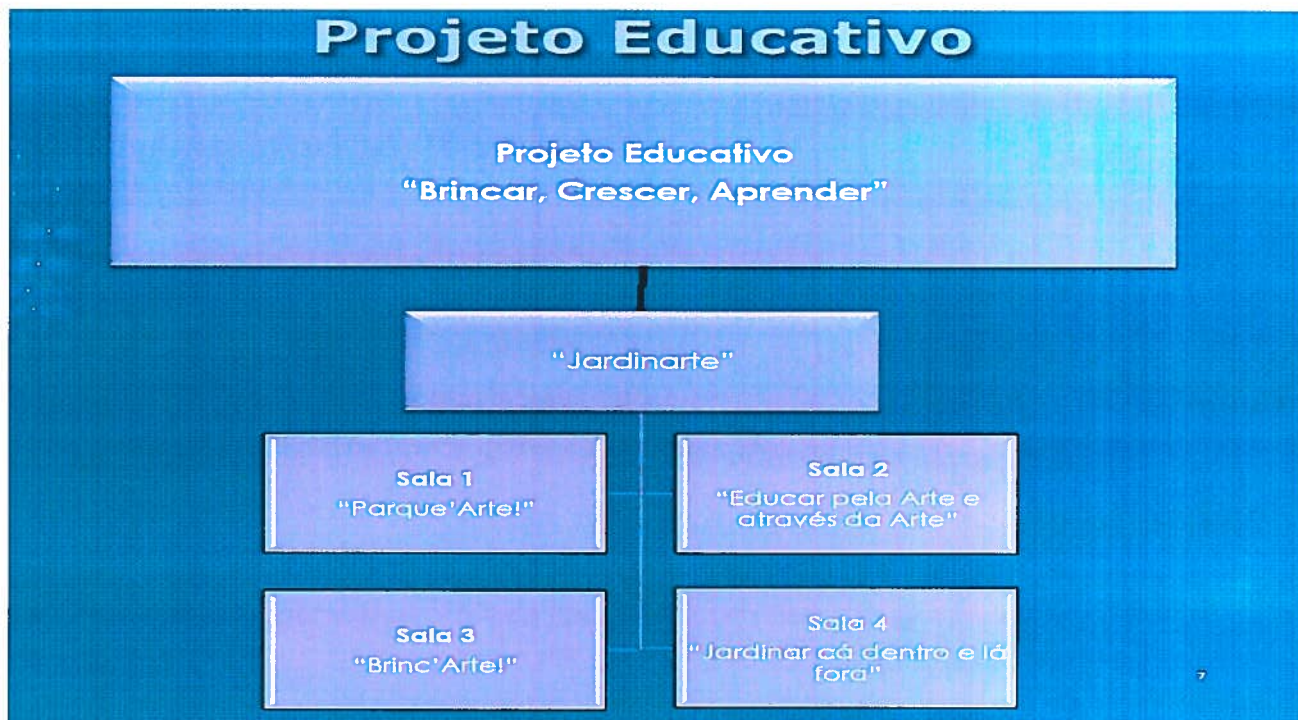
### **Organização Ambiente Educativo**



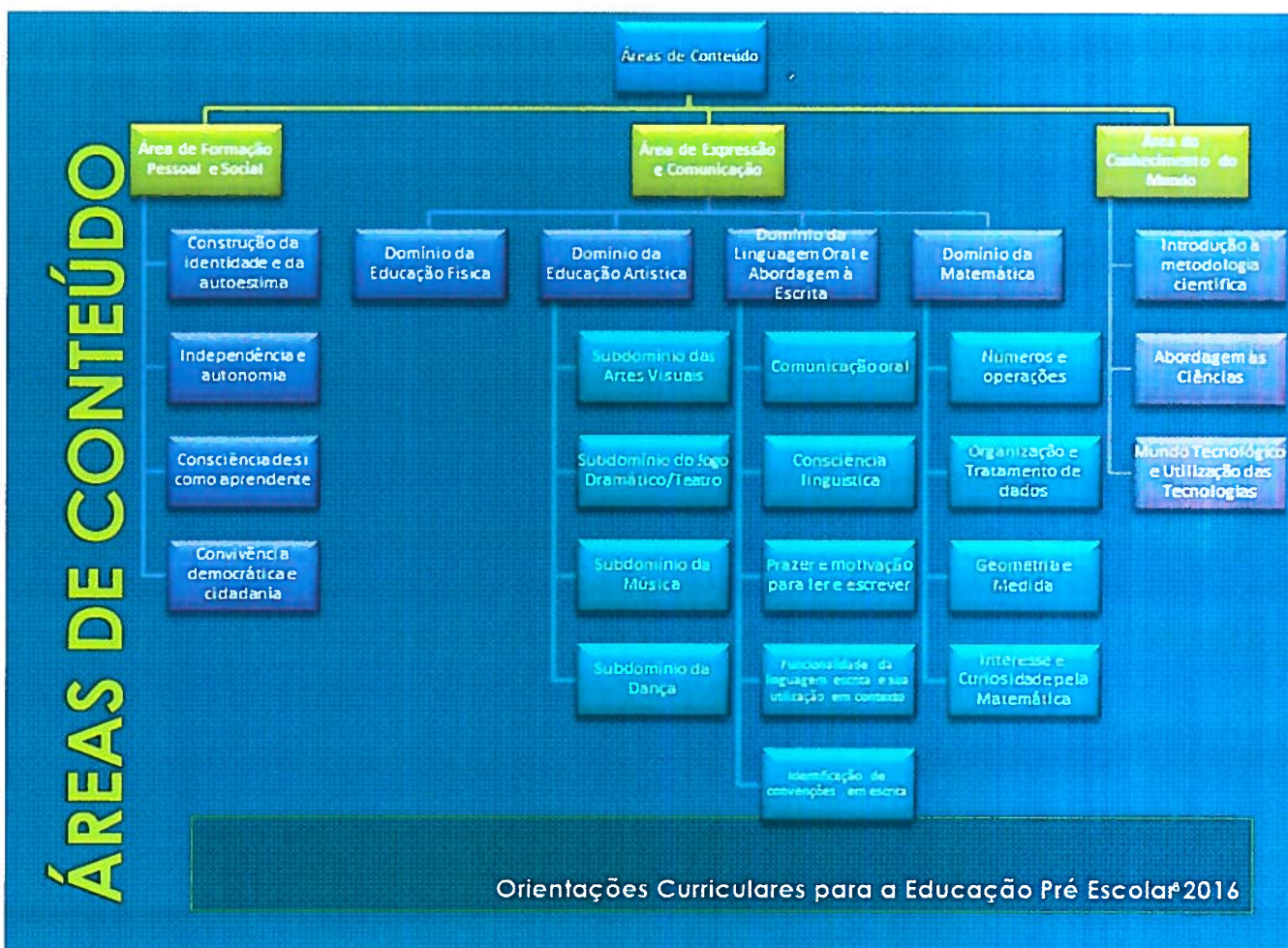
Os pais/família, como principais responsáveis pela educação dos filhos/as, têm também o direito de participar no desenvolvimento do seu percurso pedagógico, não só sendo informados do que se passa no jardim de infância, como tendo também oportunidade de dar contributos que enriqueçam o planeamento e a avaliação da prática educativa.

OCEPE 2016





Projeto Educativo







# Área de Formação Pessoal e Social

A *Área de Formação Pessoal e Social* é considerada uma área transversal, porque, embora tenha uma intencionalidade e conteúdos próprios, está presente em todo o trabalho educativo realizado no jardim de infância. Tal deve-se ao facto de esta ter a ver com a forma como as crianças se relacionam consigo próprias, com os outros e com o mundo, num processo de desenvolvimento de atitudes, valores e disposições, que constituem as bases de uma aprendizagem bem-sucedida ao longo da vida e de uma cidadania autónoma, consciente e solidária.

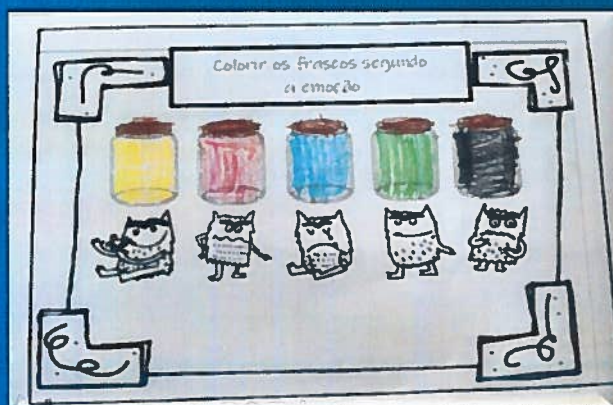
A *Área de Formação Pessoal e Social*, tendo conteúdos próprios, está intimamente relacionada com todas as outras áreas de conteúdo, que contribuem ou são uma ocasião para o seu desenvolvimento. Assim, os saberes, a curiosidade e o desejo de aprender das crianças são alargados através do contacto com as diversas manifestações de cultura a que essas áreas correspondem, permitindo, simultaneamente, desenvolver projetos que as mobilizam, de modo articulado e globalizante.

## "As Emoções"

Bonecos sensoriais



Cada emoção no seu lugar



10





# Área de Expressão e Comunicação

A *Área de Expressão e Comunicação* é a única em que se distinguem *diferentes domínios*, que se incluem na mesma área por terem uma íntima relação entre si, por constituírem formas de linguagem indispensáveis para a criança interagir com os outros, exprimir os seus pensamentos e emoções de forma própria e criativa, dar sentido e representar o mundo que a rodeia.

Estas características levam a considerá-la uma área básica, pois incide em aspetos essenciais de desenvolvimento e aprendizagem, que permitem à criança apropriar-se de instrumentos fundamentais para a aprendizagem noutras áreas, mas, também, para continuar a aprender ao longo da vida.

Os *domínios* que fazem parte da área de *Expressão e Comunicação* são os seguintes:

Domínio da *Educação Física*, que privilegia uma abordagem global não especificando componentes.

Domínio da *Educação Artística*, que, tendo perspetivas e estratégias comuns, engloba diferentes linguagens, cuja especificidade determina a introdução de quatro subdomínios: *artes visuais, jogo dramático/teatro, música e dança*.

Domínio da *Linguagem Oral e Abordagem à Escrita*, que considera não só a íntima relação e a complementaridade entre estes dois tipos de aprendizagem da língua, mas também a sua especificidade, levando a apresentá-los separadamente, com a indicação das respetivas componentes.

Domínio da *Matemática*, onde são apresentados princípios gerais subjacentes às quatro componentes que integram as aprendizagens a realizar neste domínio.





# Área de Expressão e Comunicação

## Domínio da Educação Artística Subdomínio das Artes Visuais

Através das artes visuais desenhar, modelar, pintar, reaproveitar materiais para inventar histórias.







# Área de Expressão e Comunicação

## Domínio da Educação Artística Subdomínio do Jogo Dramático/Teatro

Dar vida às histórias através do teatro, quer seja em forma de fantoches, sombras chinesas ou representação.







# Área de Expressão e Comunicação

## Domínio da Educação Artística

### Subdomínio da Música

Panda e os Caricás - O Arco-Íris

<https://youtu.be/Y1xaZWldtU>



O palhaço troca o passo

<https://youtu.be/JUKwMxxvde8>

Vivam os palhaços

<https://youtu.be/jwl3Hys4EQg>

Três palhacinhos

<https://youtu.be/ufyuGqBCPvk>

É Carnaval/Tucantar

<https://youtu.be/0f81D32wzCg>

Quem é que sabe (Formas Geométricas)

<https://youtu.be/soOKV3s0mnM>



As canções da Maria  
"Os ditongos a cantar"

<https://youtu.be/wnganrIAfg0>







# Área de Expressão e Comunicação

## Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita

O Capuchinho Vermelho



Branca de Neve e os sete  
Anões



O Monstro das cores



Os três porquinhos







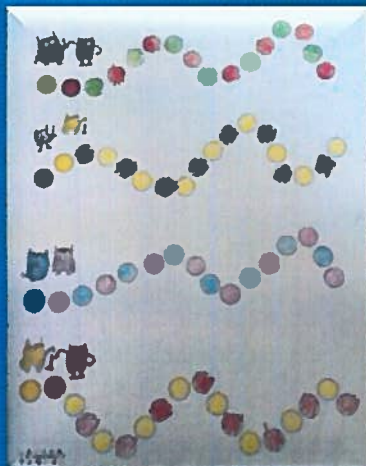
# Área de Expressão e Comunicação

## Domínio da Matemática

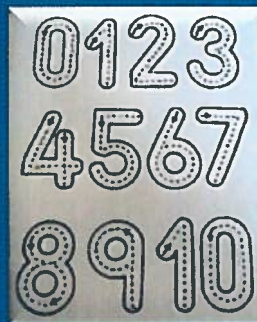
Formar conjuntos



Realizar sequências



Desenhar os números







## Área do Conhecimento do Mundo

A *Área do Conhecimento do Mundo* enraíza-se na curiosidade natural da criança e no seu desejo de saber e compreender porquê. Esta sua curiosidade é fomentada e alargada na educação pré-escolar através de oportunidades para aprofundar, relacionar e comunicar o que já conhece, bem como pelo contacto com novas situações que suscitam a sua curiosidade e o interesse por explorar, questionar descobrir e compreender. A criança deve ser encorajada a construir as suas teorias e conhecimento acerca do mundo que a rodeia

### Parcerias



“O mais importante é que a criança seja capaz de desenvolver as suas potencialidades, fortalecer a sua autonomia, resiliência, autocontrolo, criando condições favoráveis para que tenha sucesso na etapa seguinte. “

OCEPE 2016

78





OCEPE 2016

80

## Atividades de Animação e Apoio à Família

Educação Física	Iniciação de Inglês	Educação Musical
<ul style="list-style-type: none"><li>A contribuição da atividade psicomotora no processo pedagógico é desenvolver a criança na sua globalidade, tendo em vista o aspeto motor, mental, psicológico, social, cultural e físico, auxiliando desta forma o processo natural de aprendizagem.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Conteúdos temáticos (adaptados a cada faixa etária):<ul style="list-style-type: none"><li>Formas de cumprimentar.</li><li>Os números;</li><li>As cores;</li><li>A família;</li><li>A escola;</li><li>O corpo humano;</li><li>Os animais;</li><li>Diversas festividades.</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Promover a educação musical na fase da infância;</li><li>Sensibilizar para a importância da música;</li><li>Proporcionar um leque de vivências que favoreçam a imaginação.</li></ul>

"O tempo das atividades de animação e Apoio à Família será marcado por um processo educativo informal, tratando-se de um tempo em que cada criança escolhe o que deseja fazer, não havendo a mesma preocupação com a necessidade de proporcionar aprendizagens estruturadas..."

81

Circular nº 17/DSCD/DEPEB/2007



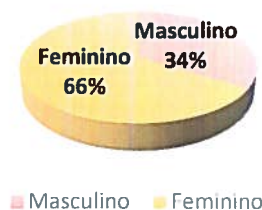
## O Lar da Imaculada Conceição

O Lar da Imaculada Conceição da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real foi inaugurado em 1987 tendo atualmente capacidade para acolher 58 utentes com acordo de cooperação para o setor social e solidário e 8 utentes em regime de extra acordo. Ao longo destes anos vem cumprindo a sua missão de responder às necessidades individuais ao nível de alojamento, alimentação, saúde, higiene e conforto pessoal.

Durante o ano de 2021, ao nível da distribuição dos utentes por sexo há um predomínio de utentes do sexo feminino com um total de 49 utentes mulheres (66%) e 25 utentes homens (34%).

Género	Total
Masculino	25
Feminino	49

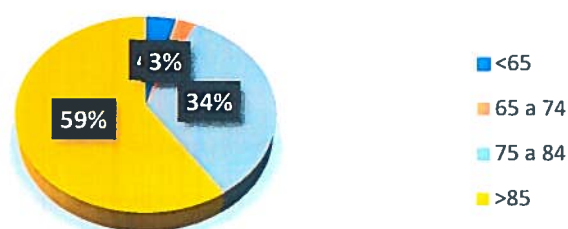
### Distribuição quanto ao género dos utentes



Relativamente à distribuição por faixa etária verifica-se que há um predomínio de utentes com idades entre os 75 e os 84 anos, o que denuncia uma população cada vez mais envelhecida e dependente de cuidados, como podemos comprovar no seguinte gráfico.

Idade	Total
<65	3
65 a 74	3
75 a 84	38
>85	30

### Distribuição dos utentes quanto à idade



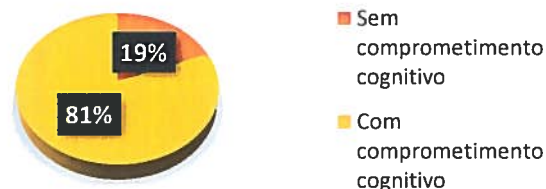




No decorrer da integração dos utentes é aplicado o índice de Barthel para medir o grau de assistência exigido por um idoso em 10 itens de atividades de vida diária, envolvendo mobilidade e cuidados pessoais. São eles: alimentação, banho, higiene pessoal, vestuário, controlo dos esfíncteres intestinal, controlo miccional, transferências na cama e casa de banho, deambulação e subir escadas. A pontuação global varia de 0 a 100 (soma dos itens classificados em 5, 10 e 15 pontos, conforme independência ou necessidade de ajuda para executar a atividade). Na sequência da aplicação do Índice de Barthel verificamos que a maioria dos nossos utentes apresenta grande dependência. A par da dependência física apresentam comprometimento cognitivo.

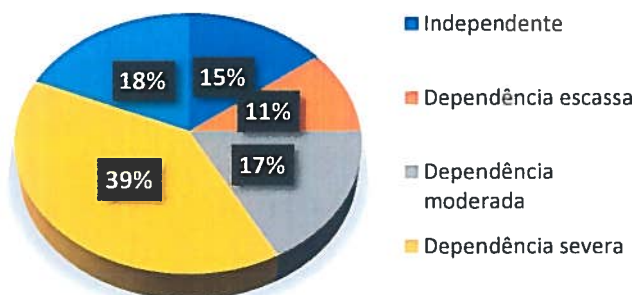
Estado Cognitivo	Total
Sem comprometimento cognitivo	14
Com comprometimento cognitivo	60

### Distribuição dos utentes quanto ao comprometimento cognitivo



Autonomia	Total
Independente	11
Dependência escassa	8
Dependência moderada	13
Dependência severa	30
Dependência total	14

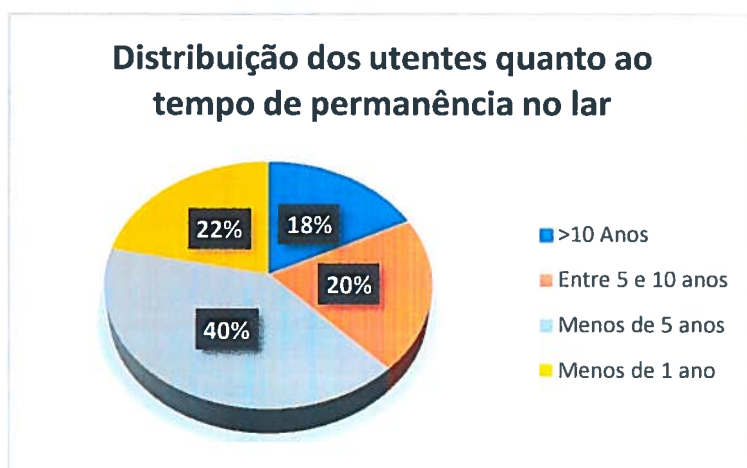
### Distribuição dos utentes quanto ao grau de dependência





Ainda que com pouca diferença, a maioria dos nossos utentes estão no lar à menos de 5 anos, de salientar que 13 utentes estão connosco há mais de 10 anos. Felizmente, hoje em dia, tem vindo a instalar-se um novo olhar sobre esta problemática, procurando que os anos passados pelos idosos nas instituições, e que são cada vez mais, sejam sinónimo de qualidade de vida. (ver gráfico seguinte).

Tempo de permanência	Total
>10 Anos	13
Entre 5 e 10 anos	15
Menos de 5 anos	30
Menos de 1 ano	16



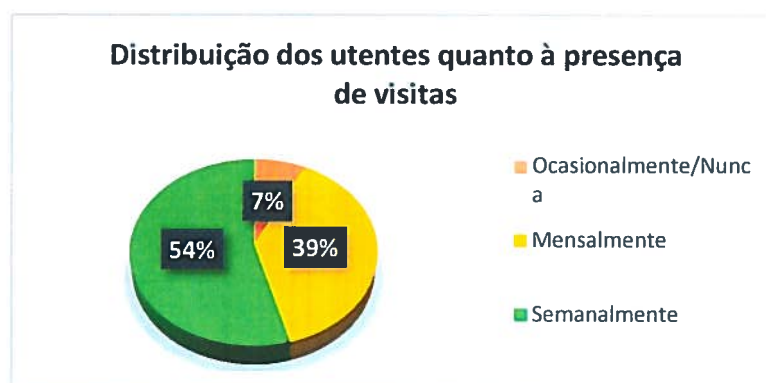
Uma das missões do Lar Imaculada Conceição é promover a continuidade e fortalecimento dos laços familiares, diligenciando para que os familiares/ cuidadores não esqueçam os seus deveres em relação aos idosos.

Em relação às visitas feitas aos nossos utentes e tendo em conta as diretrizes da Direção Geral de Saúde relativamente às regras para visitas no contexto da atual Pandemia, que permite pelo menos uma visita por semana, verificamos que a maioria dos utentes recebe visitas semanalmente.

Apesar de todos os esforços feitos, entristece-nos verificar que há 7% de utentes que raramente/nunca recebem visitas, embora tenhamos verificado um aumento no número de visitas que ocorrem mensalmente

Durante o ano de 2021 conseguimos dar resposta a 13 acolhimentos extra acordo.

Presença de visitas	Total
Ocasionalmente/Nunca	5
Mensalmente	27
Semanalmente	38

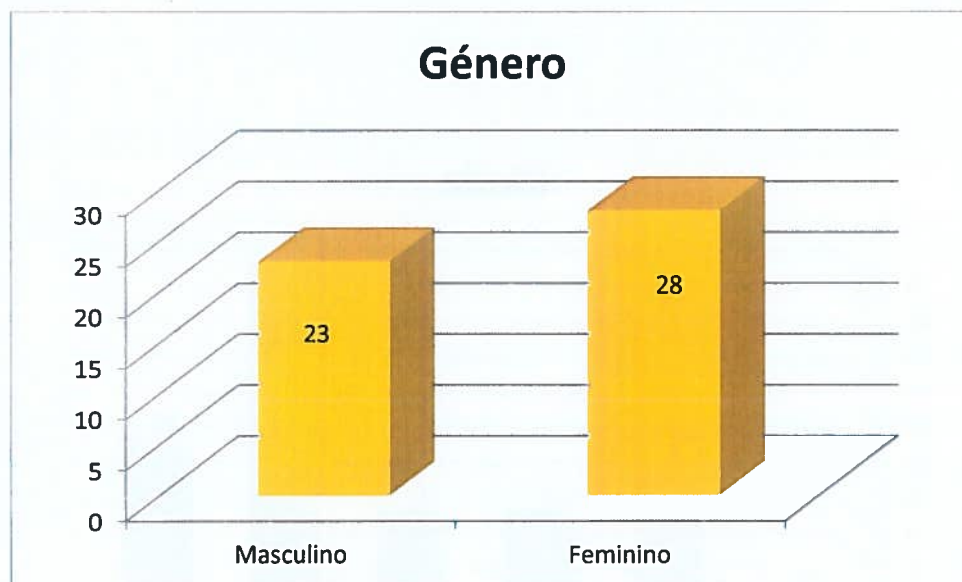
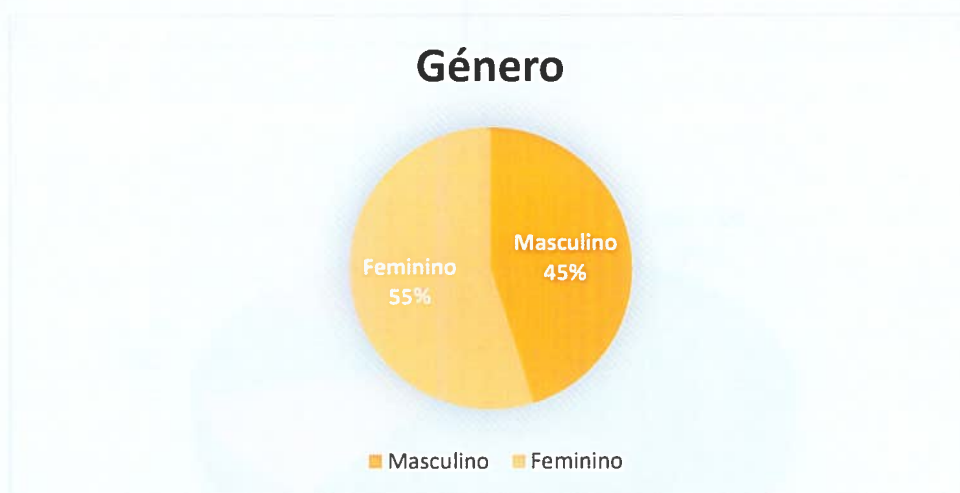




## Apoio Domiciliário

### 1. Caracterização dos utentes quanto ao género:

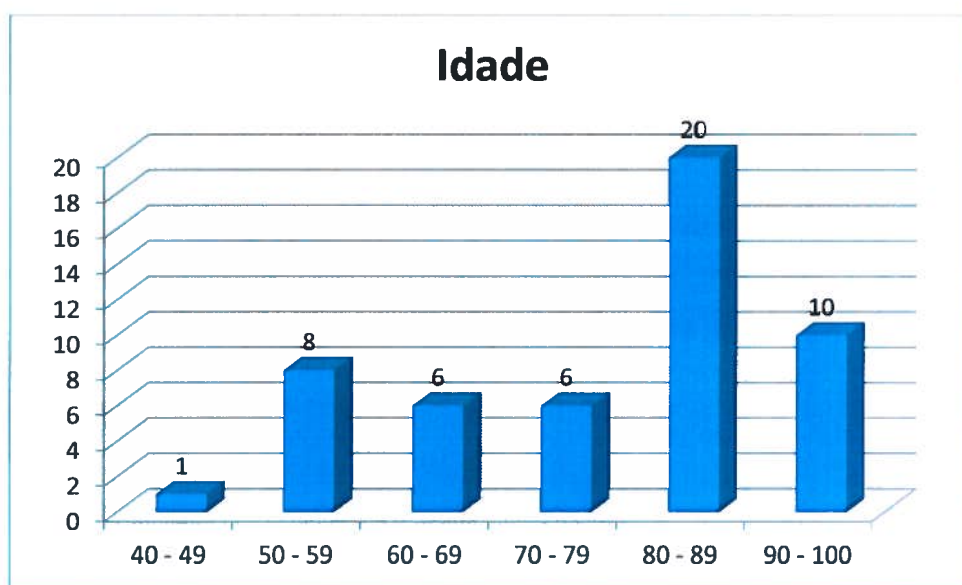
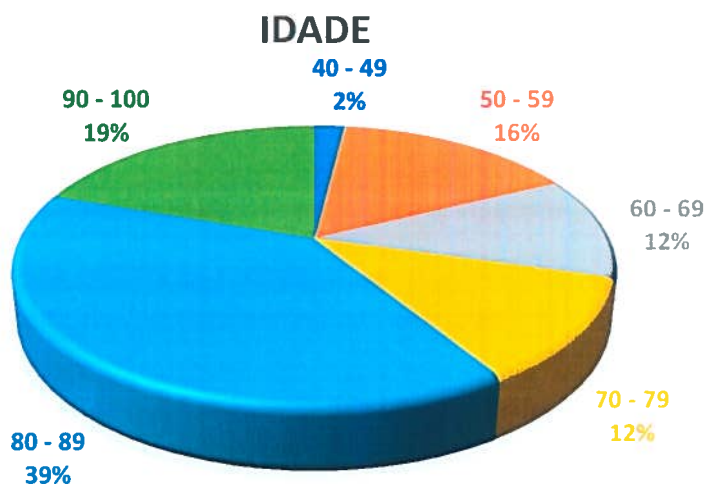
Género	Total
Masculino	23
Feminino	28





## 2. Caracterização dos utentes quanto à idade:

Idade	Total
40 - 49	1
50 - 59	8
60 - 69	6
70 - 79	6
80 - 89	20
90 - 100	10

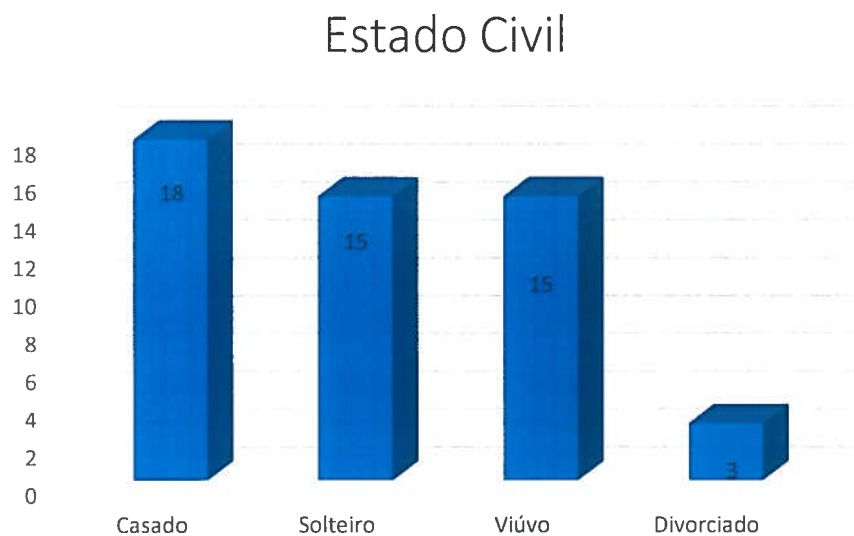






### 3. Caracterização dos utentes quanto ao estado civil:

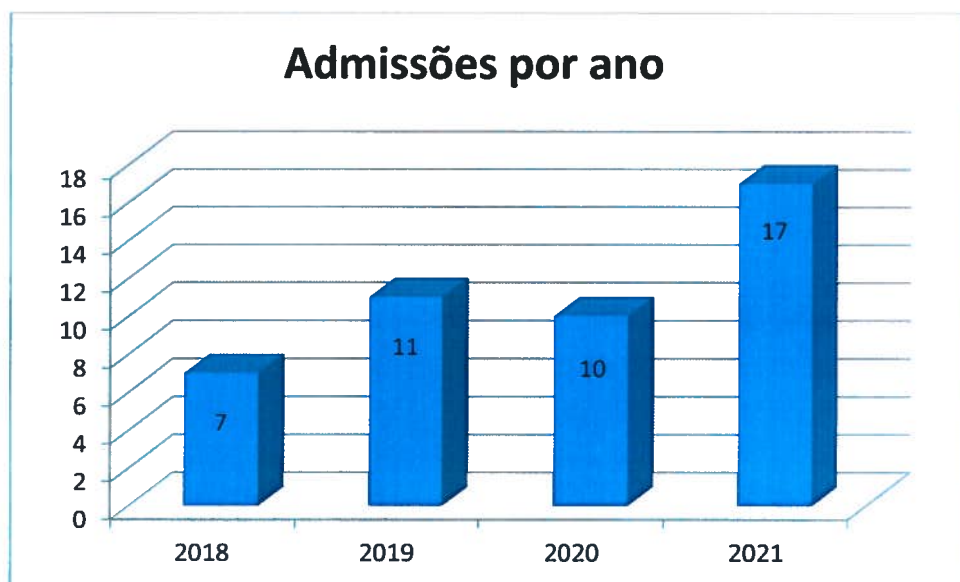
Estado Civil	Total
Casado	18
Solteiro	15
Viúvo	15
Divorciado	03





#### 4. Número de admissões por ano:

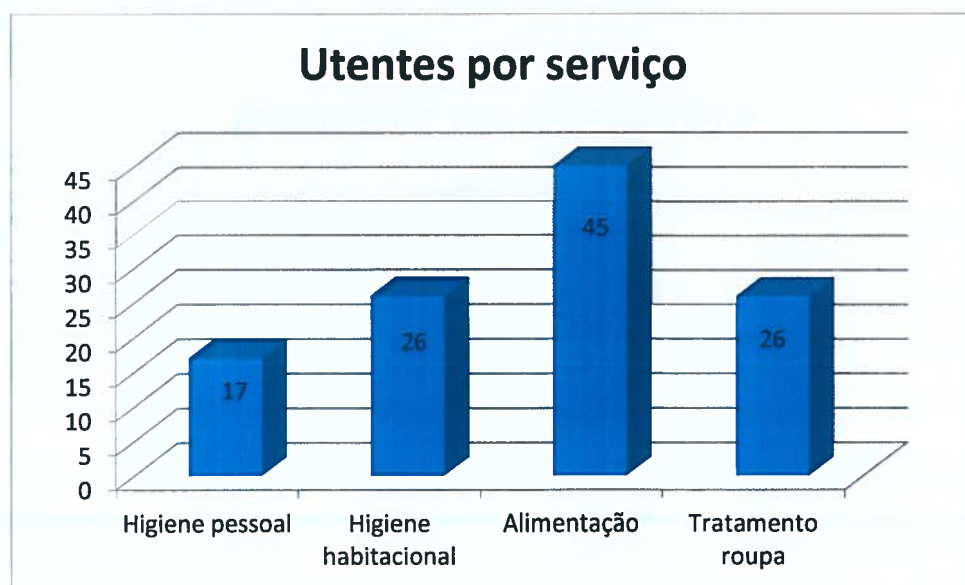
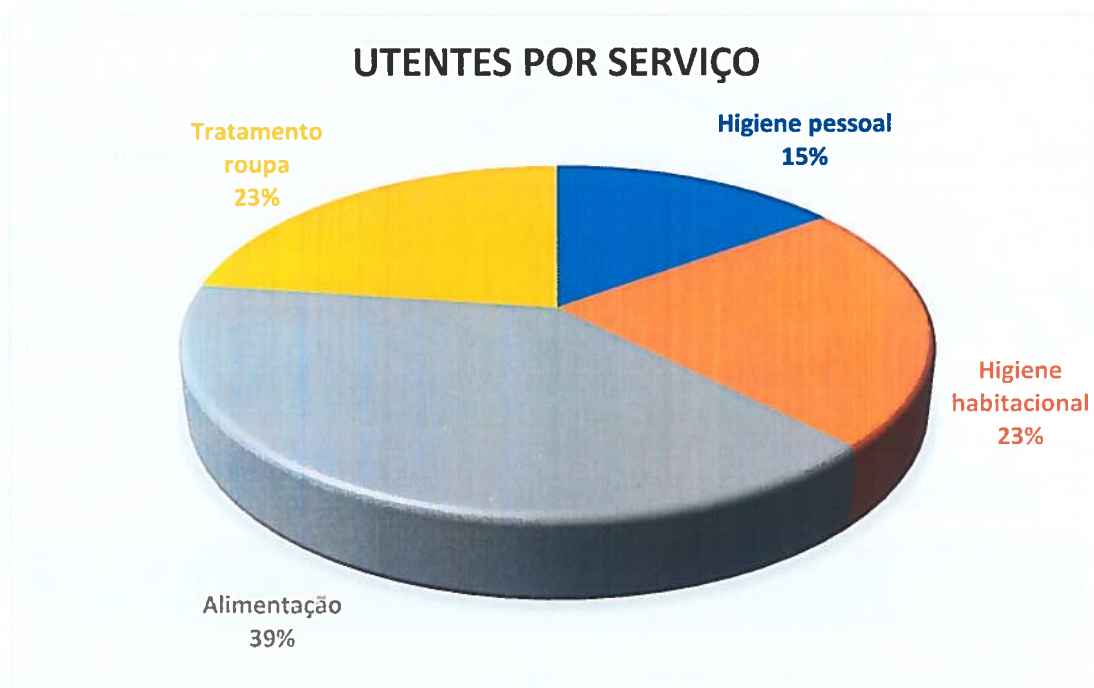
Ano de admissão	Nº de utentes
2018	7
2019	11
2020	10
2021	17





## 5. Número de utentes por serviço:

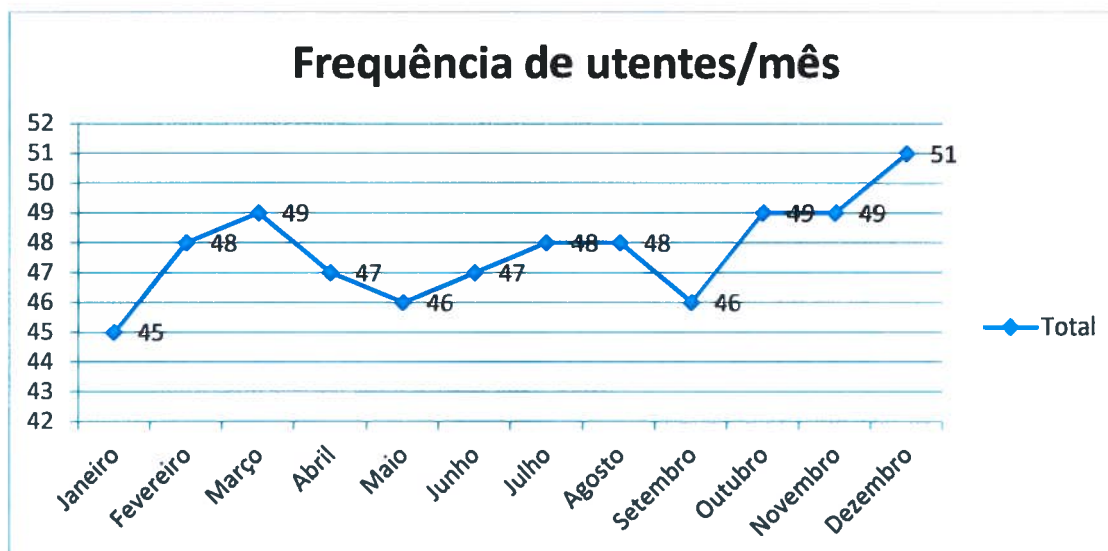
Serviços	Total
Higiene pessoal	17
Higiene habitacional	26
Alimentação	45
Tratamento roupa	26





## 6. Frequência de utentes por mês (ano de 2021):

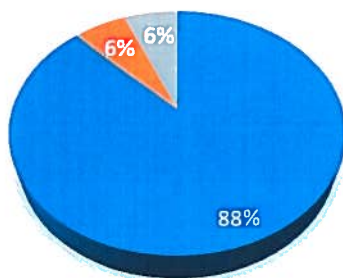
Mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Nº utentes	45	48	49	47	46	47	48	48	46	49	49	51



## 7. Número de utentes por freguesia:

Freguesias	Total
Vila Real	43
Lordelo	03
Borbela	03

### Nrº utentes por freguesias



■ Vila Real ■ Lordelo ■ Borbela

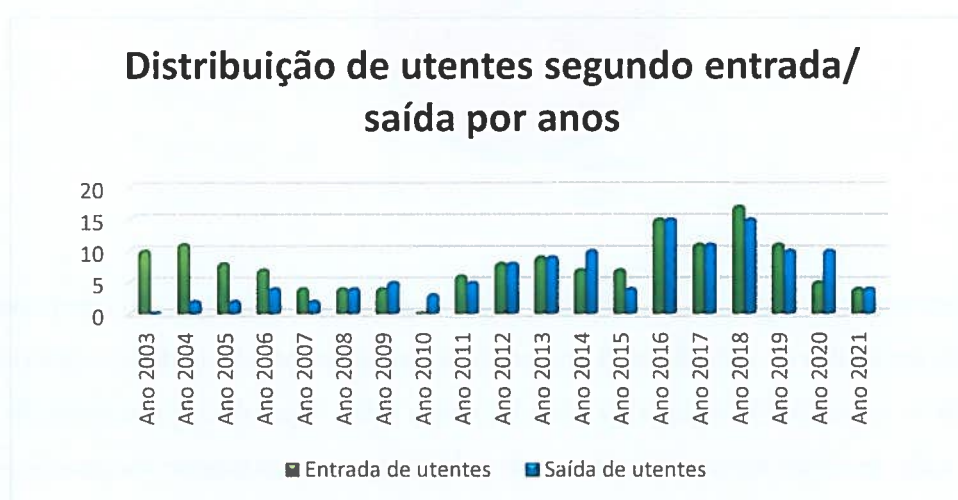




## Lar Hotel

O Lar Hotel da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real foi inaugurado a 27 de junho de 2003 e o seu primeiro utente deu entrada a 14/08/2003. Ao longo dos anos vem cumprindo a sua missão de lar, proporcionando aos seus utentes alojamento e serviços contribuindo para a manutenção do seu bem-estar e essencialmente da sua autonomia.

Desde que abriu e até 31 dezembro 2021 deram entrada no Lar Hotel 148 utentes e verificou-se a saída de 123, valores que podem ser verificados no gráfico seguinte:



### Ano 2021

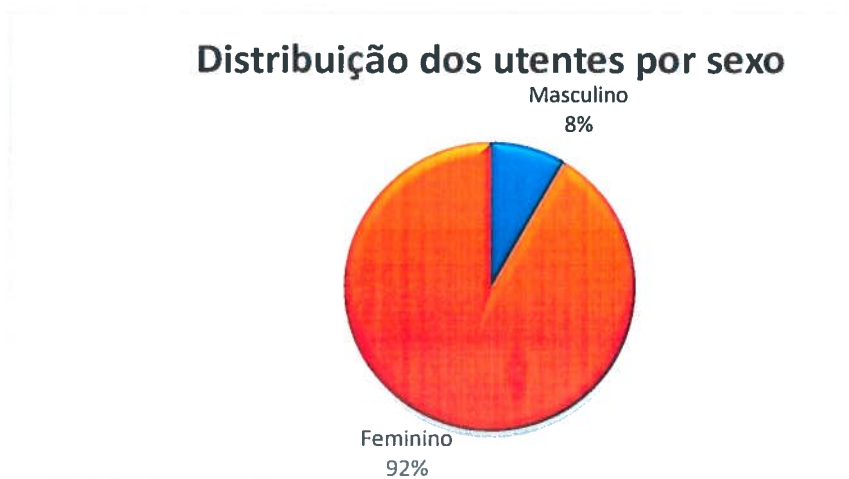
Durante o ano de 2021 deram entrada no Lar Hotel 4 utentes e verificou-se a saída de 4 utentes. De salientar que 1 destas saídas respeita a internamentos temporários com saída devidamente prevista contratualmente. A 31 de Dezembro de 2021 o Lar Hotel contemplava 24 utentes residentes.

A média de idades dos utentes residentes é de 88 anos o que, à semelhança dos anos anteriores, denota uma população envelhecida e consequentemente mais débil e dependente. A sua distribuição por faixa etária corresponde à apresentada no seguinte gráfico.

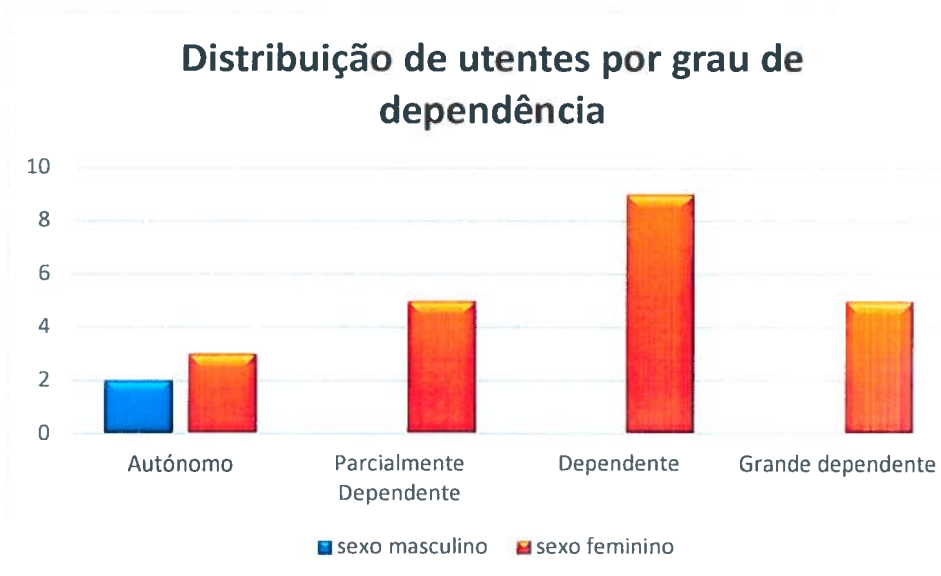




Ao nível da distribuição de utentes segundo sexo apresenta-se um predomínio de utentes do sexo feminino, como vem sendo habitua, ao longo dos anos de funcionamento do Lar Hotel, sendo que 92% dos utentes são do sexo feminino e 8% do sexo masculino.

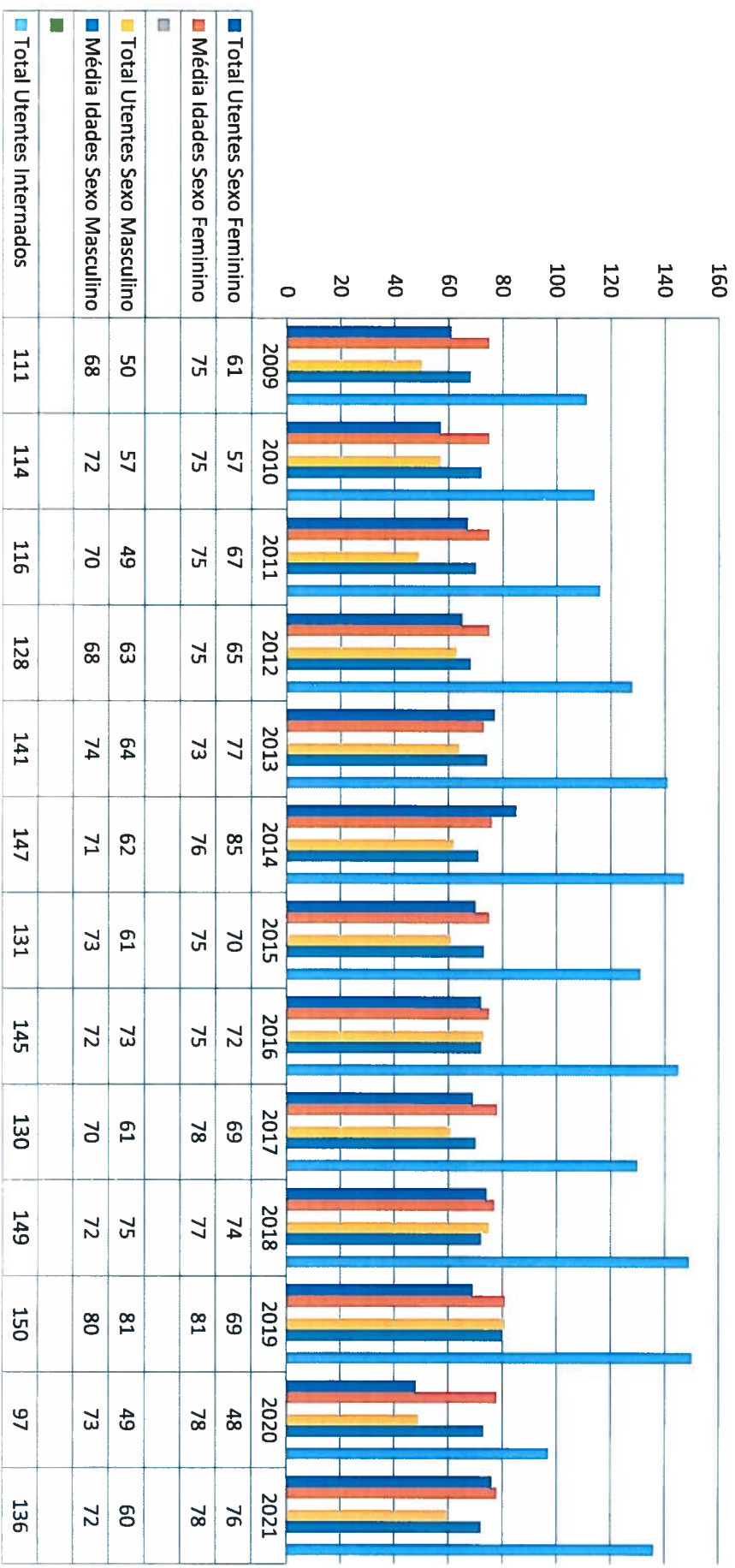


Relativamente ao grau de autonomia podemos referir que 5 utentes são autónomos para a realização de atividades de vida diária; 5 utentes estão parcialmente dependentes necessitando de apoio/ ajuda na execução de algumas tarefas; 9 utentes estão dependentes necessitando de ajuda para a execução de várias tarefas/ atividades de vida diária nomeadamente locomoção, cuidados de higiene, conforto e imagem, entre outros, e 5 utentes estão completamente dependentes necessitando de ajuda para o desenvolvimento de todas as atividades de vida diária.





## Nº de Utentes UCCI/Ano



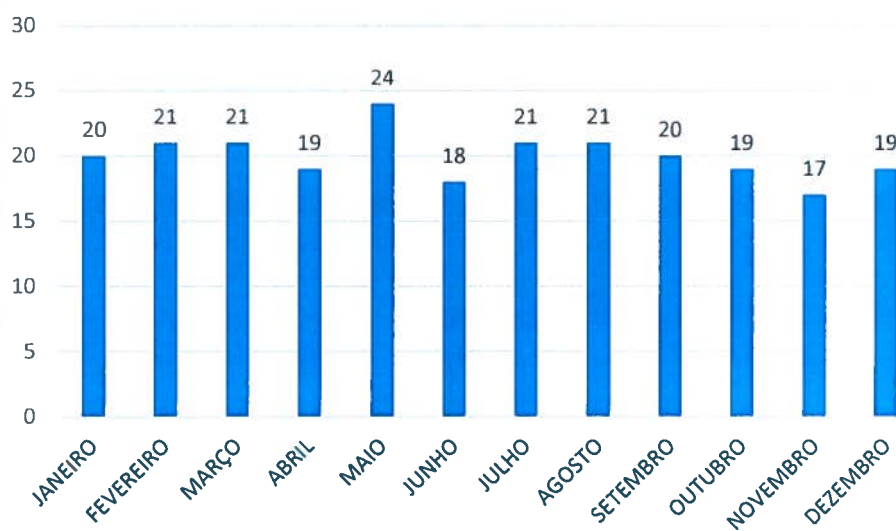


## Cantina Social

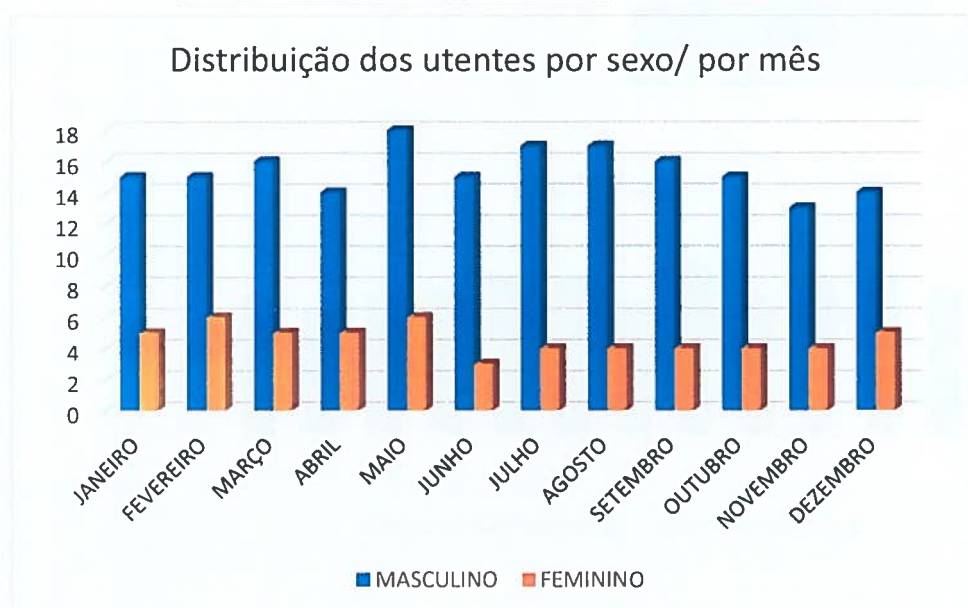
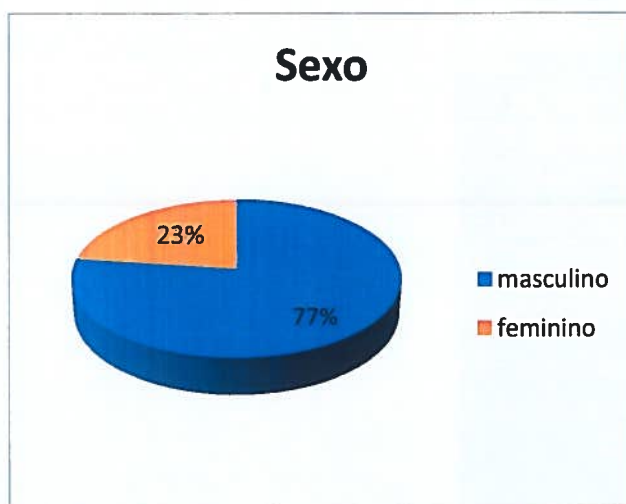
### Ano 2021

mês	MASCULINO	FEMININO	ACESSO GRATUITO	ACESSO NÃO GRATUITO	DOMICILIO	INSTITUIÇÃO	Utentes
JANEIRO	15	5	20	0	20	0	20
FEVEREIRO	15	6	21	0	21	0	21
MARÇO	16	5	21	0	21	0	21
ABRIL	14	5	19	0	19	0	19
MAIO	18	6	24	0	24	0	24
JUNHO	15	3	18	0	18	0	18
JULHO	17	4	21	0	21	0	21
AGOSTO	17	4	21	0	21	0	21
SETEMBRO	16	4	20	0	20	0	20
OUTUBRO	15	4	19	0	19	0	19
NOVEMBRO	13	4	17	0	17	0	17
DEZEMBRO	14	5	19	0	19	0	19
MÉDIAS	15	5	20	0	20	0	20

Frequência da Cantina Social no ano 2021







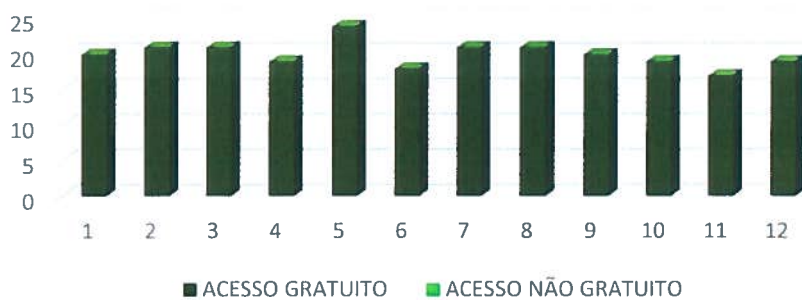
#### MÉDIA ÚLTIMOS 3 MESES 2021

	outra situação/ RSI	REFORMA	SUBSIDIO DESEMPREGO	SEM RENDIMENTOS
MÉDIAS	13	2	1	2
OUTUBRO	14	2	1	2
NOVEMBRO	12	2	1	2
DEZEMBRO	13	2	1	2

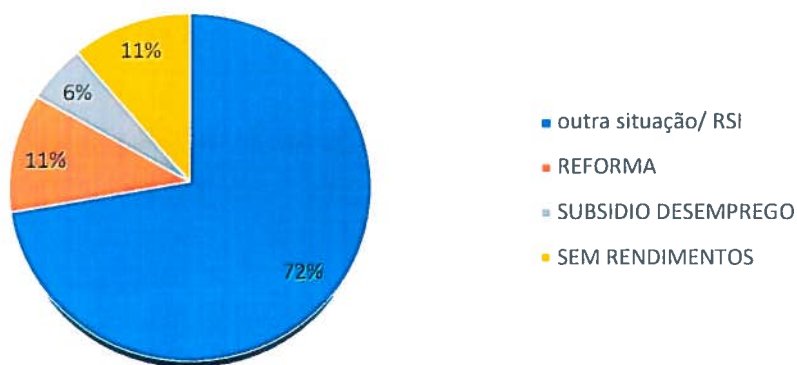


mês	n.º refeições mês
JANEIRO	427
FEVEREIRO	1248
MARÇO	502
ABRIL	418
MAIO	482
JUNHO	433
JULHO	466
AGOSTO	421
SETEMBRO	428
OUTUBRO	387
NOVEMBRO	410
DEZEMBRO	442
MÉDIAS	505

### Gratuidade



### Fonte de rendimentos





## Conclusão

### Imprevistos.... Previsíveis!

Escrevemo-lo quando, dentro do prazo estatutário, preparámos o Plano e Orçamento, em novembro de 2020, e mantivemos a palavra quando o apresentámos à Irmandade, a 29 de abril de 2021, numa entreaberta das muitas e contínuas declarações de estados de emergência.

Sim, o ano, num mais que previsto ambiente de COVID-19, foi, mesmo assim, repleto de imprevistos relativamente a uma população envelhecida, isolada, com inúmeras limitações físicas e de saúde! E aflitos perguntávamo-nos: quando serão contagiados? Se e quando serão ultrapassadas as defesas com que os cercámos? Se e quando poderemos contar com todas as colaboradoras? Se e quando poderá parar a cozinha, por falta de pessoal?

Enfim, foi, como costuma dizer-se, um “quebra-cabeças”...uma aflição constante, bem visível, bem palpável; um perguntar-se permanentemente.... sem respostas. Um frequente contacto com quem podia aconselhar ... um contido nervosismo, de dia, e uma incontida insónia de noite!

Enfim, dias difíceis, reveladores de muita preocupação e de algum heroísmo.

Tudo fizemos para que, entre nós, não se verificassem as palavras pronunciadas pelo Papa Francisco, durante umas catequeses, no Vaticano, sobre o significado e o valor da velhice.

Eis as suas palavras: “Na dramática primeira parte da pandemia, nem sequer os vimos morrer. Felizmente não temos esse peso na consciência!

Temos, isso sim, consciência de muita despesa, mas, temos consciência de tudo ter feito para proporcionar aos utentes mais novos o indispensável para crescerem, se formarem, se sentirem bem e para os mais velhos a satisfação de os termos acompanhado, ajudado, acarinhado.

Não esqueçamos que, na resposta ao praticar ou não praticar as obras de Misericórdia, estão estas palavras: “ o que fizeste ou não fizeste a um destes mais necessitados.... A MIM o fizestes ou não fizestes! Esta “sentença”, não pode ser esquecida nas Santas Casas da Misericórdia! Por isso é que o “povo” as batizou de “Santas Casas”!







## Agradecimentos

Mas, contámos com muitos outros, que nos ajudaram a debelar a crise com o mínimo de perdas humanas, embora com mais despesas.

Cumpre-nos agradecer:

1 – Às nossas colaboradoras, que orientadas pelas generosas diretoras, se mantiveram firmes no seu posto, com grande sacrifício seu e de familiares;

2 – À Instituições que nos ofereceram equipamentos de proteção individual: Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Vila Real, União das Misericórdias Portuguesas, Centro Paroquial de Mateus....

3 – Ao Centro Distrital da Segurança Social, na pessoa da sua nova Diretora, a quem saudamos e desejamos os maiores êxitos;

4 – À Enfermeira Emília, o anjo da guarda que nos orientou e iluminou em momentos extremamente difíceis;

5 – Ao nosso Médico, Dr. Venceslau Miguel, sempre disponível, sempre presente;

6 – O Laboratório Germano de Sousa, na pessoa do Dr Nelson;

7 – Os idosos – que, não sabendo bem o que se estaria a passar aceitaram todas as mudanças e mantiveram a calma;

Aos seus familiares – que sofreram as separações impostas por lei, com grande colaboração.

8 – E a todos os que, de qualquer modo colaboraram quer pela positiva, quer não pondo obstáculos.

9 – E por fim, uma vez que os últimos devem ser sempre os primeiros – ao Senhor Bispo da Diocese, D. António Augusto Azevedo, que se fez “próximo”, através de telefonemas e de outros meios.

Muito grata,

A Mesa Administrativa

